

Relatório Anual de

Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados

Ciclo 2024

IPHAN

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Leandro Grass

Diretoria do Iphan
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Daniel Borges Sombra
Deyvesson Israel Alves Gusmão
Marcia de Figueiredo Lucena Lira

Departamento de Patrimônio Imaterial
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade
Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda

Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados
Luan Silveira Alves de Moura

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Cejane Pacini Leal Muniz

Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio
Luciana Jobim Navarro

Serviço de Produção Editorial
rnld Nogueira



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Relatório Anual de **Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados**

Ciclo 2024

Iphan, Brasília, 2025.

Organização
Luan Silveira Alves de Moura
Zafenathy Carvalho de Paiva

Revisão de Texto
Giulia Diegues e Reinaldo Rodrigues - Tikinet Edição LTDA

Direção de arte
rnld Nogueira

Projeto gráfico e Diagramação
David Arantes

Instituto do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

I59r

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Relatório anual de monitoramento das ações de salvaguarda de bens registrados : ciclo 2024 / Organização : Luan Silveira Alves de Moura e Zafenathy Carvalho de Paiva ; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2025.
135 p.

Modo de acesso: www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-479-0

1. Bens registrados. 2. Patrimônio cultural imaterial. 3. Salvaguarda. I. Moura, Luan Silveira Alves de. II. Paiva, Zafenathy Carvalho de. III. Título.

CDD 363.69018

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

SUMÁRIO

7 EQUIPE TÉCNICA

8 APRESENTAÇÃO

10 INTRODUÇÃO

13 INFORMAÇÕES GERAIS

21 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

32 PRODUTOS

38 RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

42 PARCEIROS INSTITUCIONAIS

47 RECURSOS UTILIZADOS

56 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

68 CONSIDERAÇÕES FINAIS

71 ANEXOS

72 ANEXO 1 – MATERIAL DE APOIO

73 ANEXO 2 – AÇÕES MONITORADAS EM 2024

80 ANEXO 3 – ABRANGÊNCIA DOS BENS REGISTRADOS

82 ANEXO 4 – EIXOS E TIPOLOGIAS DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

86 ANEXO 5 – LISTA DE PRODUTOS

86 Bens materiais móveis

86 Capacitações

86 Criação ou manutenção de espaços

86 Eventos

88 Fotografias, imagens, desenhos ou similares

89 Mapeamentos

89 Materiais audiovisuais

89 Materiais em áudio

89 Materiais gráficos diversos

90 Outros

90 Planos de salvaguarda

91 Produtos acadêmicos

91 Publicações

92 Anexo 6 – Lista de parceiros institucionais em 2024

107 ANEXO 7 – PLANOS DE AÇÃO EMPENHADOS EM 2024

111 ANEXO 8 – DETALHAMENTO DOS PLANOS DE AÇÃO DE ANOS ANTERIORES EXECUTADOS COM RAP

EQUIPE TÉCNICA

Alessandro Barbosa Lopes (Iphan-TO)
Amanda Sucupira Pedroza (DPI)
Ana Lima Kallas (CNFCP)
André Luis dos Santos Andrade (Iphan-PA)
André Nogueira Brasil (Iphan-MG)
Antônio Carlos Cordeiro dos Santos (Iphan-ES)
Bárbara Pinós Moraes (Iphan-RS)
Beatrice Santos Oliveira (Iphan-BA)
Carlos Vinicius Frota de Albuquerque (Iphan-CE)
Cícera Patrícia Alcântara Bezerra (Iphan-PI)
Corina Maria Rodrigues Moreira (Iphan-SP)
Cristhiano Kolinski da Silva (Iphan-AP)
Daniel Oliveira Terto (Iphan-PI)
Diego Luiz Vivian (Iphan-RS)
Edivaldo Rocha de Sousa Menezes (Iphan-RJ)
Eliza Borges de Castro (Iphan-GO)
Emanuel Messias Arcas Vieira (Iphan-ES)
Eric Ferreira Souza (Iphan-SE)
Evandro Domingues (Iphan-SP)
Evandro Elias Barros Neto (Iphan-AP)
Fernanda Araújo Marques (Iphan-MT)
Fernando José Lima de Mesquita (Iphan-RR)
Filipe Oliveira da Silva (Iphan-ES)
Francimário Vito dos Santos (Iphan-MT)
Igor da Silva Erler (Iphan-ES)
Iury Frutuoso Furtado (DPI)
Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante (DAFE)
Izaurina Maria de Azevedo Nunes (Iphan-MA)
Jeferson Tadanori Sobral Hamaguchi (Iphan-CE)
João Henrique dos Santos (Iphan-MS)
João Mariano Valadares Neto (Iphan-GO)
João Paulo Pereira do Amaral (Iphan-MS)
Jorge Claudio Machado da Silva (Iphan-RN)
José Augusto Carvalho dos Santos (Iphan-MS)
Juliano Martins Doberstein (Iphan-PR)
Kátia Brasilino Michelan (DPI)
Larissa Maria de Almeida Guimarães (Iphan-RR)
Leticia Ribeiro (Iphan-RJ)
Letícia Helena Pereira Rosa (Iphan-MG)
Lívia Moraes e Silva (Iphan-PE)
Luciano dos Santos Teixeira (Iphan-MG)
Maicon Fernando Marcante (Iphan-AL)
Marcelo da Silva Murilo (Iphan-ES)
Marcos Monteiro Rabelo (Iphan-SP)
Marília Melo de Oliveira (Iphan-RN)
Marina Leão de Aquino Barreto (Iphan-BA)
Marinalva Batista Santos (Iphan-BA)
Mauro Augusto Dourado Menezes (Iphan-AM)
Nina Vincent Lannes (Iphan-PB)
Rafael Belló Klein (DPI)
Rafael Bezerra Gaspar (Iphan-MA)
Renata Silva de Oliveira Galvão (Iphan-GO)
Roberta Paredes Valin (Iphan-AM)
Rodrigo Ramassote (DPI)
Sabrina Cristina Queiroz Silva (DPI)
Sarah Victória Almeida Rodrigues (Iphan-AC)
Tainah Víctor Silva Leite (Iphan-MG)
Thamires Helena Oliveira Neves (Iphan-PE)
Vanilza Jacundino Rodrigues (Iphan-MG)
Vinicius Frota de Albuquerque (Iphan-CE)
Vinicius Prado Januzzi (Iphan-DF)

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

APRESENTAÇÃO



Cena de brincadeira do Mamulengo Sem Fronteiros, no Distrito Federal. Foto: Davi Mello, 2019. Acervo: DPI/Iphan.



APRESENTAÇÃO

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, regulamenta o art. 216 da Constituição Federal de 1988 ao instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), marco normativo fundamental da Política de Salvaguarda no Brasil. Essa política se consolida nas diretrizes de gestão compartilhada, participação social e articulação interinstitucional, reconhecendo as comunidades detentoras como protagonistas nos processos de identificação, reconhecimento, apoio e fomento aos bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil.

A implementação da Política de Salvaguarda exige instrumentos adequados para a produção, organização e sistematização das informações que subsidiam sua gestão. Entre esses instrumentos, conforme previsto na Portaria Iphan nº 200/2016, destaca-se o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Bens Registrados, que orienta a coleta periódica de dados sobre as ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Iphan em âmbito nacional. Esse sistema é alimentado anualmente pelas unidades do Iphan a partir do preenchimento de formulários de monitoramento, que abrangem informações gerais sobre os Bens Registrados e as atividades específicas realizadas em cada território. Tais informações possibilitam não apenas o acompanhamento contínuo da execução dos planos de salvaguarda, mas também a avaliação da efetividade das ações realizadas e subsídios para a refletir o aprimoramento da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial aplicada aos Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil.

O monitoramento constitui uma etapa estratégica da Política de Salvaguarda que fortalece a gestão integrada entre Estado e sociedade civil, promove a transparência das ações realizadas e amplia o conhecimento sobre a realidade das comunidades detentoras e seus bens culturais. A publicação dos relatórios anuais de monitoramento das ações de salvaguarda de Bens Registrados reafirma o compromisso contínuo do Iphan com a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, com a valorização da diversidade cultural brasileira e com a participação social das comunidades detentoras na execução da política.

O monitoramento das ações de salvaguarda se divide em duas partes complementares — o Relatório Anual de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados (Ciclo 2024) e o Compêndio das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados Monitoradas em 2024. O primeiro reúne análises integradas das ações executadas, oferecendo subsídios técnicos para a avaliação das estratégias de salvaguarda, bem como referências valiosas para a formulação de políticas culturais nos âmbitos federal, estadual e municipal. O segundo apresenta uma descrição detalhada das ações de salvaguarda monitoradas ao longo do ano, estruturadas em Bens Registrados e territórios beneficiados.

No exercício do seu papel institucional, o Iphan busca ampliar o diálogo com as comunidades detentoras, embelecer redes de colaboração entre parceiros institucionais e comunidades detentos, fortalecer a autonomia dos agentes no acesso e na execução das políticas voltadas à valorização, à proteção e ao fomento do Patrimônio Cultural Imaterial, além de contribuir para a salvaguarda dos saberes, lugares, práticas e expressões que compõem Patrimônio Cultural do Brasil.

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial

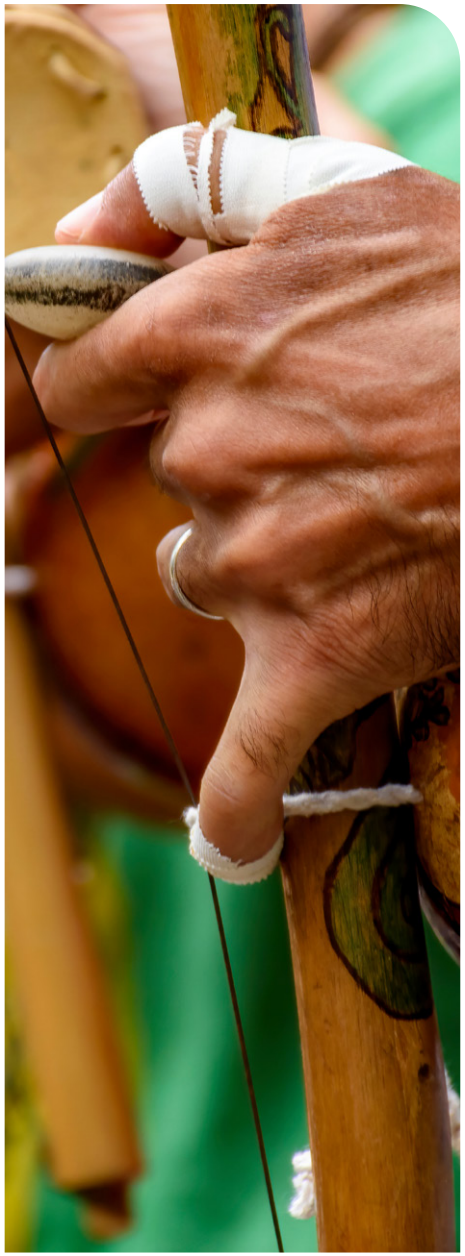
Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP



INTRODUÇÃO

Berimbau sendo tocado em roda de capoeira. 2023. Banco de imagens, Adobe Stock.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP



INTRODUÇÃO

A Portaria Iphan nº 200, de 18 de maio de 2016, regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e define instrumentos de gestão e avaliação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), entre eles o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Bens Registrados. Esse sistema estabelece a adoção de ferramentas técnicas e metodológicas para o acompanhamento sistemático das ações e planos de salvaguarda e para as avaliações periódicas dos processos em curso, os quais subsidiam o aperfeiçoamento contínuo da política.

Desde 2019, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), por meio da Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados (COMAS), realiza anualmente os ciclos de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados, com o objetivo de acompanhar de forma contínua e sistemática a execução das ações de salvaguarda realizadas ou apoiadas pelas unidades do Iphan que beneficiem direta ou indiretamente os Bens Registrados. As informações são coletadas por meio de formulários de monitoramento e estruturam a produção de relatórios técnicos anuais que apoiam os processos de gestão, documentação e tomada de decisão. As ações de salvaguarda monitoradas também promovem maior transparência institucional, fortalecem a articulação entre as unidades do Iphan, as instituições parceiras e as comunidades detentoras, e contribuem diretamente para a avaliação dos processos de salvaguarda e da Política de Salvaguarda do PCI.

Os ciclos de monitoramento aplicados estão estruturados em seis fases: (1) avaliação do ciclo anterior, que avalia qualitativamente as perguntas e respostas aplicadas no ciclo de monitoramento anterior, considerando as dificuldades de preenchimento relatadas pelas equipes técnicas, a consistência dos dados coletados, e a adequação das perguntas e das opções de resposta às necessidades institucionais; (2) aprimoramento do formulário, que implementa quando necessário melhoras ao instrumento de coleta dos dados, com a finalidade de conferilo maior clareza, objetividade e alinhamento à Política e salvaguarda do PCI; (3) aplicação do formulário de monitoramento às unidades técnicas do Iphan, as quais executaram as ações de salvaguarda no período e/ou apoiaram iniciativas de salvaguarda realizadas por parceiros institucionais e pela comunidades detentora no mesmo período monitorado; (4) tratamento dos dados coletados, que busca normatizar e padronizar os dados recebidos, corrigir eventuais erros de preenchimento, ajustes de conteúdo ou inconsistências lógicas, checar informações em comparação com outras fontes de dados, manipular os dados para a obtenção de fichas, tabelas, listas, gráficos e diagramas que facilitem a obtenção de *insights* à gestão do monitoramento das ações de salvaguarda e a produção de relatórios; (5) elaboração de relatórios – entre os quais destacam-se o *Relatório de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados – Ciclo 2024* e o *Compêndio das Ações de Salvaguarda de bens Registrados Realizadas em 2024*, além de outros voltados aos processos de gestão das políticas públicas institucionais; e (6) divulgação dos resultados em canais de comunicação internos e externos do Iphan.

Entre os ciclos de 2023 e 2024, foram implementadas algumas melhorias no instrumento de coleta, resultando na reestruturação de seções, inclusão de novas perguntas e ajustes nas regras de validação e de preenchimento. Destacam-se, por exemplo: a reformulação da seção de identificação da ação de salvaguarda, permitindo mapear ações de salvaguarda executadas em colaboração com outras unidades; a criação de seções específicas para identificação das comunidades detentoras e para o detalhamento dos produtos gerados; a inclusão de marcadores voltados à

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

identificação de temáticas transversais que se relacionam com a ação de salvaguarda monitorada; a possibilidade de encaminhar arquivos e imagens relacionados às ações monitoradas; e o detalhamento do grau de prioridade e do grau de temporalidade de ações de salvaguarda executadas, quando previstas em planos de salvaguarda.

A implementação das melhorias ao instrumento de coleta reflete o cuidado institucional em disponibilizar um instrumento claro, objetivo, alinhado às especificidades das ações de salvaguarda e capaz de subsidiar análises em consonância com a diversidade e a complexidade dos contextos socioculturais nos quais essas ações são desenvolvidas.

Entre as informações mapeadas no Ciclo 2024 de Monitoramento da Ações de Salvaguarda de Bens Culturais Registrados, estão: unidades do Iphan envolvidas; identificação dos bens culturais registrados beneficiados; descrição detalhada da ação (contexto, execução, resultados, impactos); tipologias da ação conforme eixos e categorias; período de execução; situação (concluída ou em andamento); indicação de caráter emergencial; relação com temáticas transversais; instrumentos de planejamento usados (plano de salvaguarda, plano de ação etc.); grau de prioridade e temporalidade (quando previsto em plano de salvaguarda); indicação de planos de ação e processos administrativos (quando disponíveis); agentes envolvidos (Iphan, detentores, parceiros); instrumentos de execução utilizados; tipos de recursos utilizados por cada agente; localização dos beneficiários; estimativa de beneficiários; caracterização do público-alvo; identificação de grupos, associações, conselhos ou outras instâncias de representação; quantidade e nomes das entidades representativas envolvidas; identificação das instituições públicas ou privadas parceiras, do tipo de parceria e da abrangência geográfica; listagem de produtos gerados pela ação; categorização dos produto; e avaliação objetiva dos resultados da ação de salvaguarda monitorada.

Este relatório apresenta de forma descritiva, sistematizada e comparativa todos os resultados obtidos a partir das informações compartilhadas pelos técnicos das unidades do Iphan que atuaram no monitoramento das ações de salvaguarda ao longo de 2024. Esperamos, por fim, que este relatório se configure como um instrumento técnico de apoio à gestão e ao acompanhamento das ações de salvaguarda dos bens culturais registrados. A consolidação dos dados fornecidos pelas unidades do Iphan contribui para a preservação da memória institucional, para o aprimoramento dos processos de planejamento, monitoramento, avaliação e tomada de decisão no âmbito da política pública, para a visibilidade das ações realizadas e para a participação das comunidades detentoras e de parceiros institucionais na preservação dos Bens Registrados. O relatório reafirma o papel do Iphan na coordenação da política de salvaguarda e no fortalecimento das diretrizes voltadas à salvaguarda do patrimônio imaterial e à diversidade cultural brasileira.

Coordenação de Monitoramento e
Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

INFORMAÇÕES GERAIS



Movimento Salva da Capoeira, Salvador/BA. Foto: Iara Pereira, 2018. Acervo: CNFCP/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

INFORMAÇÕES GERAIS

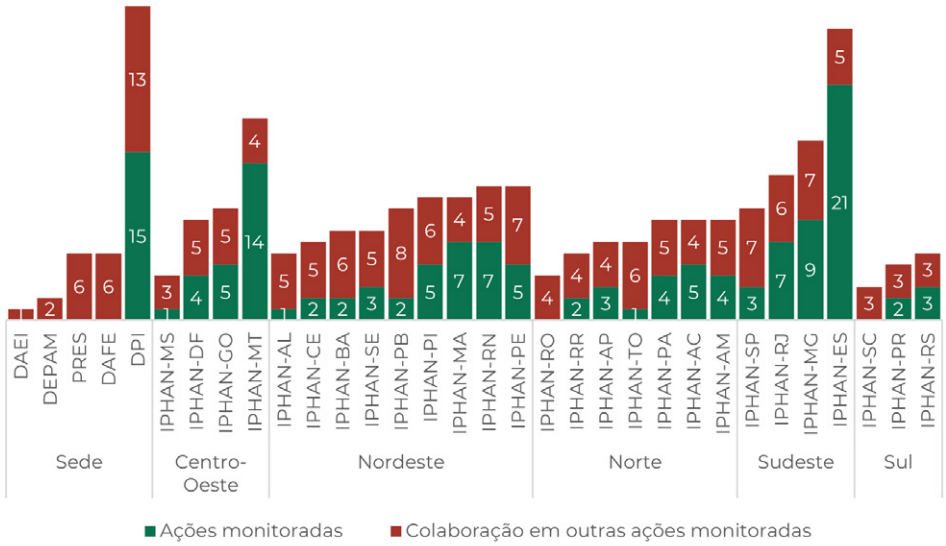
O formulário relativo ao Ciclo 2024 de Monitoramento das Ações de Salvaguarda dos Bens Registrados foi aplicado aos técnicos das unidades do Iphan entre os dias 16 de outubro de 2024 e 3 de janeiro de 2025.

A Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Salvaguarda de Bens Registrados (COMAS), responsável pela condução desse processo, recebeu **137 formulários** de monitoramento relativos às ações de salvaguarda realizadas em 2024 para os Bens Culturais Registrados **(Anexo 2).** Os formulários foram encaminhados por 26 unidades do Iphan. Entre as unidades, está o próprio DPI, cuja ações monitoradas são majoritariamente consideradas ações nacionais ou regionais por beneficiarem múltiplos Bens Registrados de diferentes Unidade Federativas ou por possuírem um caráter de divulgação mais difuso.

Salienta-se que as ações monitoradas comumente recebem a contribuição de outras unidades do Iphan ao longo de sua execução. Ações em colaboração ocorrem, por exemplo, quando o bem registrado possui abrangência territorial em mais de uma Unidade Federativa, demandando atuação coordenada das unidades envolvidas na execução das ações de salvaguarda monitoradas, ou ainda nos casos em que uma unidade solicite apoio de outras unidades na execução dessas ações, considerando a temática da ação desenvolvida. Em 2024, **32 unidades** do Iphan estiveram envolvidas com as ações de salvaguarda monitoradas para Bens Registrados.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do número de ações de salvaguarda monitoradas pelas unidades do Iphan e o número de ações nas quais elas atuaram em colaboração.

Gráfico 1: Ações de salvaguarda por unidades do Iphan



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 1, Rondônia e Santa Catarina foram as únicas superintendências que não enviaram formulários de monitoramento, mas colaboraram com a execução de ações monitoradas por outras unidades. No entanto, em processo administrativo, as equipes técnicas das superintendências informaram a excepcionalidade da não execução das ações de salvaguarda para Bens Registrados em 2024.

Resta destacar que a comparação entre números de diferentes unidades deve ser avaliada sempre com cautela e considerando os seguintes fatores: os diferentes graus de complexidade das ações de salvaguarda; a necessidade de mobilização de parceiros institucionais; o número de Bens Registrados que as Unidade Federativas possuem na sua área de abrangência; a existência de processos de salvaguarda para instrução de registro e de inventários de referências culturais; a extensão territorial da Unidade Federativa; a

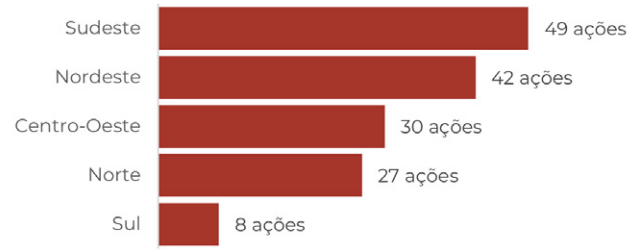
Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

densidade populacional; o acesso ao território ocupado pelas comunidades; disputas ou conflitos políticos inerentes ao processo de salvaguarda; dimensão do corpo técnico do Iphan dedicado ao Patrimônio Cultural Imaterial; os recursos orçamentários investidos nos últimos anos; as priorizações definidas a nível departamental e/ou institucional etc. O Gráfico 2 mostra a distribuição das ações de salvaguarda nas cinco regiões brasileiras.

Regiões beneficiadas

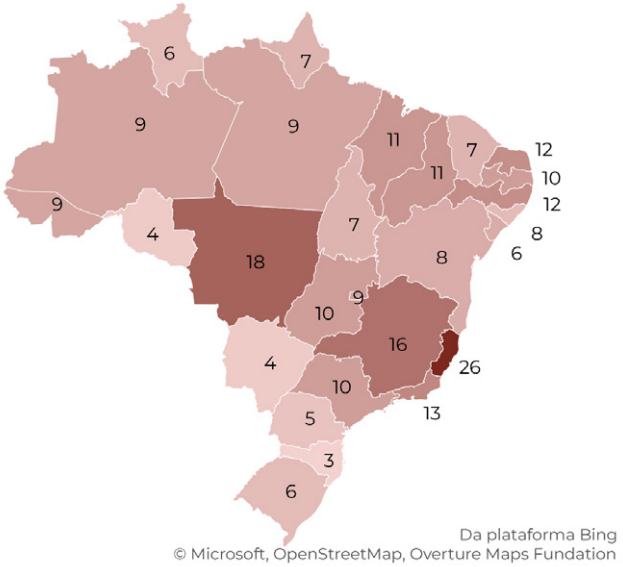
As 137 ações de salvaguarda monitoradas alcançaram todas as 27 Unidades Federativas brasileiras. Foram monitoradas em média 9,5 ações de salvaguarda por Unidade Federativa, com destaque para os estados de Espírito Santo (26), Mato Grosso (18) e Minas Gerais (16), e para a macrorregião Sudeste (49), conforme apontam os Gráficos 2 e 3:

Gráfico 2: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Macrorregiões Brasileira



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Gráfico 3: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Unidade Federativa



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Salienta-se que uma mesma ação de salvaguarda monitorada pode abarcar mais de uma Unidade Federativa e mais de uma macrorregião geográfica brasileira. Logo, a soma dos quantitativos apontados nos Gráficos 2 e 3 não totalizam 137 ações monitoradas, nem a soma dos valores apontados no Gráfico 2 para uma mesma macrorregião coincidem com os valores do Gráfico 3, porque a contagem é feita por ações monitoradas distintas usando marcadores específicos dos próprios formulários de monitoramento. Por exemplo, uma única ação de salvaguarda realizada no Território Karajá que beneficiou dois Bens Registrados aparecerá na contagem dos estados de Goiás (10), Mato Grosso (18), Tocantins (7) e Pará (9) também aparecerá na contagem da macrorregião Centro-Oeste (30) e Norte (27).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Bens registrados beneficiados

As ações monitoradas pelas unidades do Iphan beneficiaram um total de **42 Bens Registrados** como Patrimônio Cultural do Brasil. Considerando a lista com 57 registros até o término de 2024 **(Anexo 3)**, o valor representa uma cobertura aproximada de 74% da totalidade dos Bens Registrados. Esse resultado se mostrou inferior em 18,6% quando comparado com o ciclo anterior. Os Bens Culturais Registrados que não foram beneficiados com ações de salvaguarda executadas em 2024 estão listados a seguir:

1. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi
Livro das Formas de Expressão

2. Banho de São João de Corumbá e Ladário – MS
Livro das Celebrações

3. Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri
Livro dos Lugares

4. Círio de Nossa Senhora de Nazaré
Livro das Celebrações

5. Fandango Caiçara
Livro das Formas de Expressão

6. Feira de Campina Grande
Livro dos Lugares

7. Feira de Caruaru
Livro dos Lugares

8. Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty (RJ)
Livro das Celebrações

9. Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha (CE)
Livro das Celebrações

10. Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
Livro das Celebrações

11. Maracatu Baque Solto
Livro das Formas de Expressão

12. Maracatu Nação
Livro das Formas de Expressão

13. Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas
Livro dos Saberes

14. Procissão do Senhor dos Passos de Florianópolis
Livro das Celebrações

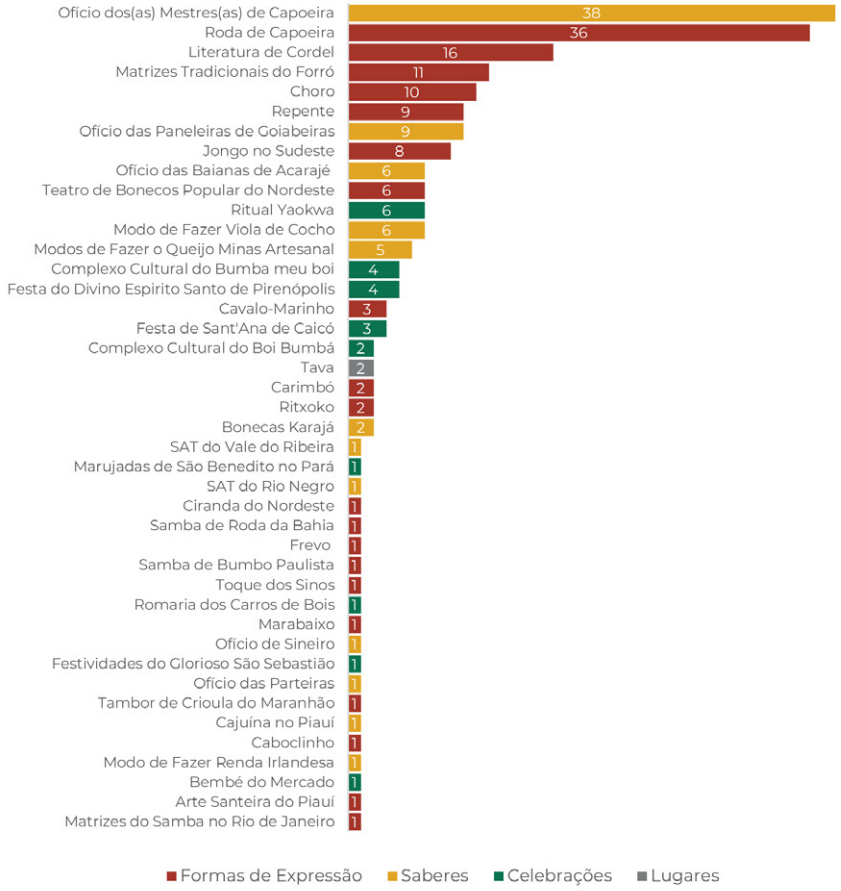
15. Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre
Livro dos Saberes

Ressalta-se que a lista atual de Bens Imateriais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil contempla 57 bens. Os cinco reconhecimentos realizados em 2024 foram: o Choro, no Livro das Formas de Expressão, durante a 103ª reunião do Conselho Consultivo, em 29 de fevereiro de 2024; o Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil, no Livro dos Saberes e o Samba de Bumbo Paulista no Livro das Formas de Expressão, durante a 104ª reunião do Conselho Consultivo, em 8 de maio de 2024; as Marujadas de São Benedito no Pará, no Livro das Celebrações, durante a 105ª reunião do Conselho Consultivo, em 4 de setembro de 2024; e a Arte Santeira em Madeira do Piauí, no Livro das Formas de Expressão, na 106ª reunião do Conselho Consultivo, em 11 de novembro de 2024.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Os Gráficos 4 e 5 apresentam a distribuição das ações de salvaguarda monitoradas por Bem Registrado e por livro de registro. É importante pontuar que uma mesma ação de salvaguarda pode beneficiar mais de um bem registrado, por esse motivo, o somatório das ações de salvaguarda, observado nos Gráficos 4 e 5, não coincide com o número de formulários enviados (137).

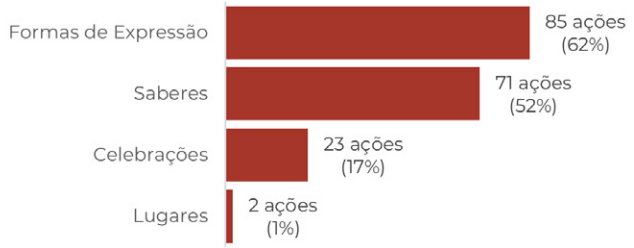
Gráfico 4: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Bem Registrado



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Ao considerar a abrangência do Bem Registrado no Livro dos Saberes e no Livro das Formas de Expressão, constata-se que bens de abrangência nacional ou regional foram beneficiados com um maior número de ações de salvaguarda, porque várias unidades do Iphan monitoram ações para um mesmo bem. Pela natureza dos Bens Registrados no Livro das Celebrações e no Livro dos Lugares, em regra, a abrangência fica restrita a uma localidade ou a uma Unidade Federativa, o que pode impactar o número de ações monitoradas.

Gráfico 5: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Livro de Registro



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

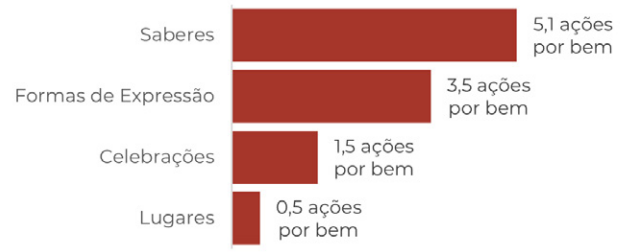
Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Ao analisar o Gráfico 4, é importante considerar o número de bens registrados inscritos em cada Livro de Registro:

1. Livro dos Saberes..... .14 registros
2. Livro dos Lugares..... .4 registros
3. Livro das Formas de Expressão.....24 registros
4. Livro das Celebrações.....15 registros

O cálculo da razão entre o número de ações monitoradas por livro e o número de Registros por livro permite comparar de forma proporcional quais livros de Registros tiveram mais ou menos ações de salvaguarda monitoradas. O livro de Registro com maior índice foi o Livro dos Saberes (5,1), seguido do Livro das Formas de Expressão (3,5), conforme apresentado no Gráfico 6:

Gráfico 6: Taxa de Ações de Salvaguarda Monitoradas por Bem Registrado nos Livros



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Eixos e tipologias das ações de salvaguarda

O Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, publicado pela Portaria Iphan nº 299/2015, apresenta quatro eixos e quinze tipologias de ação para a salvaguarda de Bens Culturais registrados. Contudo, sem perder de vista os objetivos da Política de Patrimônio Imaterial, traçados pela Portaria Iphan nº 200/2016, e tomando como referência as orientações do Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda, a COMAS utilizou uma categorização acessória para agrupar as ações de salvaguarda semelhantes, baseando-se no histórico de ações realizadas nos últimos anos e nas perspectivas de trabalho adotadas pelo Iphan. Nesse sentido, a categorização utilizada consta detalhada no **Anexo 4** e resumida no Tabela 1:

Tabela 1: Eixos e Tipologias de Ações de Salvaguarda

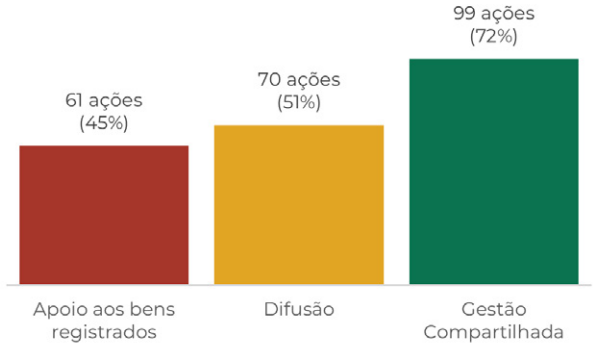
Eixos	Tipologias
Gestão Compartilhada	Formação e mobilização de detentores e parceiros
	Gestão participativa de planos e ações para Bens Registrados
	Cooperação institucional para a salvaguarda de Bens Registrado
Difusão	Produção de conhecimentos sobre o Bem Registrado
	Produtos, eventos e serviços para a divulgação do Bem Registrado
	Ações educativas sobre o Bem Registrado
Apoio à produção e reprodução de bens registrados	Ações de transmissão de saberes
	Condições materiais de produção e reprodução
	Atenção e defesa de direitos culturais coletivos
	Espaços físicos de referência destinados à prática do Bem Cultural
	Fomento a projetos e valorização de trajetórias de detentores
	Formação e assessoria para detentores sobre a Gestão Cultural
	Implementação de iniciativas para ampliação de mercado e fortalecimento de cadeias produtivas

Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

O Gráfico 7 mostra o número de ações de salvaguarda monitoradas em 2024 por eixo de ação. Ressalta-se que uma mesma ação pode ser enquadrada em mais de um eixo temático e/ou tipologia de ação de salvaguarda. Por esse motivo, o somatório do número de ações observadas nos eixos ultrapassa a totalidade das ações monitoradas (137).

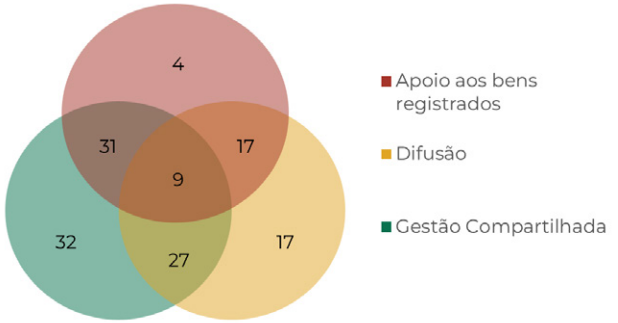
Gráfico 7: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Eixo de Ação



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

O Diagrama 1 detalha a distribuição das ações monitoradas por eixo de ação, explicitando aquelas que tiveram mais de uma categorização. Acerca da visualização do Diagrama 1, cabe esclarecer que: cada círculo representa um eixo temático e é composto por quatro números, separados pela interseção dos outros dois eixos/círculos; a soma dos quatro números no mesmo círculo representa o total de ações monitoradas no eixo correspondente, dialogando com o Gráfico 7; e os números inseridos nas interseções dos círculos indicam ações de salvaguarda categorizadas em mais de um eixo de ação, respeitadas cada interseção.

Diagrama 1: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Eixo de Ação

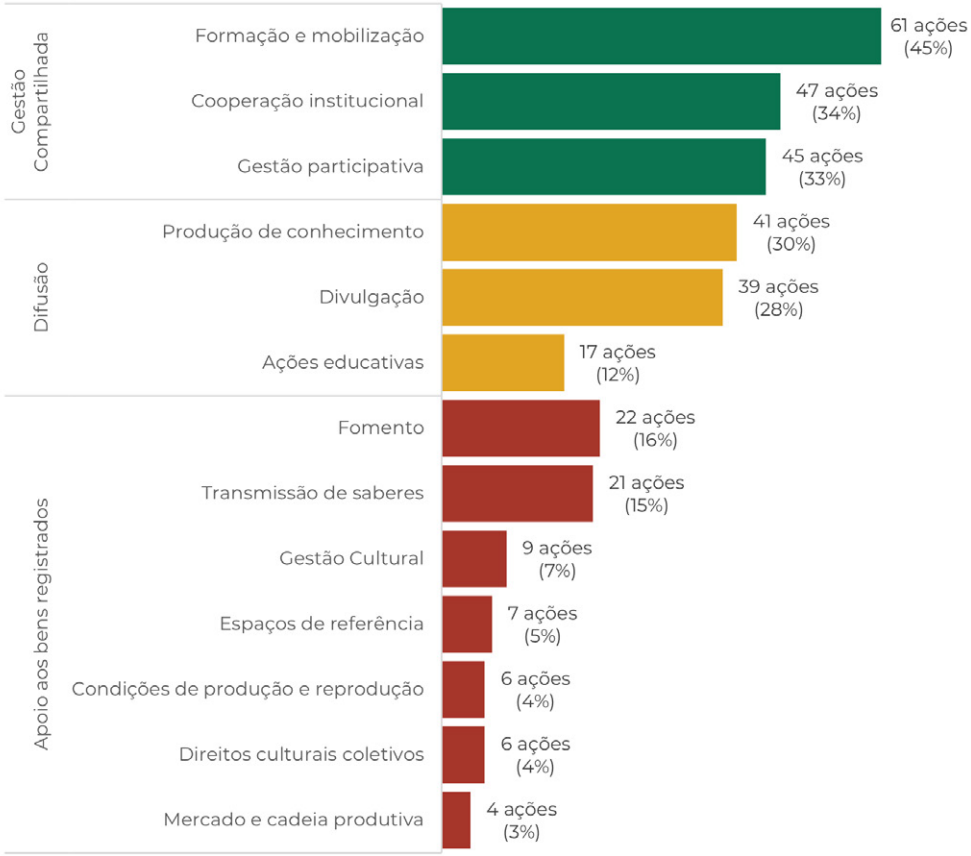


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Em complemento, o Gráfico 8 apresenta a distribuição das ações monitoradas por tipologias de ação de salvaguarda agrupadas em seus respectivos eixos.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 8: Ações de Salvaguarda Monitoradas por Tipologia de Ações



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).



Ornamentação de Igreja durante a Festa de Sant'Ana de Caicó. Foto: Maria Iglê, 2007. Acervo: DPI/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP



DETALHAMENTO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

Carimbó, Festival Zimbarimbó em Marapanim/PA. Foto: Ana Lima Kallás, 2019. Acervo: DPI/Iphan.

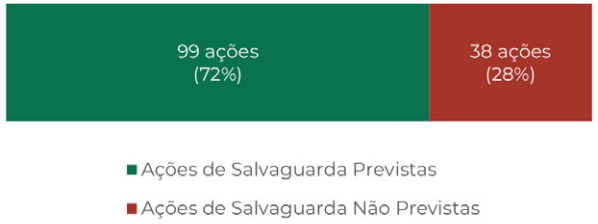
Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

DETALHAMENTO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

Planejamento

Acerca do planejamento das ações de salvaguarda monitoradas no ciclo 2024, 99 ações (72%) foram previstas em pelo menos um dos instrumentos de planejamento utilizados pelo Iphan. Entre os instrumentos de planejamento do Iphan para a realização das ações de salvaguarda, estão os Planos de Salvaguarda, os planos de difusão, os planos de ação, o planejamento anual de diárias e passagens, o planejamento estratégico do Iphan e as recomendações de salvaguarda dos Dossiês de Registro. Trinta e oito ações monitoradas (28%) não figuraram como ações de salvaguarda previstas nos instrumentos citados acima, conforme ilustra o Gráfico 9:

Gráfico 9: Ações Monitoradas Previstas em Instrumentos de Planejamento do Iphan

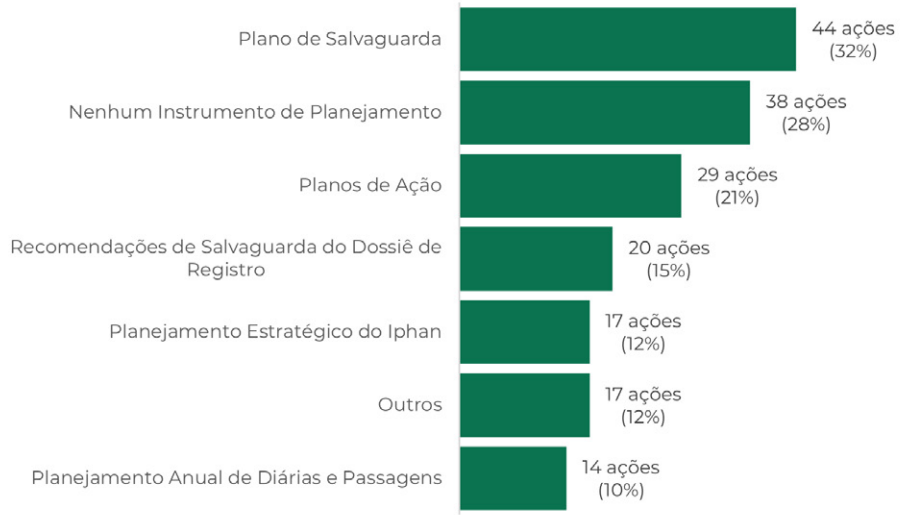


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2024)

A partir da avaliação das justificativas encaminhadas pelas equipes técnicas das unidades nas fichas de monitoramento, as ações não previstas estão relacionadas a projetos planejados e executados por parceiros institucionais ou pela comunidade detentora, em que o Iphan atuou como colaborador ou partícipe. Nestes casos, os técnicos também realizaram o monitoramento destas ações.

O Gráfico 10 detalha o número de ações de salvaguarda monitoradas previstas conforme os principais instrumentos de planejamento utilizados pelo Iphan, seguidos do percentual em relação ao total de ações monitoradas (137). Destaca-se que uma mesma ação de salvaguarda pode constar prevista em mais de um instrumento, logo, a soma das ações apontadas no Gráfico 10 não totaliza as 99 ações previstas no Gráfico 9.

Gráfico 10: Principais Instrumentos De Planejamento Utilizados



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

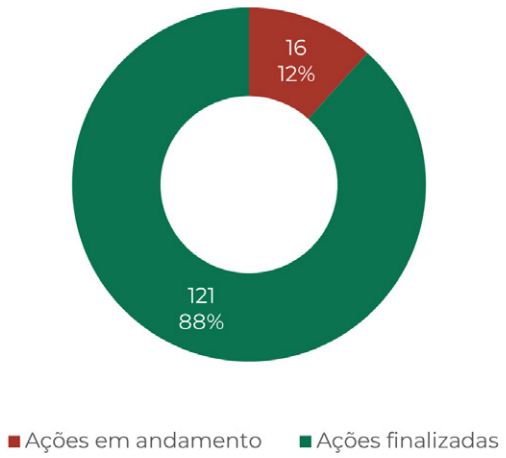
Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

A opção "outros" (instrumentos de planejamento) representou 12% das opções de resposta. Nela, segundo detalhamento apresentado pelos técnicos do Iphan, constam acordos de cooperação técnica, ações resultantes de acordo de cooperação internacional, Plano de Entregas da Unidade Executora (Peue), portarias do Iphan e documentos técnicos diagnósticos.

Estágio da execução

Das 137 ações monitoradas em 2024, a área técnica das unidades do Iphan indicou que 121 delas foram finalizadas no ano corrente (88%), contra 16 ações com execução em andamento (12%), conforme ilustra o Gráfico 11:

Gráfico 11: Estágio de Execução das Ações de Salvaguarda Monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Para as 16 ações monitoradas com execução em andamento, o formulário questionou qual será a previsão de conclusão da ação de salvaguarda, com opções de respostas variando em intervalos semestrais (de 6 a 24 meses) ou com tempo de conclusão indefinido. Conforme observado no Gráfico 12, sete ações monitoradas com execução em andamento (44%) possuem previsão de conclusão em até seis meses, e três ações constam sem previsão de conclusão. Observando a descrição das ações, a maior parte das que não têm previsão de conclusão se refere ao acompanhamento de processos em que o Iphan não figura como o principal gestor.

Gráfico 12: Previsão de Conclusão das Ações de Salvaguarda com Execução em Andamento



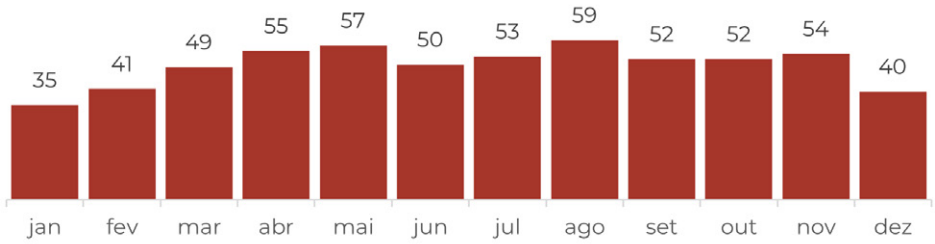
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Tempo de execução

A partir das datas de início e de término das ações de salvaguarda monitoradas, foi possível traçar um panorama do número acumulado de ações em andamento para cada mês de 2024, permitindo detectar os meses com maior e menor volume de trabalho ao longo do ano. Os resultados podem ser vistos no Gráfico 13:

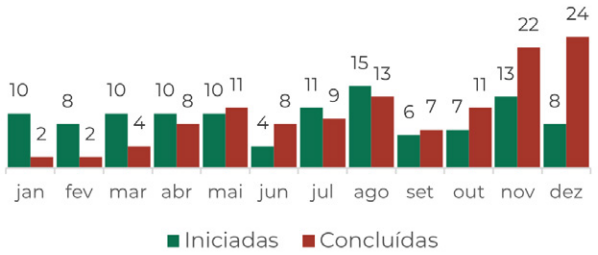
Gráfico 13: Acumulado de Ações de Salvaguarda em Andamento ao Longo dos Meses



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Já é esperado que o volume de trabalho no primeiro quadrimestre seja menor que o volume dos quadrimestres seguintes. Entre os motivos frequentes para que isso ocorra, estão: a limitação dos recursos orçamentários aos duodécimos quando do orçamento do ano corrente; a continuidade apenas de ações cujos recursos estão garantidos em restos a pagar; e o andamento das ações não orçamentárias. Ainda considerando as datas de início e de término das ações de salvaguarda monitoradas e que 25 ações de salvaguarda monitoradas no ciclo 2024 iniciaram em anos anteriores, também é possível indicar quantas ações foram iniciadas e concluídas a cada mês, conforme aponta o Gráfico a seguir.

Gráfico 14: Ações de Salvaguarda Iniciadas e Concluídas a cada Mês



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Para uma interpretação combinada entre os valores apresentados nos Gráficos 13 e 14, considere que uma ação de salvaguarda concluída permanece no cálculo do mês de sua conclusão para efeitos de acumulado de ações, sendo removida do cálculo somente no mês subsequente. Por exemplo, para se chegar ao valor 41 indicado em fevereiro, soma-se as 35 ações em andamento no mês de janeiro com as oito ações iniciadas em fevereiro, e deduz se a duas ações encerradas em janeiro.

Também é possível definir o tempo médio de execução (em meses) das 121 ações de salvaguarda finalizadas por tipologia de ação, conforme demonstrado no Gráfico 15, visto que as tipologias são bastante heterogêneas e demandam tempos distintos de execução.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 15: Duração Média das Ações de Salvaguarda Monitoradas por Tipologia de Ações



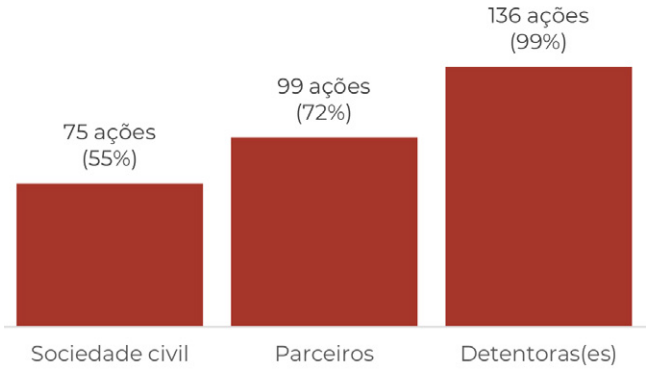
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

A média de tempo de execução por eixo foi de 17,2 meses para o eixo "Difusão"; 7,3 meses para o eixo "Gestão compartilhada"; e 3,4 meses para o eixo "Apoio à produção e à reprodução de Bens Registrados".

Público beneficiado

Com relação ao público-alvo das ações de salvaguarda monitoradas, o questionário estabeleceu três categorias detentores(as), parceiros (governamentais e não governamentais) e sociedade civil, as quais poderiam ser selecionadas cumulativamente. O resultado de cada categoria de público-alvo sobre o total das ações monitoradas está apontado no Gráfico 16:

Gráfico 16: Público-Alvo das Ações de Salvaguarda Monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Antes de apresentar o número de pessoas beneficiadas, é importante considerar que diferentes ações de salvaguarda destinadas ao mesmo Bem Registrado, na mesma Unidade Federativa, tendem a beneficiar o mesmo conjunto de pessoas em momentos e com objetivos diferentes. Por exemplo, é provável que uma oficina de produção de mamulengos para trinta bonequeiros em Pernambuco, somada a outra oficina de capacitação em elaboração de projetos culturais para cinquenta bonequeiros em Pernambuco, beneficiem um grupo muito semelhante de pessoas (detentores), sendo possível inferir que houve oitenta benefícios, mas impossível garantir que foram oitenta pessoas beneficiadas, porque é provável que algumas delas

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

se beneficiaram de ambas as oficinas. Logo, a soma dos detentores, dos parceiros institucionais e das pessoas da sociedade civil beneficiadas nos 137 formulários recebidos representa na verdade o total de benefícios, por considerar que uma pessoa pode receber mais de um benefício.

Em números absolutos, os formulários registraram **70.955 benefícios**. Contudo, é necessário ponderar que algumas ações de salvaguarda com caráter abrangente ou de alcance difuso podem apresentar números de pessoas beneficiadas elevadíssimos quando comparadas com as ações de salvaguarda planejadas para um público-alvo específico ou com vagas limitadas aos inscritos. Nesse contexto, é necessário estabelecer um parâmetro para definir benefícios diretos de indiretos. Com a proposta de identificar um número mais factível para ponderar os benefícios diretos e os indiretos, utilizou-se o desvio padrão como limite entre benefícios diretos e indiretos. A soma dos benefícios com valor menor ou igual ao desvio-padrão resultou em **20.525 benefícios diretos**. A Tabela 2 detalha a soma dos benefícios informados nos formulários, o desvio-padrão e a soma dos benefícios direto e indireto calculados:

Tabela 2: Total de Benefícios Registrados com as Ações de Salvaguarda

	Benefícios Informados	Desvio Padrão	Benefícios diretos	Benefícios indiretos
Benefícios a pessoas da sociedade civil	32.681	1.709	10.431	22.250
Benefícios a detentores	1.285	28	605	680
Benefícios a parceiros institucionais	36.989	1.234	9.489	27.500
Total de participações	**70.955**		**20.525**	**50.430**

Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025)

Considerando os benefícios informados da Tabela 2, é possível indicar as medidas de tendência central (média, mediana e moda) para estimar o número de pessoas beneficiadas por ação de salvaguarda monitorada, conforme indica a Tabela 3:

Tabela 3: Medidas de Tendência Central para Estimar as Pessoas Beneficiadas por Ação

	Média	Mediana	Moda
Benefícios a pessoas da sociedade civil	239	45	50
Benefícios a detentores	9	3	0
Benefícios a parceiros institucionais	270	2	0
Total de participações	**518**	**50**	**50**

Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025)

Nota-se, pelos valores de média, mediana e moda, que: as ações de salvaguarda beneficiaram prioritariamente a comunidade detentora, em virtude dos valores representativos nas três colunas; e que as ações voltadas à sociedade civil, embora em menor quantidade, porque apresentaram mediana igual a dois e moda igual a zero, quando realizadas, tiveram grande alcance, indicado pelo pico de 270 pessoas beneficiadas em média.

Processos administrativos vinculados

Conforme observado no Gráfico 17, das 137 ações de salvaguarda monitoradas, 110 (80%) possuem processos administrativos vinculados, disponíveis no Sistema Eletrônico de Informação (SEI!). Nos 27 casos (20%) em que as ações não estão vinculadas a processos administrativos, pode-se perceber que a maior parte delas se refere a ações promovidas pelos próprios detentores com apoio do Iphan, ou ações promovidas por instituições parceiras.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 17: Ações de Salvaguarda com Processos Administrativos Vinculados no Iphan



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Ações de salvaguarda emergenciais

Outro número relevante para o processo de monitoramento corresponde à identificação de quantas e quais ações de salvaguarda foram consideradas "emergenciais". Cumpre destacar que se entende como "ação emergencial" aquela cuja não realização pode acarretar o comprometimento da sustentabilidade cultural do bem registrado.

A situação emergencial está relacionada à possibilidade do bem não mais existir – seja por falta de transmissão de saberes em contextos nos quais os detentores são exclusivamente idosos ou as comunidades detentoras correm algum risco de desaparecimento por algum outro motivo, seja por questões ambientais que comprometam alguma matéria-prima diretamente associada ao Bem, por exemplo. Nesse sentido, o ciclo de monitoramento de 2024 identificou que apenas dez ações (7%) foram consideradas emergenciais, conforme apresentado no Gráfico 18:

Gráfico 18: Ações de Salvaguarda Monitoradas Consideradas Emergenciais



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

No Maranhão, foram realizadas duas ações com foco na salvaguarda do ritual das Matanças do **Bumba meu boi**, ameaçado de desaparecimento nas regiões da Baixada Maranhense, Pindaré e Litoral Ocidental. Foram promovidos registros audiovisuais e uma pesquisa histórica sobre o ritual, que enfrenta dificuldades de continuidade devido à redução da prática nos grupos e ao afastamento dos jovens. A prática depende do conhecimento de figuras específicas, como o "patrão", cuja ausência tem comprometido a realização do ritual.

Em Goiás, diante da interdição do Cavalhódromo, espaço tradicional das **Cavalhadas**, foram realizadas três ações emergenciais. Um encontro interinstitucional definiu um local alternativo para a realização da festa em 2024. Em seguida, foi apresentado à comunidade o projeto de requalificação do Cavalhódromo, visando retomar suas atividades em 2025. Por fim, reuniões trataram da necessidade de demolição e limpeza do espaço interditado, a tempo de viabilizar o retorno das Cavalhadas ao local original.

Na Paraíba, duas ações distintas foram promovidas. A segunda etapa das oficinas de **Fole de Oito Baixos** deu continuidade à salvaguarda deste instrumento e prática em risco, identificada durante o processo de registro das **Matrizes do Forró**. Já em relação ao **Cavalo-Marinho**, foi organizada uma escuta emergencial com detentores para garantir sua participação no Plano de Salvaguarda que está sendo elaborado com o estado de Pernambuco.

No Rio Grande do Sul, realizou-se a reforma emergencial da Casa de Passagem, utilizada pela comunidade Guarani vinculada à **Tava**. O espaço apresentava graves problemas

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

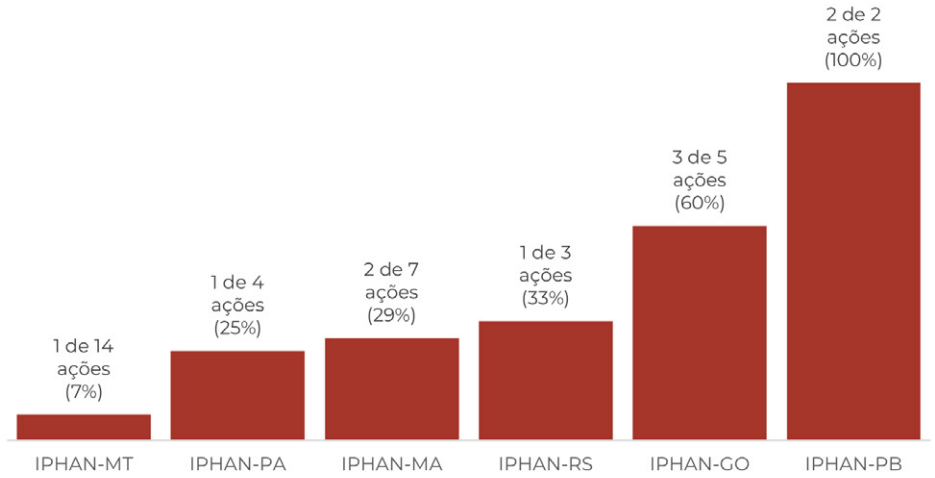
estruturais, como infiltrações, goteiras e falhas nos sistemas elétrico e hidráulico, comprometendo sua utilização pelos detentores do bem cultural.

No Pará, foram promovidas oficinas de apresentação da política de salvaguarda no **Marajó** entre maio e junho de 2024. A atividade, prevista para 2023, não havia sido realizada devido à indisponibilidade de técnicos.

No Mato Grosso, foi realizada com urgência a apresentação de um formulário de candidatura para a mudança de lista da Unesco referente ao **Ritual Yaokwa**, bem como obtida a anuência da comunidade indígena. A ação foi imprescindível para respeitar o prazo de inscrição, que se encerrava em 15 de dezembro, sendo a próxima oportunidade prevista apenas para 2026.

Para as unidades do Iphan que realizaram/monitoraram ações de salvaguarda emergenciais, calculou-se o impacto dessas ações, considerando a razão entre o número de ações emergenciais e o total de ações monitoradas pela unidade, conforme aponta o Gráfico 19:

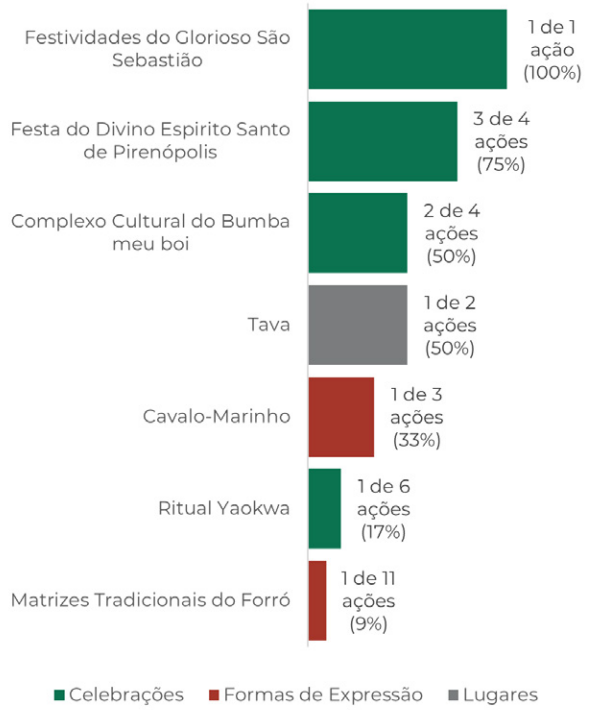
Gráfico 19: Percentual das Ações Emergenciais sobre as Ações Monitoradas por Unidades do Iphan



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

O impacto das ações de salvaguarda emergenciais sobre os Bens Registrados salvaguardados está evidenciado no Gráfico 20. Para o resultado percentual, foi considerada a razão entre as ações emergenciais monitoradas e a totalidade das ações realizadas para o respectivo Bem Cultural.

Gráfico 20: Percentual das Ações Emergenciais sobre as Ações Monitoradas por Bem Registrado



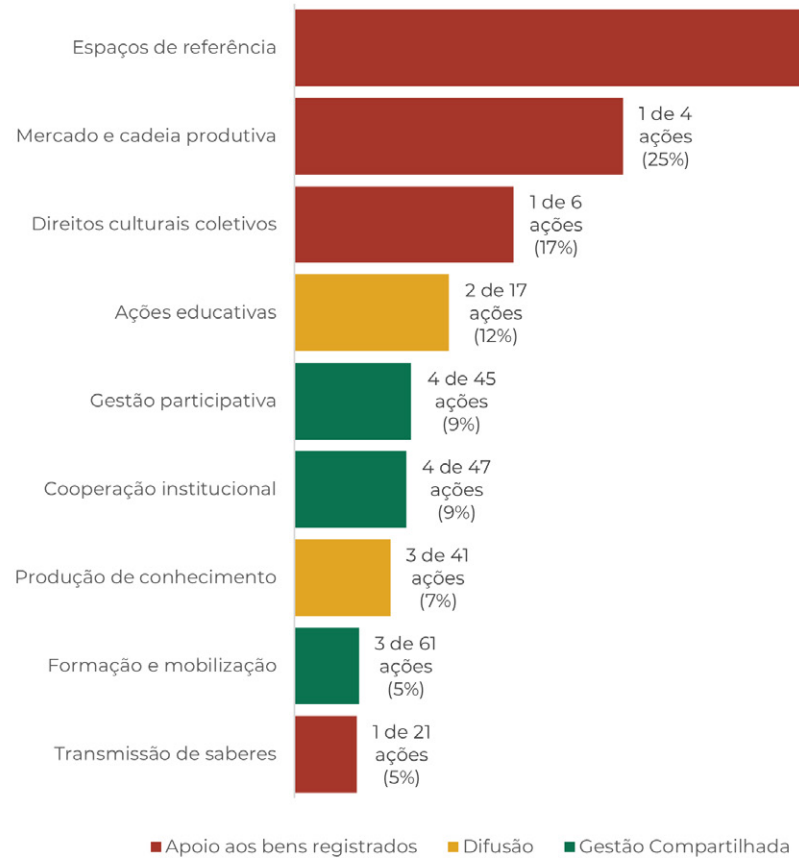
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Considerando o recorte das dez ações emergenciais, o Gráfico 21 apresenta as tipologias de ação de salvaguarda

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

mais indicadas no monitoramento das ações emergenciais. O percentual informado foi calculado considerando a razão entre a quantidade de indicações da tipologia e o total de ações emergenciais. Cabe lembrar que as ações de salvaguarda podem se classificar em mais de uma tipologia.

Gráfico 21: Percentual das Ações Emergenciais sobre as Ações Monitoradas por Tipologia

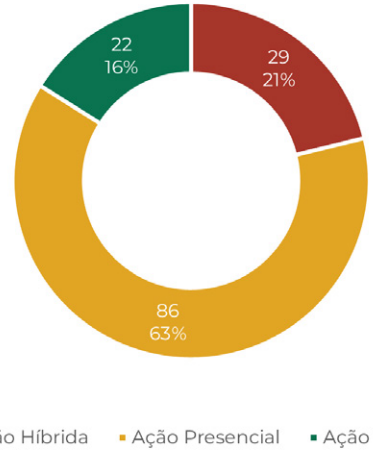


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Formato de realização das ações de salvaguarda

As ações de salvaguarda monitoradas foram realizadas em três modalidades, sendo elas: modo presencial, modo virtual e modo híbrido (que mescla os formatos presencial e virtual). Em 2024, foi apontado que 63% das ações monitoradas se deram de forma presencial, conforme apresentado no Gráfico 22. A soma das ações ocorridas em formato presencial e híbrido indicam que 84% das ações monitoradas foram realizadas com encontros presenciais em pelo menos uma de suas etapas de execução.

Gráfico 22: Metodologia de Realização das Ações de Salvaguarda Monitoradas



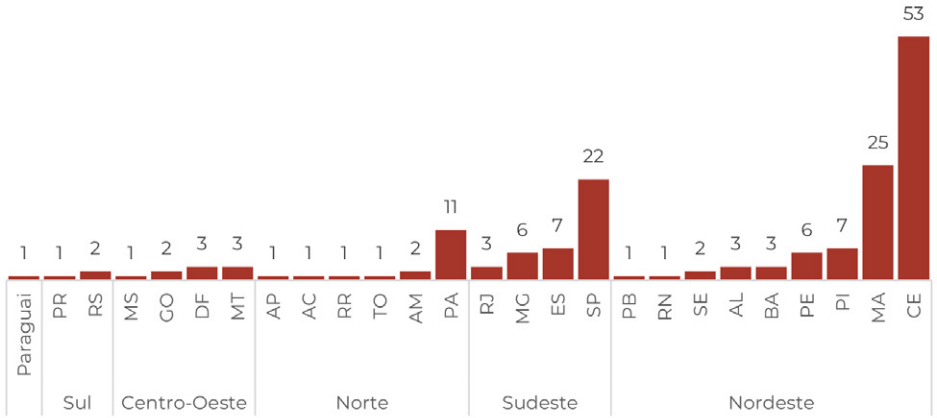
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

As fichas de monitoramento encaminhadas pelas unidades do Iphan indicam 169 cidades nas quais as ações de

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

salvaguarda monitoradas transcorreram na modalidade presencial ou híbrida. O Gráfico 23 apresenta estes quantitativos por Unidade Federativa.

Gráfico 23: Número de Municípios com Ações Realizadas na Modalidade Presencial ou Híbrida



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Observa-se que, no estado do Ceará, o número de municípios envolvidos com as ações de salvaguarda monitoradas foi bem superior ao de outros estados. Esse número está relacionado à ação de mapeamento da **Capoeira**, cuja primeira etapa foi iniciada em 2023 e que, no tocante à etapa 2, realizada em 2024, possibilitou identificar a presença de detentores em 52 municípios do estado.

Outros destaques são: Maranhão, com uma ação de mapeamento do **Tambor de Crioula** nas microrregiões de São Luís, Litoral Ocidental Maranhense, Rosário, Baixada Ocidental Maranhense, Itapecuru-Mirim, Pindaré, Médio Mearim, Codó e Caxias; São Paulo, com a realização do XII Encontro Paulista de Jongueiros(as), realizado em Santos (SP) e contando com a participação de detentores(as) de mais de dez municípios paulistas; e Pará, onde foram realizadas oficinas para apresentação da política de salvaguarda junto a municípios do Marajó, onde ocorrem as **Festividades do Glorioso São Sebastião**.

Considerando as outras Unidades Federativas, com variação entre um e dez municípios, observa-se uma atuação presencial média do Iphan em aproximadamente 6,7 municípios por Unidade Federativa.

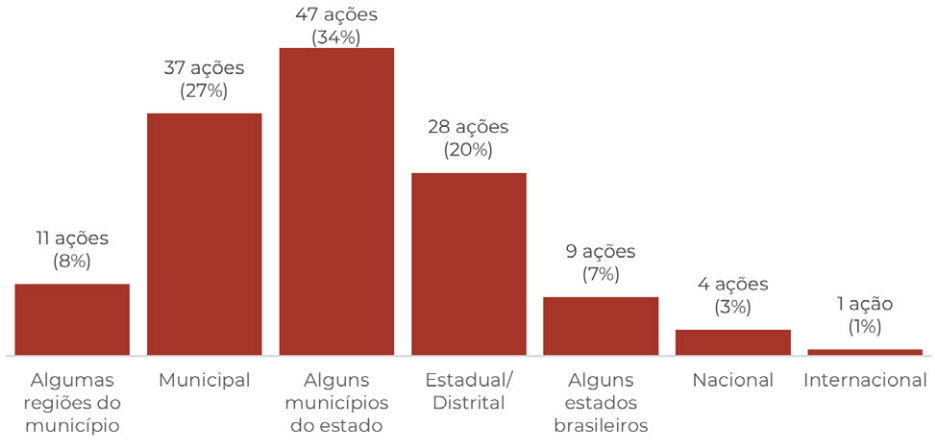
Abrangência das ações de salvaguarda monitoradas

O Ciclo 2024 de Monitoramento estruturou sete categorias para mapear a abrangência das localidades beneficiadas com as ações de salvaguarda monitoradas, sendo elas: algumas regiões do município; municipal; alguns municípios do estado; estadual/distrital; alguns estados brasileiros; nacional; e internacional.

Conforme apresentado no Gráfico 24, observa-se que: 34% das ações monitoradas beneficiaram alguns municípios do estado no qual a ação ocorreu; 27% beneficiaram o município em que a ação ocorreu; e 20% beneficiaram a Unidade Federativa na qual a ação ocorreu. A soma dessas três maiores porcentagens equivale a 81% das ações monitoradas.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 24: Ações de Salvaguarda Realizadas por Localidade Beneficiada



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).



Tábua com cortes de Queijo Minas Artesanal. Foto: Estêvão Andrade, 2022. Acervo: APROCER e Iphan-MG.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP



PRODUTOS

Renda Irlandesa Sergipana, Divina Pastora/SE. Foto: Melissa Warwick, 2013. Acervo: CNFCP/Iphan.

PRODUTOS

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Considera-se como produto o resultado mensurável de determinada ação. No âmbito das ações de salvaguarda dos Bens Registrados, nem sempre haverá produtos associados aos resultados alcançados. Isso não significa que a ação foi menos eficaz, eficiente ou efetiva para a salvaguarda do bem: há ações que produzem resultados que agem diretamente na autonomia, na manutenção, no desenvolvimento ou no fortalecimento do processo de salvaguarda de um Bem Cultural, sem, necessariamente, gerar resultados quantificáveis passíveis de serem categorizados como produtos.

Ações de mobilização de detentores, de articulação com parceiros, estímulo à autonomia de detentores, esclarecimento sobre a Política de Patrimônio Imaterial, entre outras, são alguns exemplos de ações que não necessariamente geram produtos.

Nesse sentido, considerando o histórico dos ciclos de monitoramento anteriores e que nem todas as ações podem ser concluídas em um único ciclo de monitoramento, estabeleceu-se três categorias distintas a respeito da geração de produtos das ações de salvaguarda, sendo elas:

1. Houve produtos gerados: nos casos em que os produtos gerados pela ação de salvaguarda foram entregues e atestados e podem ser objetivamente mensuráveis/quantificáveis. São exemplos de tipos de produtos: curso, oficina, treinamento, workshop, congresso, colóquio, fórum, seminário, conferência, convenção, simpósio, lançamento, inauguração, show, apresentação, festa, feira, festival, espetáculo, exposição, mapeamento, pesquisa histórica, pesquisa etnográfica, complementação ou ampliação de registro, estudo, entrevista, edital de premiação, edital de seleção, filme, documentário, gravações, música, recital, quadro, fotografia, imagem, gravura, mapa, croqui, livro, apostila, manual, cartilha, livreto, catálogo, revista, planos de salvaguarda, folder, banner, jornal etc.



2. Os produtos serão gerados no futuro: nos casos em que os produtos gerados pela ação de salvaguarda podem ser objetivamente mensuráveis/quantificáveis, mas ainda não foram formalmente entregues e atestados, com expectativa finalização em ciclo de monitoramento posterior. Normalmente, estão associados a ações de salvaguarda extensas, como mapeamentos, pesquisas etnográficas, pesquisas históricas, elaboração de plano de salvaguarda, criação de centro de referência, criação de museus, projetos ambientais etc.

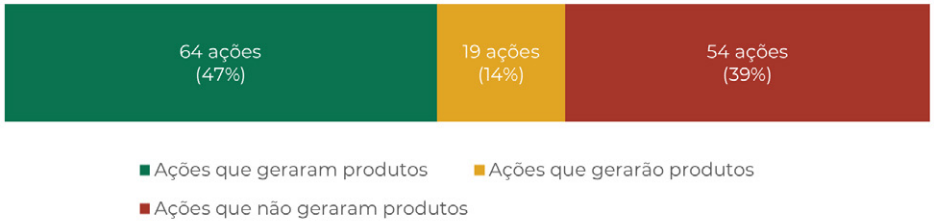
3. Não houve produtos gerados: nos casos em que a ação de salvaguarda monitorada não gerou algo objetivamente mensurável/quantificável ao seu público-alvo, mas os resultados alcançados são relevantes e impactam o processo de salvaguarda. Normalmente, estão associados a ações de salvaguarda contínuas, que envolvam, por exemplo, articulação com parceiros para realização de ações futuras, ampliação da mobilização de detentores(as) para o processo de salvaguarda, ampliação da representatividade de segmentos culturais, estímulo à autonomia da comunidade detentora e de parceiros na salvaguarda do Bem Cultural, esclarecimento sobre a política do Patrimônio Cultural Imaterial etc.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Entrega de produtos nas ações monitoradas

A distribuição das 137 ações de salvaguarda monitoradas em 2024 de acordo com as três categorias elencadas acima está representada no Gráfico 25. Verifica-se que 47% das ações monitoradas entregaram algum produto.

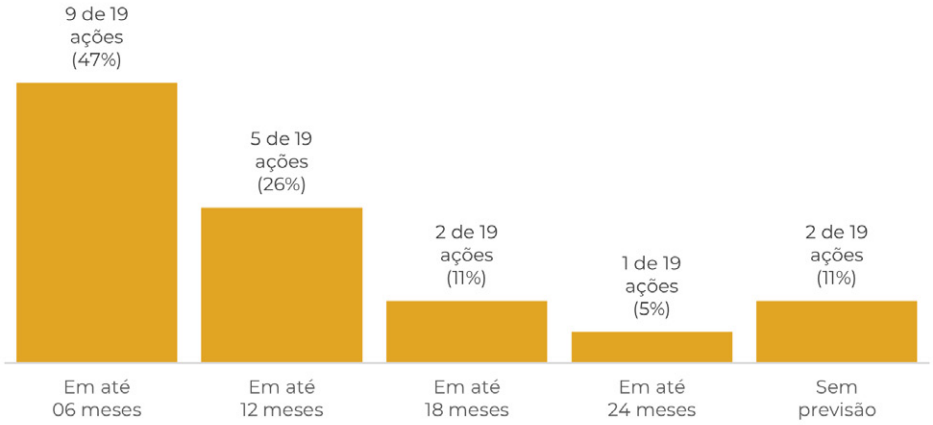
Gráfico 25: Entrega de Produtos nas Ações de Salvaguarda Monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Das 137 ações monitoradas, 19 indicaram que os produtos serão entregues futuramente. O Gráfico 26 mostra a previsão de entrega desses produtos. Para a maior parte deles (47%), a previsão de entrega é de até seis meses, e 26% têm a previsão de entrega de até doze meses, ou seja, 73% das 19 ações de salvaguarda em andamento pretendem gerar os respectivos produtos em 2025.

Gráfico 26: Previsão de Entrega dos Produtos nas Ações de Salvaguarda Monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Categorização dos produtos entregues

Considerando o histórico de atuação do DPI/Iphan, o resultado dos ciclos de monitoramento anteriores, as solicitações anuais em planos de ação e as demandas de detentores dos Bens Registrados indicadas em Planos de Salvaguarda, a COMAS estabeleceu dezesseis categorias de produtos no formulário de monitoramento do Ciclo 2024, sendo elas:

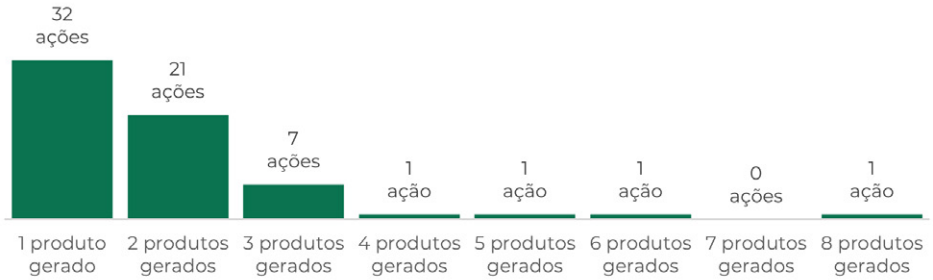
1. Aquisição de bens ou serviços;
2. Capacitações;
3. Criação ou manutenção de espaços;
4. Eventos;
5. Materiais audiovisuais;
6. Materiais gráficos;
7. Planos de salvaguarda;
8. Produtos artísticos;
9. Produtos de pesquisa;
10. Publicações;
11. Outros.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Cabe destacar que uma mesma ação de salvaguarda pode gerar vários produtos em diferentes categorias. Nesse sentido, o formulário de monitoramento do Ciclo 2024 permitiu ao respondente descrever e quantificar os produtos gerados (conforme orientação do manual de preenchimento, associando-os à categoria mais adequada e aos Bens Registrados diretamente beneficiados.

No Ciclo-2024, foram indicados 118 produtos, o que corresponde a aproximadamente 1,8 produtos por ação monitorada. O Gráfico 27 distribui as 64 ações de salvaguarda conforme a quantidade de produtos indicados pelas unidades do Iphan.

Gráfico 27: Ações Monitoradas por Quantidade de Produtos Gerados.



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

A partir da categorização aplicada aos produtos gerados, é possível indicar a quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por categoria (Gráfico 28) e a quantidade de produtos gerados por categoria (Gráfico 29).

Gráfico 28: Ações Monitoradas por Categoria de Produtos Gerados



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

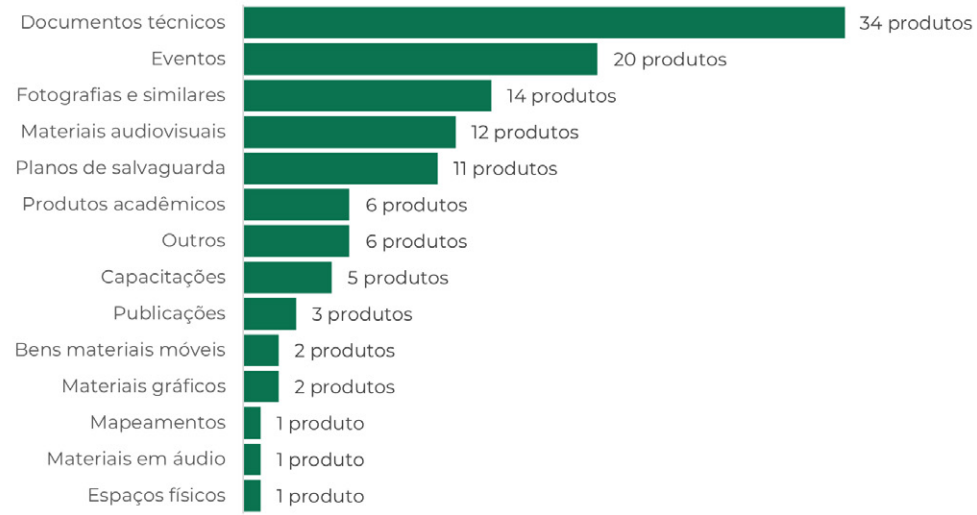
Observa-se, no Gráfico 28, que o somatório não totaliza as 64 ações de salvaguarda apontadas no Gráfico 25, uma vez que uma mesma ação pode apresentar mais de uma categoria de produtos, conforme já mencionado.

O Gráfico 29 apresenta os produtos indicados nas ações monitoradas em 2024, segmentados por categoria, cujo detalhamento consta no **Anexo 5.** Cabe ressaltar que algumas ações monitoradas indicaram como produtos 34 documentos técnicos ou administrativos, oriundos de fases intermediárias do fluxo de tramitação dos processos administrativos (como relatórios de viagem e pareceres técnicos). No contexto da quantificação de produtos, esses documentos foram omitidos da contagem, portanto, não

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

estão representados entre os **84 produtos** distribuídos no Gráfico 29. Todavia, destaca-se que os documentos técnico administrativos podem ser consultados por meio dos *links* de acesso aos seus respectivos processos, os quais constam no Compêndio das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados Monitoradas em 2024.

Gráfico 29: Produtos Gerados por Categoria

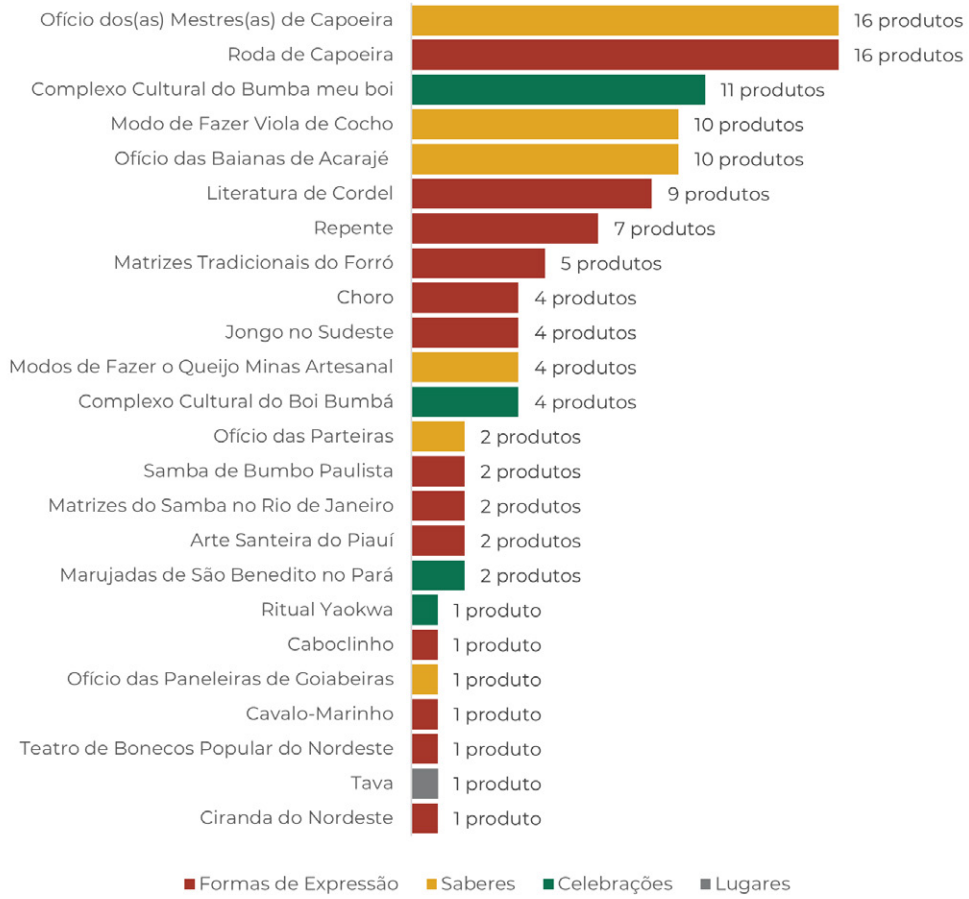


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Deduzidos os documentos técnicos e administrativos, também foi possível verificar a quantidade de produtos gerados por Bem Registrado, conforme demonstra o Gráfico 30. Observa-se que os Bens Registrados com abrangência nacional, como a **Roda de Capoeira**, **Ofício dos Mestres de Capoeira e as Matrizes Tradicionais do Forró**, foram os Bens Registrados beneficiados com a maior quantidade de produtos monitorados.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 30: Quantidade de Produtos Gerados por Bem Registrado



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).



Desfile das Agremiações do Grupo Dois, Maracatu Nação Linda Flor. Foto: Guilherme Labonia, 2012. Acervo: Fundarpe.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE SALVAGUARDA



Encerramento da Festa de Sant'Ana de Caicó/RN. Foto: Jasiel Vieira, 2021. Acervo: DPI/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

O formulário de monitoramento 2024 questionou quem foram os agentes responsáveis pelo planejamento e execução das ações de salvaguarda realizadas. Esses agentes foram organizados em três categorias, sendo elas:

1. Iphan: qualquer unidade interna pertencente ao Iphan – unidades especiais, superintendências, departamentos, coordenações gerais, coordenações, divisões ou autoridades e servidores em representação institucional;

2. Comunidade detentora: denominação dada aos grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica da produção, reprodução de determinado bem cultural imaterial e/ou seus bens culturais associados, e para os quais o bem possui valor referencial, é parte constituinte da sua memória e identidade. Detentores(as) possuem conhecimentos específicos sobre esses bens culturais e são os principais responsáveis pela sua transmissão para as futuras gerações e continuidade da prática ao longo do tempo (art. 2º, VI, Portaria Iphan nº 200/2016);

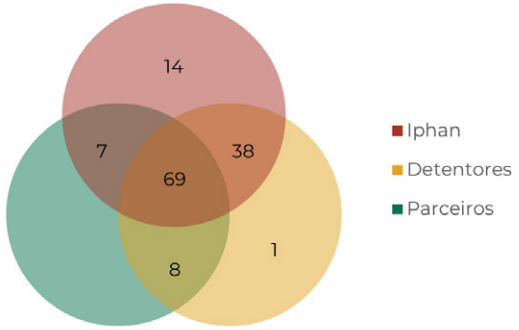
3. Parceiros: conjunto de pessoas, órgãos e instituições, governamentais ou não governamentais, de direito público ou privado, que não se enquadram como detentoras, mas contribuem com a manutenção, o fortalecimento, a proteção ou a valorização do Bem Cultural registrado e do processo de salvaguarda, respeitadas suas competências legais e seus limites de atuação.

Atuação em parcerias

Os agentes responsáveis pela realização das ações de salvaguarda monitoradas podem realizá-las ou sozinhos ou com os demais. O Diagrama 2 detalha as formas de combinação entre os três agentes responsáveis e o número de ações que foram realizadas por cada combinação de agentes.

Para facilitar a compreensão do Diagrama 2, cabe esclarecer que cada círculo do diagrama representa um dos agentes (Iphan, detentores e parceiros). Os três círculos são identificados em cores distintas (amarelo, verde e vermelho) que se sobrepõem de modo a criar regiões de interseção capazes de representar todas as sete possibilidades de combinação de participação dos quatro agentes. A soma dos números nas interseções de um mesmo círculo representa o total de ações que o agente representado no mesmo círculo figurou como responsável. Os números que aparecem nas interseções indicam ações de salvaguarda desenvolvidas em parcerias, respeitadas cada interseção.

Diagrama 2: Distribuição dos Responsáveis pela Realização das Ações de Salvaguarda Monitoradas

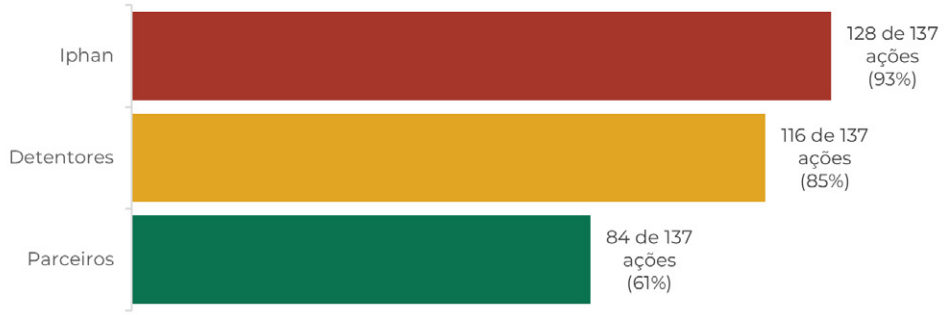


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

A partir da distribuição apresentada do Diagrama 2, é possível indicar o número e o percentual de ações de salvaguarda monitoradas realizadas por cada agente responsável, conforme aponta o Gráfico 31:

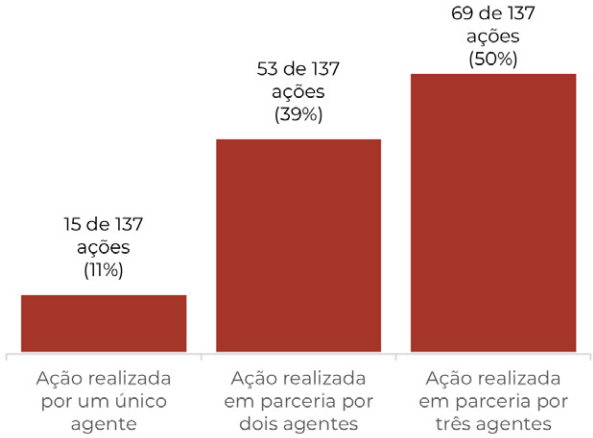
Gráfico 31: Atuação dos Agentes nas Ações de Salvaguarda Monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

O Diagrama 2 também permite indicar o número de ações de salvaguarda monitoradas de acordo com o número de agentes que atuaram em parceria (de um a três), conforme indica o Gráfico 32, no qual observa-se que 69 ações monitoradas (50%) foram realizadas com a colaboração de todos os agentes, contra quinze ações realizadas por um único agente.

Gráfico 32: Número de Ações Monitoradas por Número de Agentes Atuando em Parceria



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

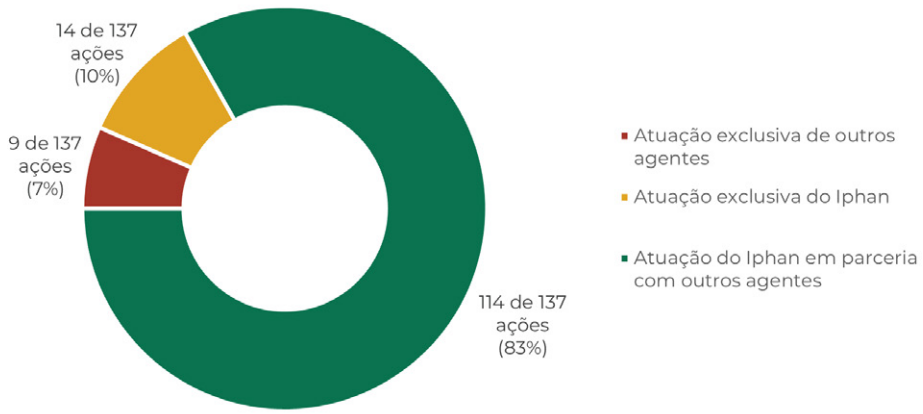
Atuação do Iphan

Foi possível analisar os percentuais de atuação do Iphan na realização das ações de salvaguarda considerando três diferentes perspectivas: ações realizadas exclusivamente pelo Iphan; ações realizadas pelo Iphan com outros agentes; e ações realizadas exclusivamente por outros agentes, isto é, sem a participação direta do Iphan.

Como demonstra o Gráfico 33, observa-se que 83% das ações monitoradas em 2024 foram realizadas pelo Iphan com comunidades detentoras e parceiros, ao passo em que apenas 10% realizadas exclusivamente pelo Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 33: Atuação do Iphan na Realização das Ações de Salvaguarda Monitoradas



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).



Ornamentação de Igreja durante a Festa de Sant'Ana de Caicó. Foto: Maria Iglê, 2007. Acervo: DPI/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



Renda Irlandesa Sergipana, Divina Pastora/SE. Foto: Melissa Warwick, 2013. Acervo: CNFCP/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

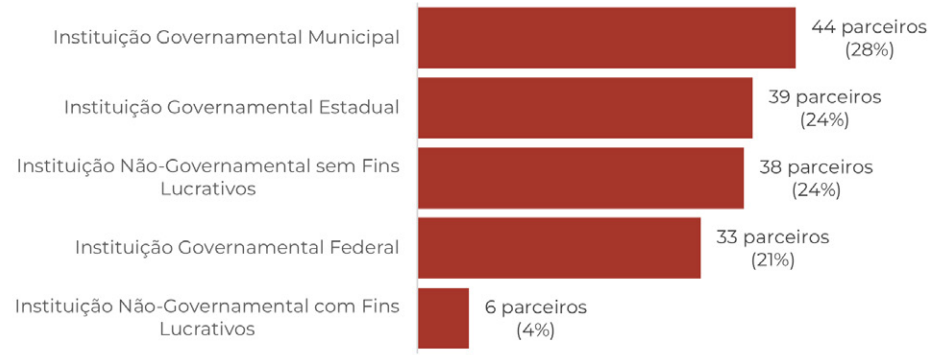
PARCEIROS INSTITUCIONAIS

O Ciclo de Monitoramento 2024 buscou identificar nominalmente quais parceiros institucionais colaboraram para a realização das ações de salvaguarda, sua frequência de atuação e a qual esfera de governo ele pertence.

Das 137 ações de salvaguarda monitoradas, 84 (61%) foram executadas com a colaboração de parceiros. Foram citados, ao todo, **160 parceiros institucionais** (detalhados no **Anexo 6**), em 23 Unidades Federativas, e 34 bens culturais registrados beneficiados com a parceria.

Os parceiros foram categorizados em cinco tipos de instituição de acordo com sua esfera de atuação, sendo elas: Instituição Governamental Federal; Instituição Governamental Estadual; Instituição Governamental Municipal; Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos; e Instituição Não Governamental com Fins Lucrativos. A maior parte das instituições citadas nas ações de salvaguarda monitoradas, aproximadamente 28%, se enquadra na categoria de Instituição Governamental Municipal, conforme evidenciado no Gráfico 34.

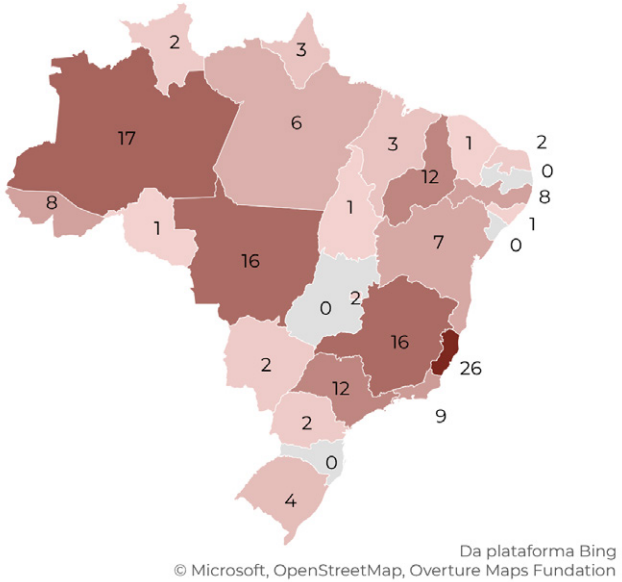
Gráfico 34: Número de parceiros institucionais por tipo de instituição



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Também foi possível verificar o número de parceiros institucionais por Unidade Federativa, conforme mostra o Gráfico 35. Cabe ressaltar que o somatório não corresponde ao total de 160 parceiros, uma vez que, em alguns casos, uma mesma instituição figurou como parceiro em diferentes unidades, como foi o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) que foi citado pelas unidades Iphan-ES e Iphan-MS.

Gráfico 35: Número de Parceiros Institucionais por Unidade Federativa

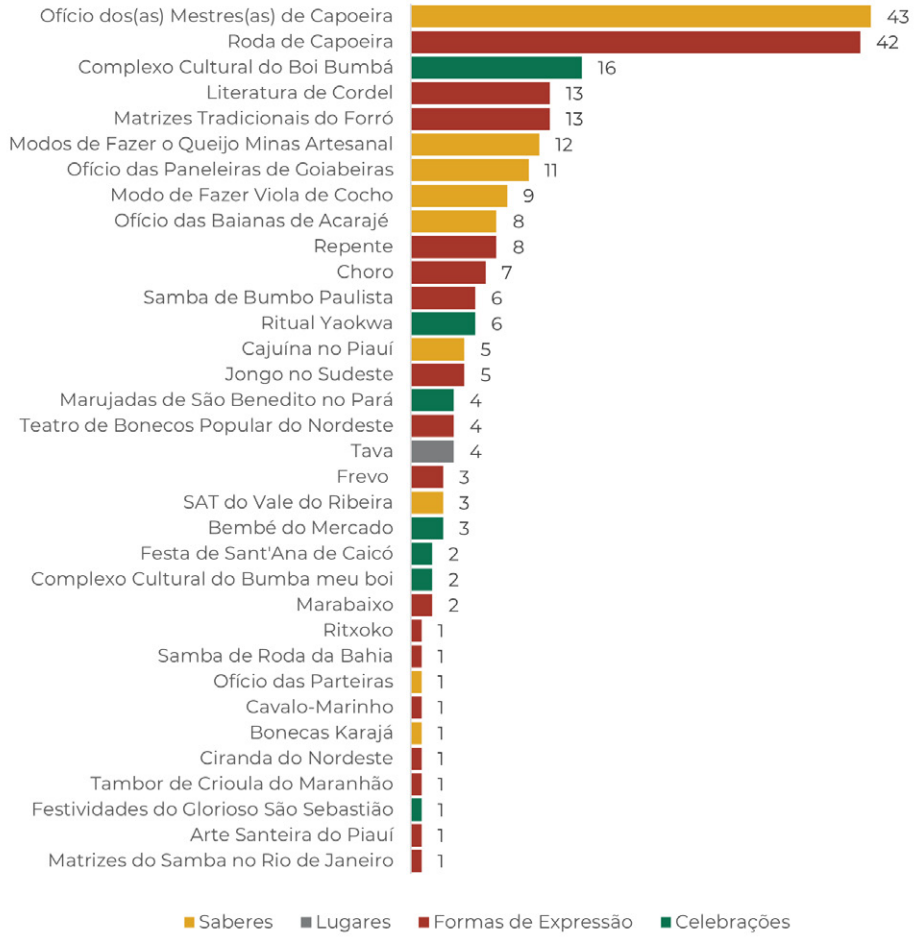


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

O Gráfico 36 mostra o número de parceiros institucionais que apoiaram as diversas ações monitoradas em 2024 por Bem Registrado. Da mesma forma que na análise anterior, o somatório não corresponde à totalidade dos 160 parceiros, uma vez que, em muitos casos, o mesmo parceiro atuou apoiando mais de um bem registrado.

Gráfico 36: Número de Parceiros Institucionais por Bem Registrado

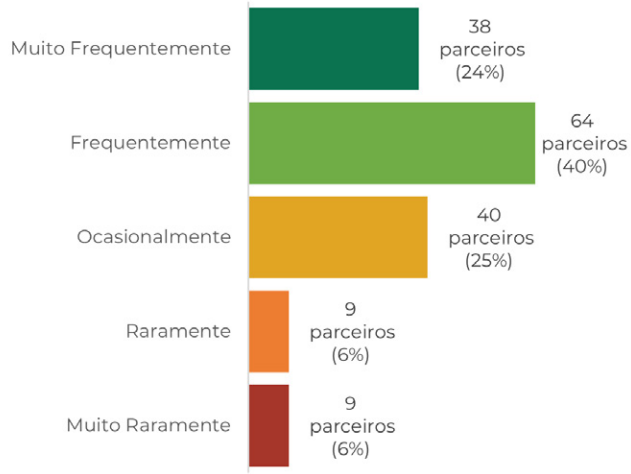


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Frequência de atuação

O quantitativo de parceiros institucionais organizados por frequência de atuação na salvaguarda do Bem Registrado pode ser verificado nos Gráficos 37 e 38, sendo que o Gráfico 37 considera apenas a frequência de atuação de todos os parceiros identificados e o Gráfico 38 considera a frequência de atuação por tipologia de instituição.

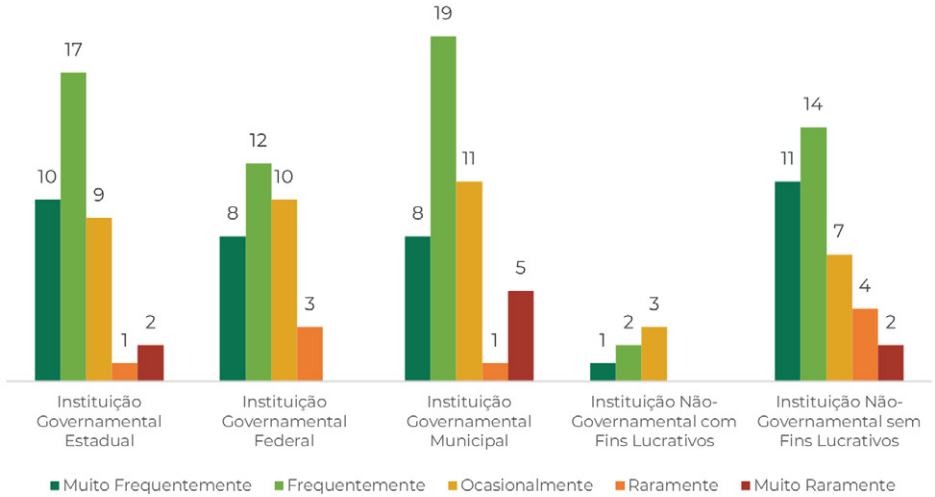
Gráfico 37: Número de Parceiros Institucionais por Frequência de Atuação



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 38: Número de Parceiros Institucionais por Tipo de Instituição e Frequência de Atuação



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

A partir da distribuição apontada no Gráfico 38, foi possível calcular a frequência média de atuação para cada tipo de instituição parceira. Para o cálculo, considerou-se: muito raramente com peso 1; raramente com peso 2; ocasionalmente com peso 3; frequentemente com peso 4; e muito frequentemente com peso 5. A partir da média ponderada, conclui-se que todos os tipos de instituição atuaram entre frequentemente e ocasionalmente, considerando as médias a seguir:

Instituição Governamental Estadual..... Média de 3,8

Instituição Governamental Federal..... Média de 3,8

Instituição Governamental Municipal..... Média de 3,8

Instituição Não-Governamental com Fins Lucrativos..... Média de 3,7

Instituição Não-Governamental sem Fins Lucrativos..... Média de 3,7



Cena de brincadeira do Mamulengo Fuzuê, no Distrito Federal. Foto: Davi Mello, 2020. Acervo: DPI/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Entre as parcerias estabelecidas em 2024 para a realização das ações de salvaguarda, é possível observar as palavras que mais aparecem no nome dos parceiros institucionais, conforme mostrado no Diagrama 3.

Diagrama 3: Palavras mais Utilizadas nos Nomes dos Parceiros Institucionais



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP



RECURSOS UTILIZADOS

Apresentação de Carimbó. Foto: Cris Salgado, 2018. Acervo: DPI/Iphan.

RECURSOS UTILIZADOS

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

A COMAS buscou identificar quais agentes aplicaram diretamente seus recursos para a realização das ações monitoradas e quais foram os tipos de recursos empregados. Os recursos mapeados durante o monitoramento foram classificados da seguinte forma:

1. RECURSOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Relacionados a atividades de publicidade, difusão, comunicação, veiculação, divulgação ou promoção da ação de salvaguarda por qualquer tipo de ferramenta ou instrumento.

2. RECURSOS DE CONHECIMENTO TÉCNICO

Relacionados à aplicação de conhecimentos técnicos, saberes, modos de fazer, metodologias de trabalho ou de execução para a realização da ação de salvaguarda monitorada.

3. RECURSO FINANCEIRO

Relacionados à aplicação de dinheiro na ação de salvaguarda em qualquer etapa, por exemplo, a contratação de um serviço, compra ou locação de materiais ou equipamentos, uso de diárias e passagens, pagamentos diversos etc.

4. RECURSOS FÍSICOS OU MATERIAIS

Relacionados ao uso ou à disponibilização de espaços físicos, insumos, equipamentos, mobiliário etc. para a realização da ação de salvaguarda monitorada.

5. RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Relacionados ao uso ou à disponibilização de internet, redes, sistemas, servidores, programas, aplicativos, protocolos etc. para a realização da ação de salvaguarda monitorada.

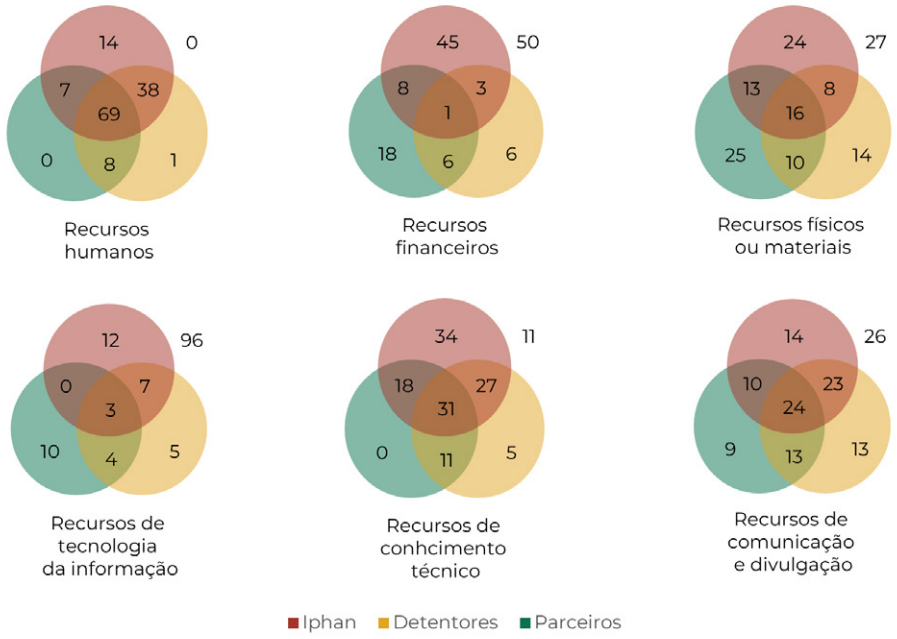
6. RECURSOS HUMANOS

Diretamente associados ao uso de pessoas colaboradoras que investiram tempo e esforço na realização de qualquer uma das etapas da ação de salvaguarda.

O conjunto dos seis diagramas que estão representados no Diagrama 4 divide as ações de salvaguarda na perspectiva do tipo de recurso utilizado e do agente que contribuiu com o recurso. Contudo, cabe esclarecer que cada diagrama representa um dos recursos utilizados e é composto por três círculos sobrepostos que simbolizam, conforme a cor (vermelho, amarelo e verde), os agentes responsáveis pela ação de salvaguarda (Iphan, comunidade detentora ou parceiros). A sobreposição dos círculos forma regiões de intersecção que representam a aplicação daquele recurso em parceria, isto é, aplicação daquele recurso por mais de um agente; a soma dos números distribuídos em cada diagrama totaliza as 137 ações de salvaguarda monitoradas; os números de ações ocupam sempre a zona de intersecção nas circunferências que corresponde ao agente e/ou parceria que financiou aquele recurso; e o número que está fora das circunferências representa o número de ações de salvaguarda que não utilizaram aquele recurso.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Diagrama 4: Distribuição das Ações de Salvaguarda por Recurso Utilizado e Agente Financiador



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

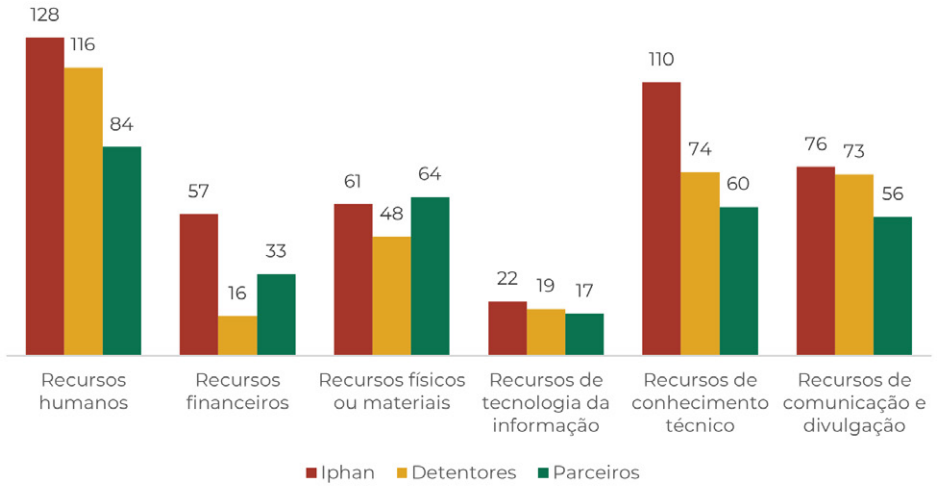
Em complemento ao Diagrama 4, o Gráfico 39 informa a quantidade de ações de salvaguarda monitoradas por agente financiador (Iphan, comunidade detentora e parceiros) e por tipo de recursos aplicados.



Tocando viola de cocho. Foto: Francisco da Costa, 2002. Acervo: DPI/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 39: Ações de Salvaguarda por Recurso Utilizado e Agente Financiador



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

A partir da análise do Diagrama 4 e do Gráfico 39, é possível apontar que:

1. Nove ações de salvaguarda monitoradas (6,6%) foram executadas sem a aplicação de recursos humanos do Iphan, com destaque para uma ação de salvaguarda executada pela sociedade civil (representada fora do diagrama de recursos humanos).

2. Cinquenta ações de salvaguarda monitoradas (36%) foram do tipo não orçamentária, contra 87 (64%) do tipo orçamentária.

3. Quarenta e cinco ações de salvaguarda monitoradas (33%) foram custeadas exclusivamente pelo Iphan, contra 30 (22%) custeadas por outros agentes (sem participação do Iphan).

4. Somente 41 ações de salvaguarda monitoradas (30%) utilizaram recursos de tecnologia da informação para sua realização.

5. Cento e onze ações de salvaguarda monitoradas (81%) utilizaram recursos de comunicação e divulgação, contra vinte e seis ações (19%) não divulgadas pelos agentes;

6. Apenas onze ações de salvaguarda monitoradas (8%) não necessitaram da aplicação de recursos de conhecimento técnico para a realização, contra 126 ações (92%) que demandaram conhecimento técnico de algum dos agentes;

7. Recursos físicos ou materiais foram único tipo de recurso em que o Iphan ficou na segunda posição quanto à aplicação (61 ações);

8. Os detentores tiveram melhor desempenho na aplicação de recursos de conhecimento técnico (74 ações);

9. Outros parceiros institucionais só tiveram melhor desempenho que os detentores na aplicação de recursos financeiros (33 ações) e recursos físicos e materiais (64 ações).

Aplicação de recursos orçamentários do Iphan

O Ciclo 2024 de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados indicou que 87 ações de salvaguarda dependeram de recursos financeiros para sua realização, as quais destacam-se 43 ações de salvaguarda com algum aporte de recursos financeiros da comunidade detentora ou de parceiros institucionais. Contudo, somente o recurso financeiro investido pelo Iphan pôde ser mapeado de forma assertiva via formulário de monitoramento, combinado com as informações orçamentárias do SIG-Iphan e

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

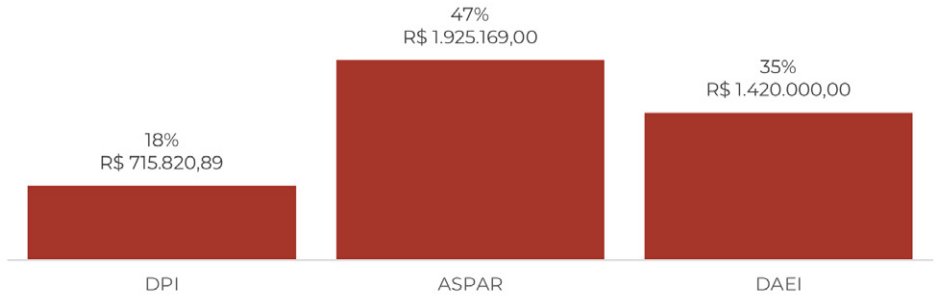
do Portal da Transparência do Governo Federal. Em 2024, a COMAS mapeou **onze planos de ação** (PAs) executados pelas unidades do Iphan **(Anexo 7)**, com projetos cujo escopo beneficiou diretamente Bens Culturais Registrados.

Ao todo, o Iphan **empenhou R$ 4.060.989,89** em recursos orçamentários para apoio e fomento a Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, nas ações orçamentárias 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro) e 5538 (Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados). Esse montante representa uma diminuição de quase **38,4%**[1] em relação a 2023. Dos onze planos de ação mapeados para Bens Culturais Registrados, quatro (36%) indicam o DPI como departamento gestor, os sete outros projetos agregam temas transversais do Patrimônio Cultural geridos por outros departamentos gestores do Iphan. Os Gráficos 40 e 41 apresentam respectivamente a distribuição dos recursos empenhados em 2024, para Bens Registrados, por departamento gestor (Gráfico 40) e por unidade executora (Gráfico 41). Contudo, antes de apresentar as informações gráficas, cabe evidenciar a distinção entre as funções do departamento gestor e da unidade executora no fluxo de execução dos projetos aprovados.

Os departamentos gestores são responsáveis por avaliar, priorizar e coordenar os projetos propostos pelas unidades executoras que serão desenvolvidos ao longo do ano, no âmbito de suas respectivas competências departamentais temáticas. Cabe à Diretoria Colegiada do Iphan a aprovação dos projetos propostos, considerando a disponibilidade orçamentária do exercício, as determinações legais e outros fatores de governo. Quando aprovados, os projetos (Planos de Ação) devem ser acompanhados pelos respectivos departamentos gestores, mas executados pelas unidades executoras (Gráfico 41) proponentes do projeto (Plano de Ação). Departamentos gestores também podem figurar como unidades executoras a depender do escopo do projeto.

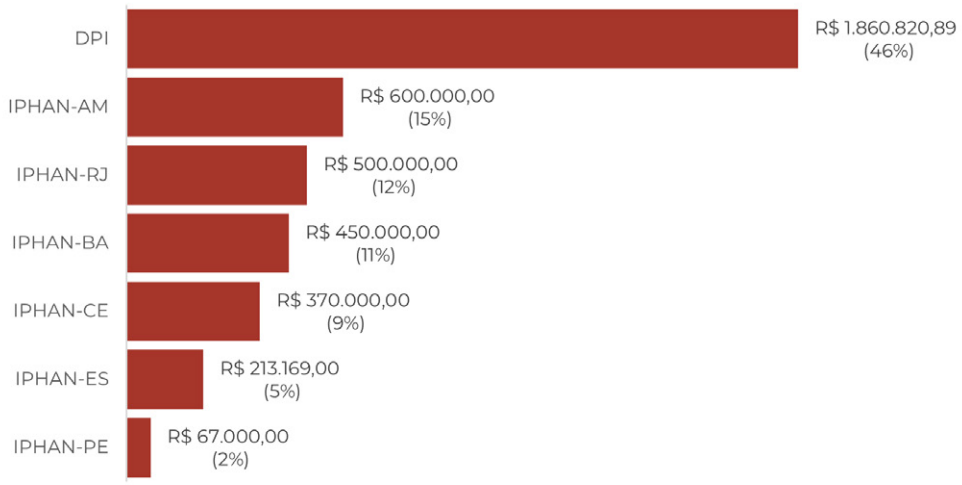
1. Em 2023, foram empenhados R$ 6.591.362,99 para a execução de ações de salvaguarda de Bens Registrados, conforme indicado no relatório de monitoramento do Ciclo 2023.

Gráfico 40: Recursos Empenhados para Bens Registrados por Departamento Gestor



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Gráfico 41: Recursos Empenhados para Bens Registrados por Unidade Executora

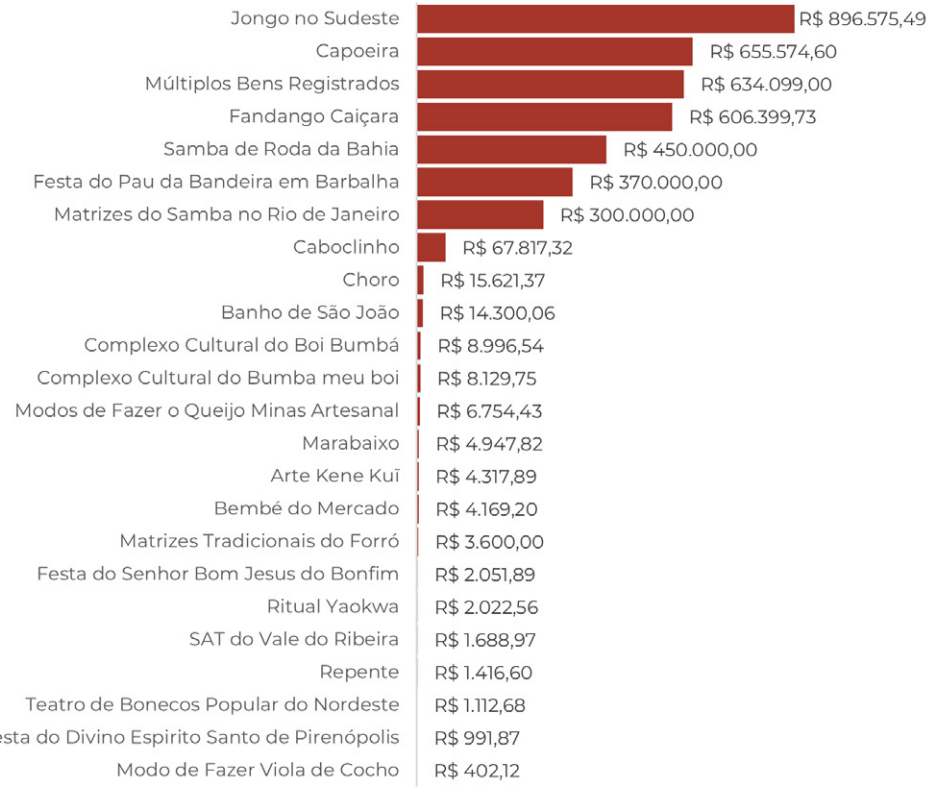


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

A partir do Gráfico 41, é possível observar um panorama de distribuição orçamentária não somente entre as unidades administrativas do Iphan, mas também uma capilaridade na gestão do orçamento destinado aos bens culturais registrados por Unidade Federativa. Para além da distribuição geográfica, é possível compreender o cenário orçamentário para cada um dos bens culturais registrados (Gráfico 42), sendo os de abrangência nacional e/ou regional os que foram mais beneficiados por meio de ações orçamentárias, como é o exemplo da Capoeira e do Jongo no Sudeste, ou ainda quando uma ação beneficiou mais de um bem cultural, que é o caso do recurso orçamentário identificado no Gráfico 42 como "Múltiplos Bens Registrados".

Gráfico 42: Recursos Empenhados por Bem Cultural Registrado



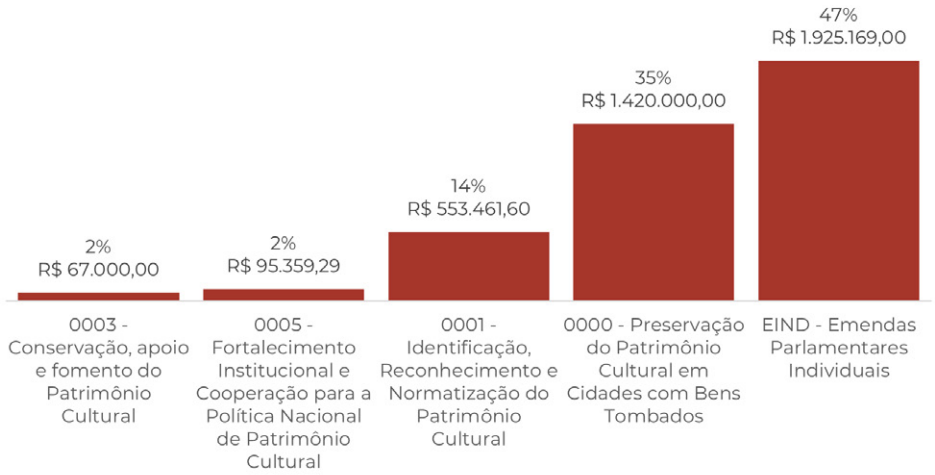
Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Também é possível fazer a distribuição dos recursos empenhados por plano orçamentário (PO), uma identificação de caráter gerencial transmitida ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que não consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) e tem por finalidade permitir o acompanhamento físico e financeiro da execução em um nível de detalhamento maior do que o apresentado na LOA.

São POs comumente utilizados pelo Iphan para a aplicação de recursos próprios na ação 20ZH: identificação; reconhecimento e normatização do Patrimônio Cultural; fiscalização e monitoramento do Patrimônio Cultural brasileiro; conservação, apoio e fomento do Patrimônio Cultural; promoção, educação e informação para o Patrimônio Cultural; e fortalecimento institucional e cooperação para a Política Nacional de Patrimônio Cultural. Para a Ação Orçamentária 5538 (Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados), o Iphan utiliza um PO com o mesmo nome. O Gráfico 43 apresenta a distribuição dos recursos empenhados para Bens Registrados por plano orçamentário utilizado.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 43: Recursos Empenhados para Bens Registrados por Plano Orçamentário



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

O Iphan se utilizou de quatro modalidades de aplicação para os recursos empenhados no ciclo monitorado: transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, via Termos de Colaboração; aplicação direta, quando o recurso é investido diretamente pelo Iphan; transferências a órgãos e instituições públicas federais por meio da celebração ou da dispensa de Termos de Execução Descentralizada (TED); e transferências a órgãos e instituições públicas estaduais ou municipais, por meio de Convênios. O Gráfico 44 apresenta essa distribuição por modalidade de aplicação.

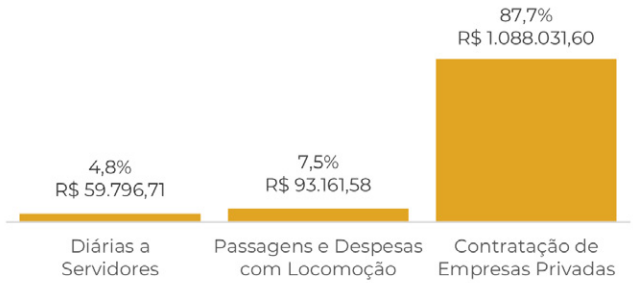
Gráfico 44: Recursos Empenhados para Bens Registrados por Modalidade de Aplicação



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Ao detalhar, por tipo de despesa realizada, o montante de R$ 1.240.989,89, aplicado diretamente pelo Iphan, observa-se que 87,7% foram destinados à celebração de contratos administrativos com pessoas jurídicas, conforme indicado no Gráfico 45.

Gráfico 45: Recursos Executados Diretamente pelo Iphan para Bens Registrados por Tipo de Despesa

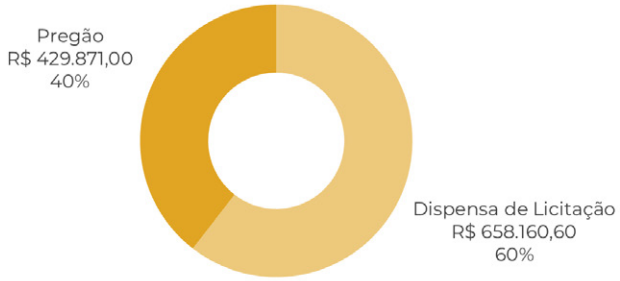


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Ao detalhar, por tipo de licitação, o mesmo montante aplicado diretamente pelo Iphan, observa-se que aproximadamente 40% foram licitados na modalidade pregão, conforme indicado no Gráfico 46.

Gráfico 46: Recursos Executados Diretamente pelo Iphan para Bens Registrados por Tipo de Licitação



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Restos a pagar

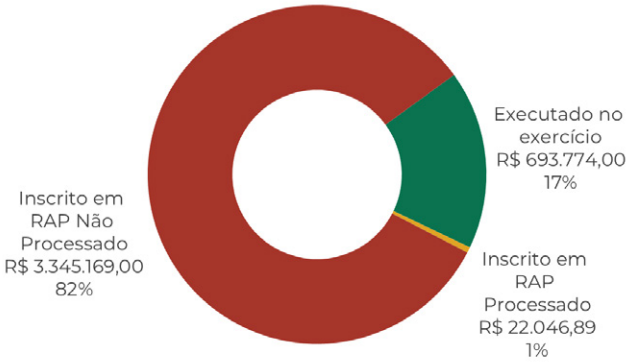
Os recursos empenhados ao longo do exercício que não cumpriram as etapas seguintes da execução orçamentária (liquidação e pagamento) podem ser inscritos em Restos a Pagar (RAP), observada as regras da legislação vigente. Os RAP são compromissos financeiros exigíveis assumidos pela administração pública por meio de algum instrumento que cria uma obrigação de pagamento ao credor (pessoa física ou jurídica) no exercício subsequente, mediante o cumprimento dos requisitos pactuados no instrumento. Os RAP podem ser divididos em dois grupos:

1. restos a pagar processados, quando o valor empenhado foi liquidado (a administração pública atestou o cumprimento das obrigações do credor), mas não foi pago no mesmo exercício do empenho;

2. restos a pagar não processados, quando o valor empenhado não foi liquidado nem pago no mesmo exercício do empenho, mas o compromisso da administração pública e do credor permanecem vigentes, em virtude do instrumento pactuado por ambos.

No que tange à execução financeira dos recursos orçamentários empenhados em 2024, 17% do montante foi pago dentro do exercício corrente, contra 83% inscritos em restos a pagar (RAP) ou processados ou não processados, conforme detalhado no Gráfico 47:

Gráfico 47: Recursos Empenhados em 2024 por Estágio da Execução



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

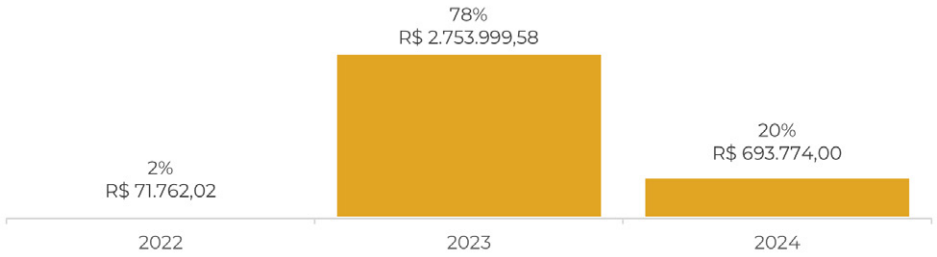
Ao longo do exercício de 2024, também foram pagos R$ 2.825.761,60 de empenhos inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores (2022 e 2023), vinculados a projetos de salvaguarda cadastrados em 58 Planos de Ação do Iphan, detalhados no **Anexo 8.**

Somando os pagamentos realizados com o orçamento do ano corrente (2024) e com o orçamento de exercícios anteriores (RAP), foi pago pelo Iphan, no âmbito das ações orçamentárias 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro) e 5538 (Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados), o montante de R$ 3.519.535,60

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

para ações de apoio e fomento aos Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Os Gráficos 48 e 49 apresentam o quanto foi executado financeiramente em cada ano:

Gráfico 48: Recursos Pagos em 2024 para Bens Registrados por Ano de Origem do Orçamento



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Pelo acompanhamento dos planos de ação inscritos em RAP que beneficiam Bens Registrados, observa-se que, do montante orçamentário de R$ 5.011.503,09 inscrito em RAP, o Iphan conseguiu executar R$ 2.825.761,60, cerca de 56%. A Tabela 4 detalha os valores inscritos, cancelados, pagos e reinscritos em 2024 por ano de origem do orçamento inscrito em RAP.

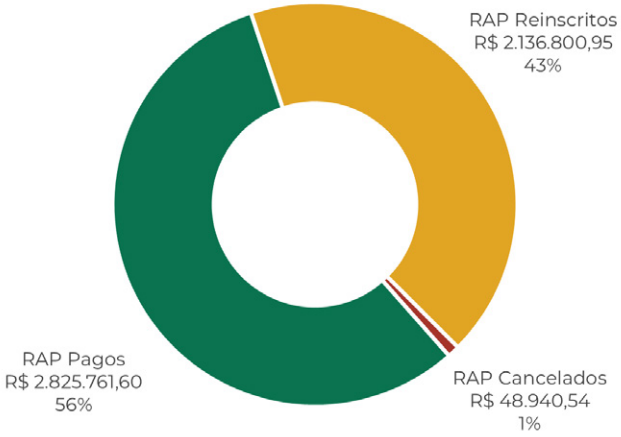
Tabela 4: Execução dos Recursos em RAP para Bens Registrados

Ano	Inscrito em RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP Reinscritos
2020	R$ 90.177,93	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 90.177,93
2021	R$ 960,00	R$ 960,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2022	R$ 116.206,31	R$ 36.527,65	R$ 71.762,02	R$ 7.916,64
2023	R$ 4.804.158,85	R$ 11.452,89	R$ 2.753.999,58	R$ 2.038.706,38
Total	**R$ 5.011.503,09**	**R$ 48.940,54**	**R$ 2.825.761,60**	**R$ 2.136.800,95**

Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apesar do cancelamento de R$ 48.940,54 dos valores inscritos em RAP, esse montante representa apenar 1% do valor inicial inscritos em RAP em 2024. O Gráfico 49 apresenta essa proporcionalidade.

Gráfico 49: Execução dos Recursos em RAP para Bens Registrados



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP



AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

Paneleiras de Goiabeiras, Vitória/ES. Foto: Patrícia Sales, 2015. Acervo: CNFCP/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

Os resultados apresentados nesta seção do Relatório de Monitoramento mostram as avaliações realizadas pelos técnicos das superintendências do Iphan que atuaram nas ações de salvaguarda monitoradas. Cumpre destacar que essas avaliações não possuem a pretensão de representar a opinião de detentores ou de parceiros sobre a ação realizada, apenas dos técnicos do Iphan responsáveis por ela. Trata-se de uma avaliação subjetiva sobre alguns aspectos considerados importantes para a realização e efetividade da ação de salvaguarda sobre o Bem Registrado.

No formulário de monitoramento do ciclo 2024, foram feitas oito perguntas à área técnica, cujas respostas foram dadas por intermédio de escala numérica de zero a dez, na qual o número zero representou a intensidade mínima e o dez a intensidade máxima do fator avaliado. Foi solicitado aos técnicos que restringissem a avaliação aos acontecimentos relacionados exclusivamente à ação realizada e que justificassem as avaliações, principalmente daquelas abaixo de sete. Caso não houvesse elementos suficientes para avaliar a ação, o procedimento a ser realizado era a escolha pela alternativa "Não foi possível avaliar", seguida de uma justificativa.

Os fatores questionados foram:

1. O nível de engajamento dos detentores nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda.

2. O nível de engajamento dos parceiros nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda.

3. A relação entre detentores e parceiros durante as etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda.

4. A relação entre detentores e Iphan durante as etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda.

5. A relação entre parceiros e Iphan durante as etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda.

6. O impacto da ação de salvaguarda no processo de salvaguarda.

7. O impacto dos produtos gerados na ação para o processo de salvaguarda.

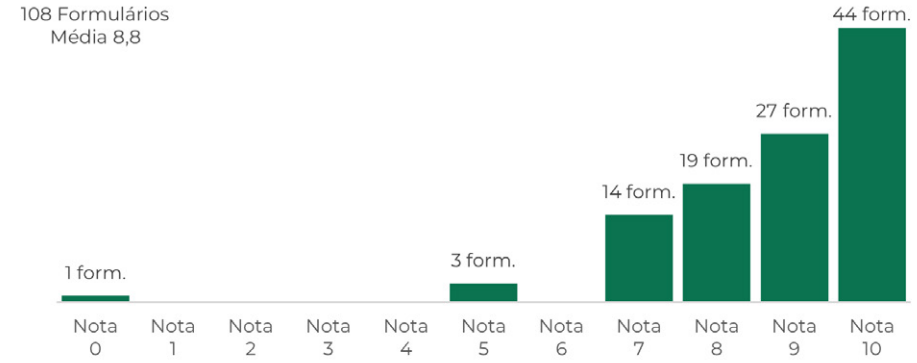
8. O nível de alcance dos resultados desta ação para o público-alvo.

Engajamento dos detentores e dos parceiros

O primeiro questionamento foi como o técnico avalia **o nível de engajamento dos detentores** nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda realizada. Essa pergunta estava condicionada à participação de detentores ou como idealizador ou como colaborador da ação de salvaguarda, logo, ela só foi requerida **em 111 formulários** dos 137 recebidos e em apenas três formulários as equipes técnicas indicaram a impossibilidade de avaliação. O número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio estão representados no Gráfico 50.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 50: Avaliação do Engajamento dos Detentores na Realização das Ações de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Verifica-se que quatro formulários pontuaram uma avaliação abaixo de sete acerca do nível de engajamento dos detentores nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda realizada, sendo eles:

1. Formulário nº 24, com nota cinco, enviado pelo Iphan-MT, referente à ação Lançamento do Documentário *Viola de Cocho: os saberes dos cururueiros*. Motivo da avaliação: a avançada idade de muitos cururueiros tem influenciado a baixa participação.

2. Formulário nº 98, com nota cinco, enviado pelo Iphan-RR, referente à ação Encontro de Mobilização para a Salvaguarda da Literatura de Cordel em Roraima. Motivo da avaliação: discreta participação de cordelistas, mesmo com a possibilidade de participação *on-line*.

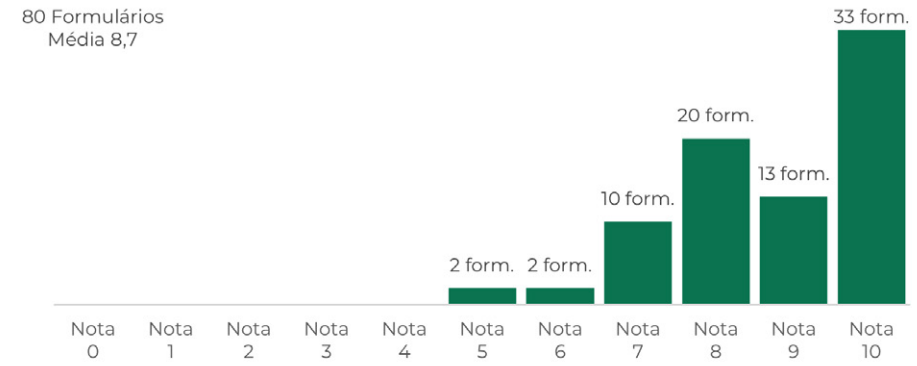
3. Formulário nº 147, com nota zero, enviado pelo Iphan-MA, referente à ação Mapeamento do Tambor de Crioula do Maranhão. Motivo da avaliação: segundo o informado, a comunidade detentora não participou do planejamento e/ou execução da ação, ficando esta participação a cargo do Comitê Gestor da Salvaguarda do Tambor de Crioula, que colabora com as ações, porém, não há interlocução desse coletivo com a base social do Tambor de Crioula.

4. Formulário nº 153, com nota cinco, enviado pelo Iphan-AP, referente à ação Encontro de Planejamento de Ações para retomada do Processo de Salvaguarda da Capoeira no Amapá. Motivo da avaliação: segundo o informado, em virtude de episódios anteriores, houve um distanciamento entre Iphan e comunidade detentora, sendo o objetivo maior da ação sensibilizar e mobilizar novamente os(as) detentores(as).

O formulário de monitoramento também questionou **o nível de engajamento dos parceiros institucionais** no planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda. Esta pergunta foi requerida **em 83 formulários** dos 137 enviados, uma vez que ela estava condicionada à participação de parceiros como idealizadores ou como colaboradores da ação de salvaguarda. Em apenas três formulários as equipes técnicas indicaram a impossibilidade de avaliação. O número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio estão representados no Gráfico 51.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 51: Avaliação do Engajamento dos Parceiros na Realização das Ações de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

De acordo com o Gráfico 51, verifica-se que quatro formulários pontuaram uma avaliação abaixo de sete acerca do nível de engajamento dos parceiros nas etapas de planejamento e/ou execução da ação de salvaguarda realizada. Os formulários com avaliação abaixo de sete são:

1. Formulário nº 67, com nota seis, enviado pelo Iphan-RJ, referente à ação Missa Comemorativa do Dia Nacional da Baiana de Acarajé, realizada na Igreja Matriz de Santa Rita, Rio de Janeiro (RJ), em novembro de 2024. Motivo da avaliação: informações não compartilhadas entre os organizadores, dificultado a realização das atividades.

2. Formulário nº 113, com nota cinco, enviado pelo Iphan-BA, referente à ação I Festival de Salvaguarda da Literatura de Cordel na Bahia. Motivo da avaliação: os parceiros forneceram ajudas pontuais, mas não participaram ativamente da organização. Ainda segundo o formulário, a relação dos detentores com parceiros se dá, muitas vezes, de forma conflituosa, pois não se sentem contemplados nas feiras literárias promovidas e/ou financiadas por instituições parceiras.

3. Formulário nº 141, com nota cinco, enviado pelo Iphan-DF, referente à ação Mobilização do Plano de Salvaguarda do Repente no DF, realizada entre 26 de setembro de 2023 e 19 de fevereiro de 2024. Motivo da avaliação: a atuação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF no processo de salvaguarda é episódica e, quando ocorre, carece de infraestrutura adequada (cadeiras, mesas, projetores, som etc.).

4. Formulário nº 221, com nota seis, enviado por DPI referente à ação Candidatura dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal à Lista Representativa do Patrimônio da Humanidade. Motivo da avaliação: houve dificuldades na relação com o governo do estado de Minas Gerais na campanha de divulgação da candidatura, relacionada à tentativa de se projetar como protagonista da pauta, privilegiando um discurso com ênfase mais no turismo gastronômico do que nos valores patrimoniais do bem registrado.

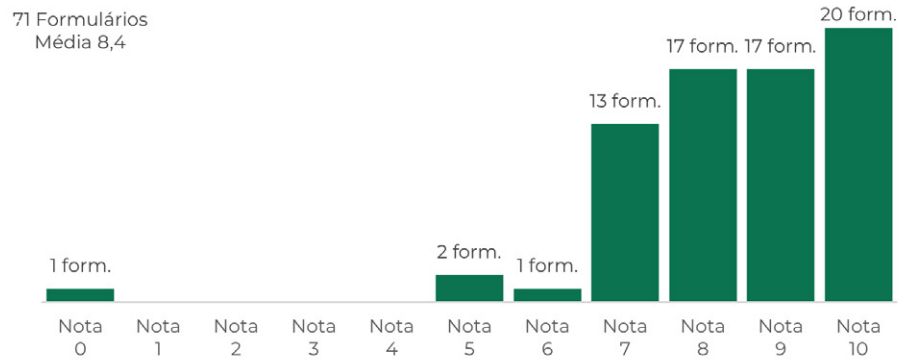
Relação entre Iphan, detentores e parceiros

A próxima sequência de perguntas do formulário de monitoramento procurou identificar a relação na realização das ações de salvaguarda monitoradas entre: detentores e parceiros; detentores e Iphan; e entre Iphan e parceiros.

O Gráfico 52 mostra o número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio para a avaliação da **relação entre detentores e parceiros**. Esta pergunta estava condicionada à participação em conjunto desses atores ou como idealizadores ou como colaboradores da ação de salvaguarda, logo, ela só foi requerida **em 75 formulários** dos 137 recebidos. Os técnicos do Iphan indicaram que quatro formulários não puderam ser avaliados.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 52: Avaliação da Relação entre Detentores e Parceiros na Realização das Ações de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Conforme apontado no Gráfico 52, quatro formulários obtiveram uma nota inferior a sete acerca da relação entre detentores e parceiros no planejamento e/ou execução das ações de salvaguarda. Tal como no questionamento anterior, nem todas as avaliações abaixo de sete apresentaram justificativas.

1. Formulário nº 98, com nota seis, enviado pelo Iphan-RR, referente à ação Encontro de Mobilização para a Salvaguarda da Literatura de Cordel em Roraima. Motivo da avaliação: segundo o informado, devido ao fato de a instituição executora não ter sido o Iphan, a relação com a comunidade detentora não se deu de forma direta. Embora tenha havido a participação de detentores(as), o formulário destaca que o comparecimento destes foi motivado pela presença do Iphan no evento.

2. Formulário nº 113, com nota cinco, enviado pelo Iphan-BA, referente à ação I Festival de Salvaguarda da Literatura de Cordel na Bahia. Motivo da avaliação: os parceiros forneceram ajudas pontuais, não participando ativamente da organização.

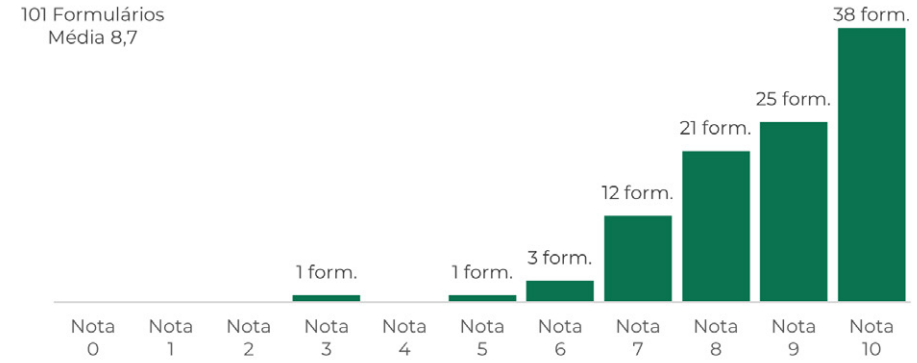
3. Formulário nº 141, com nota cinco, enviado pelo Iphan-DF, referente à ação Mobilização do Plano de Salvaguarda do Repente no DF, realizada entre 26 de setembro de 2023 e 19 de fevereiro de 2024. Motivo da avaliação: é informado que a atuação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF na salvaguarda é esporádica, demandada, quase sempre, pelo Iphan e por detentores.

4. Formulário nº 147, com nota zero, enviado pelo Iphan-MA, referente à ação Mapeamento do Tambor de Crioula do Maranhão. Motivo da avaliação: segundo o informado, a comunidade detentora não participou do planejamento e/ou execução da ação, ficando esta participação a cargo do Comitê Gestor da Salvaguarda do Tambor de Crioula, que colabora com as ações, porém, não há interlocução desse coletivo com a base social do Tambor de Crioula.

Com relação à avaliação da **relação entre detentores e o Iphan**, o Gráfico 53 mostra o número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio, considerando que esta pergunta estava condicionada à participação conjunta desses atores ou como idealizadores ou como colaboradores da ação de salvaguarda, dessa forma, ela foi requerida **em 102 formulários** dos 137 recebidos. Em apenas um formulário os técnicos indicaram a impossibilidade de avaliação deste critério.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 53: Avaliação da Relação entre Detentores e Iphan Realização das Ações de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Observa-se que dos 101 formulários avaliados, apenas cinco obtiveram uma nota inferior a sete referente à relação entre detentores e o Iphan no planejamento e/ou execução das ações de salvaguarda, sendo eles:

1. Formulário nº 24, com nota seis, enviado pelo Iphan-MT, referente à ação Lançamento do Documentário *Viola de Cocho: os saberes dos cururueiros*. Motivo da avaliação: a nota mediana se justifica pelo fato baixa participação de detentores, em decorrência da idade avançada destes.

2. Formulário nº 52, com nota seis, enviado pelo Iphan-PE, referente à ação II Seminário de Salvaguarda da Capoeira: Compartilhando Experiências com o Mestre Odilon-BA. Motivo da avaliação: em virtude da restrição orçamentária, não foi possível viabilizar auxílio ao deslocamento e hospedagem de colaborador eventual.

3. Formulário nº 94, com nota seis, enviado pelo Iphan-MG, referente à ação Encontro Forró e Patrimônio – 2024. Motivo da avaliação: houve dificuldade entre Iphan e detentores na mobilização para participação direta no planejamento e organização da atividade, sobretudo o baixo quórum nas reuniões de mobilização.

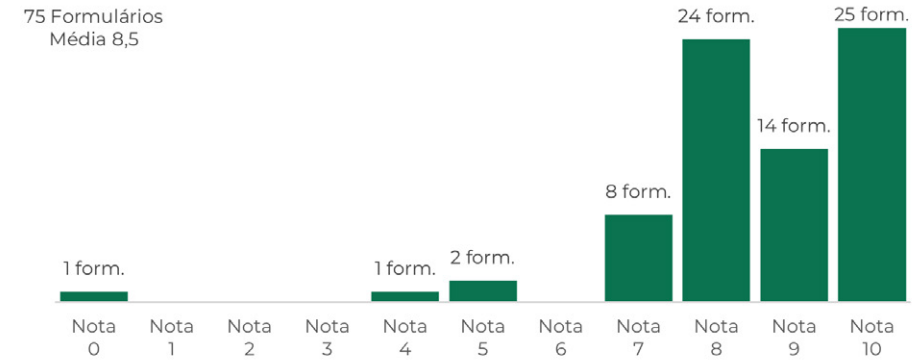
4. Formulário nº 135, com nota cinco, enviado pelo Iphan-PR, referente à ação Rotina de Reuniões Virtuais do Coletivo de Salvaguarda da Capoeira no Paraná (2024). Motivo da avaliação: baixa participação de detentores nas reuniões virtuais de salvaguarda da capoeira no Paraná.

5. Formulário nº 153, com nota cinco, enviado pelo Iphan-AP, referente à ação Reunião de Planejamento de ações para retomar o processo de Salvaguarda da Capoeira no Estado Amapá. Motivo da avaliação: houve um distanciamento entre Iphan e comunidade detentora em ocasiões anteriores, sendo o objetivo maior da ação sensibilizar e mobilizar novamente os(as) detentores(as).

Por fim, foi questionada a avaliação **da relação entre parceiros e o Iphan** no planejamento e/ou execução das ações de salvaguarda. Da mesma forma que nas avaliações anteriores, esta pergunta estava condicionada à participação conjunta desses atores ou como idealizadores ou como colaboradores da ação de salvaguarda, com isso, ela foi requerida **em setenta e cinco formulários** dos 137 recebidos. O Gráfico 54 mostra o número de respostas recebidas por nota e o cálculo médio para essa avaliação.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 54: Avaliação da Relação entre Parceiros e Iphan na Realização das Ações de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 54, quatro formulários obtiveram nota inferior a sete, os quais seguem abaixo explicitados:

1. Formulário nº 77, com nota zero, enviado pelo Iphan-PR, referente à ação Apoio Institucional ao Curso "Fundamentos e Movimentos da Capoeira", com Mestre Sergipe e Mestre Cigano, em Curitiba e São José dos Pinhais. Conforme apontado no formulário, o impacto desta ação para o processo de salvaguarda foi mediano, dado o apoio institucional pontual e orçamentariamente limitado que foi oferecido pelo Iphan.

2. Formulário nº 113, com nota cinco, enviado pelo Iphan-BA, referente à ação I Festival de Salvaguarda da Literatura de Cordel na Bahia. Motivo da avaliação: conforme informado, os parceiros ofereceram ajudas pontuais, sem envolvimento ativo na organização.

3. Formulário nº 159, com nota cinco, enviado pelo Iphan-PA, referente à ação Oficinas de Apresentação da Política de Salvaguarda no Marajó, realizadas entre maio e junho de 2024. Motivo da avaliação: segundo o informado, houve uma dificuldade de entendimento da instituição parceira e seu papel de organizadora da logística para acesso as localidades.

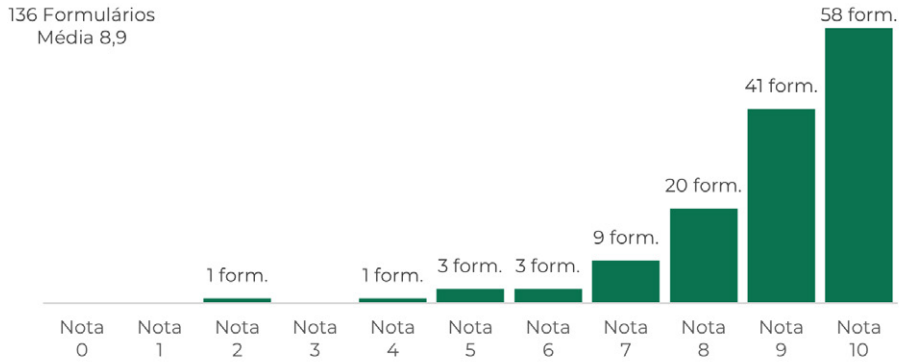
4. Formulário nº 221, com nota quatro, enviado por DPI, referente à ação Candidatura dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal à Lista Representativa do Patrimônio da Humanidade. Motivo da avaliação: a relação com a esfera governamental estadual enfrentou dificuldades durante a campanha de divulgação da candidatura, devido à tentativa do governo de se projetar como protagonista, priorizando um discurso focado no "turismo gastronômico" em detrimento dos valores patrimoniais do bem registrado.

Impacto da ação no processo de salvaguarda

Para todos os formulários, foi questionado como o técnico avaliaria o impacto da ação no processo de salvaguarda. Apenas um formulário não pôde ser avaliado pela equipe técnica responsável pelo monitoramento. O número de respostas marcadas e o cálculo médio das notas estão representados no Gráfico 55.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 55: Avaliação do Impacto da Ação *no* Processo de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Verifica-se que, dos 136 formulários avaliados, oito apresentaram notas abaixo de sete acerca da avaliação da ação no processo de salvaguarda, cujas justificativas por parte da equipe técnica sobre o impacto da ação no processo de salvaguarda estão listadas a seguir:

1. Formulário nº 56, com nota seis, enviado pelo Iphan-RJ, referente à ação Ciclo de Oficinas de Capacitação e Consultorias em Empreendedorismo – Parceria entre Sebrae e Iphan, realizado entre agosto e dezembro de 2024. Conforme apontado no formulário, houve uma baixa adesão de detentores(as); apesar de ter sido ofertado a detentores(as) de sete Bens Registrados, somente vinte pessoas participaram.

2. Formulário nº 67, com nota seis, enviado pelo Iphan-RJ, referente à ação Missa Comemorativa do Dia Nacional da Baiana de Acarajé, realizada na Igreja Matriz de Santa Rita, Rio de Janeiro (RJ), em novembro de 2024. Segundo o formulário, não houve compartilhamento de informações entre os organizadores da ação, o que dificultou a sua execução.

3. Formulário nº 77, com nota cinco, enviado pelo Iphan-PR, referente à ação Apoio Institucional ao Curso "Fundamentos e Movimentos da Capoeira", com Mestre Sergipe e Mestre Cigano, em Curitiba e São José dos Pinhais. Conforme apontado no formulário, o impacto desta ação para o processo de salvaguarda foi mediano, dado o apoio institucional pontual e orçamentariamente limitado que foi oferecido pelo Iphan.

4. Formulário nº 90, com nota quatro, enviado pelo Iphan-SE, referente à ação Ciclo de reuniões bimestrais do Grupo Técnico da Salvaguarda do Modo de Fazer Renda Irlandesa. Segundo o formulário, a ação objetivou um monitoramento do processo de fabricação da renda, sem maiores impactos para o cotidiano da comunidade.

5. Formulário nº 93, com nota cinco, enviado pelo Iphan-TO, referente à ação Apresentação do Mapeamento da Capoeira no Tocantins. Segundo o informado, a nota mediana se deu em virtude do fato da ação não ser algo prioritário entre as demandas da comunidade detentora, em que pese a importância da devolutiva à comunidade dos dados obtidos com o mapeamento.

6. Formulário nº 98, com nota seis, enviado pelo Iphan-RR, referente à ação Encontro de Mobilização para a Salvaguarda da Literatura de Cordel em Roraima. Motivo da avaliação: houve pouca adesão dos cordelistas mesmo com a possibilidade de a ação ser transmitida em formato virtual.

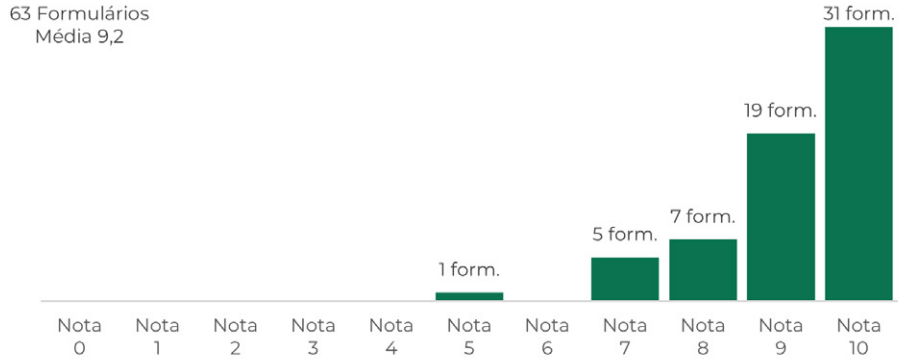
7. Formulário nº 146, com nota cinco, enviado pelo Iphan-PA, referente à ação Palestra sobre Registro de Obras e Fonogramas, realizada em Belém (PA), em agosto de 2024, no âmbito do bem cultural Carimbó. Segundo o informado, houve pouca participação de mestres(as) no dia da ação.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

8. Formulário nº 163, com nota dois, enviado pelo Iphan-PA, referente à ação Sessão Especial em homenagem aos 10 Anos do registro do Carimbó como Patrimônio Imaterial, realizada em Belém (PA), em setembro de 2024. Motivo da avaliação: segundo o relatado, não houve participação de mestres(as) na ação, devido ao fato de não haver transporte para que estes se deslocassem até o local, condição essa que não havia sido informada em tempo hábil para que a situação fosse sanada.

Para os 64 formulários que indicaram a entrega de produtos associados à ação de salvaguarda realizada, foi questionado como o(a) técnico(a) avaliaria o impacto dos produtos gerados no processo de salvaguarda. Em apenas um formulário, a equipe técnica do Iphan indicou a impossibilidade de realizar a avaliação. O número de respostas marcadas e o cálculo médio das notas estão representados no Gráfico 56.

Gráfico 56: Avaliação do Impacto dos Produtos Gerados pela Ação no Processo de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

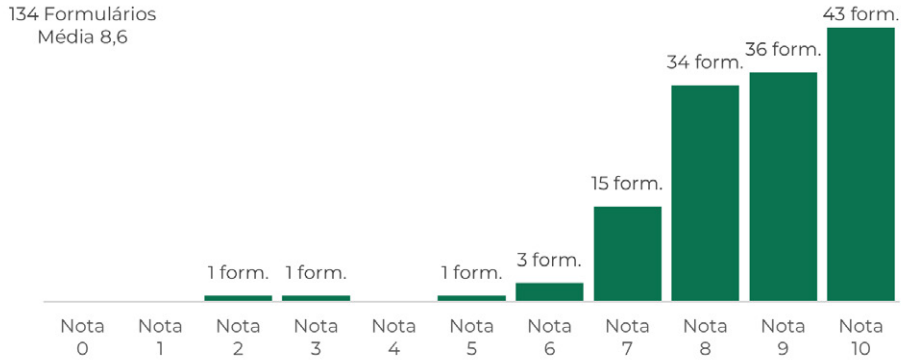
Conforme apresentado no Gráfico 56, um formulário obteve nota abaixo de sete acerca da avaliação do impacto dos produtos gerados pela ação realizada no processo de salvaguarda.

1. Formulário nº 67, com nota cinco, enviado pelo Iphan-RJ, referente à ação Missa Comemorativa do Dia Nacional da Baiana de Acarajé, realizada na Igreja Matriz de Santa Rita, Rio de Janeiro (RJ), em novembro de 2024. Segundo o formulário, o motivo da avaliação mediana para a ação se deu em virtude do não compartilhamento de informações entre os organizadores da ação, dificultando a realização da ação.

Por fim, foi questionado à área técnica, em todos os formulários recebidos, como eles avaliaram **o nível de alcance dos resultados para o público-alvo** planejado na execução da ação de salvaguarda. Para três formulários, as equipes técnicas do Iphan responsáveis pelo monitoramento, indicaram a impossibilidade de avaliar este critério. O número de respostas marcadas e o cálculo médio das notas estão no Gráfico 57.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Gráfico 57: Avaliação do Alcance dos Resultados para o Público-Alvo nas Ações de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 57, dos 134 formulários avaliados, seis tiveram nota abaixo de sete acerca da avaliação do alcance dos resultados para o público-alvo planejado nas ações de salvaguarda, porém, nem todas receberam justificativa sobre o alcance dos resultados pretendidos ao público-alvo.

1. Formulário nº 55, com nota seis, enviado pelo Iphan-RJ, referente à ação Ciclo de Oficinas de Transmissão de Saberes do Ofício das Baianas de Acarajé, realizada no Rio de Janeiro (RJ), entre março e agosto de 2024. Segundo o formulário, a ação obteve nota seis devido ao fato de ela configurar-se mais como uma troca de saberes entre as detentoras mais experientes, visto que não houve participação de detentoras mais jovens e/ou iniciantes na vivência do Bem.

2. Formulário nº 67, com nota seis, enviado pelo Iphan-RJ, referente à ação Missa Comemorativa do Dia Nacional da Baiana de Acarajé, realizada na Igreja Matriz de Santa Rita, Rio de Janeiro (RJ), em novembro de 2024. Segundo o formulário, o motivo da avaliação mediana para a ação se deu em virtude do não compartilhamento de informações entre os organizadores da ação, dificultando a realização da ação.

3. Formulário nº 90, com nota quatro, enviado pelo Iphan-SE, referente à ação Ciclo de reuniões bimestrais do Grupo Técnico da Salvaguarda do Modo de Fazer Renda Irlandesa. Segundo o formulário, a ação objetivou um monitoramento do processo de fabricação da renda, sem maiores impactos para o cotidiano da comunidade.

4. Formulário nº 98, com nota seis, enviado pelo Iphan-RR, referente à ação Encontro de Mobilização para a Salvaguarda da Literatura de Cordel em Roraima. Motivo da avaliação: houve pouca adesão dos cordelistas mesmo com a possibilidade de a ação ser transmitida em formato virtual.

5. Formulário nº 146, com nota cinco, enviado pelo Iphan-PA, referente à ação Palestra sobre Registro de Obras e Fonogramas, realizada em Belém (PA), em agosto de 2024, no âmbito do bem cultural Carimbó. Segundo o informado, houve pouca participação de mestres(as) no dia da ação.

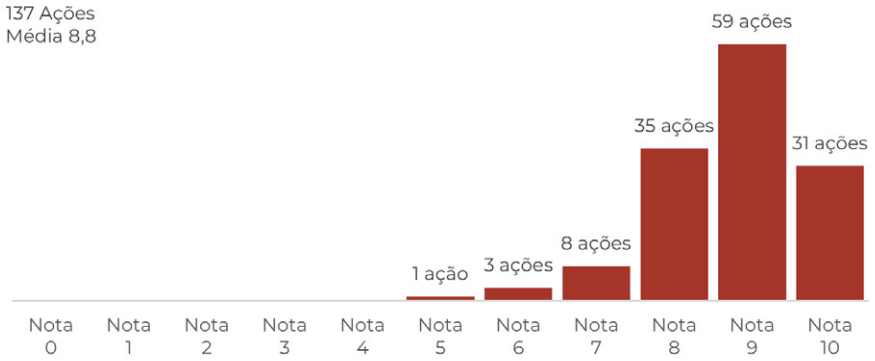
6. Formulário nº 163, com nota dois, enviado pelo Iphan-PA, referente à ação Sessão Especial em homenagem aos 10 Anos do registro do Carimbó como Patrimônio Imaterial, realizada em Belém (PA), em setembro de 2024. Motivo da avaliação: segundo o relatado, não houve participação de mestres(as) na ação, devido ao fato de não haver transporte para que estes se deslocassem até o local, condição essa que não havia sido informada em tempo hábil para que a situação fosse sanada.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Resultado consolidado das avaliações

Para além do resultado das avaliações apresentadas no tópico anterior, foi possível mensurar o resultado médio das avaliações das 137 ações de salvaguardas monitoradas a partir do conjunto de notas recebidas em cada ação, conforme verifica-se no Gráfico 58:

Gráfico 58: Avaliação Média das Ações de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

A maior parte das ações monitoradas apresentaram uma avaliação média igual ou superior a 8,8. Apenas quatro ações monitoradas apresentaram avaliação média abaixo de sete:

1. Formulário nº 77, com nota cinco, enviado pelo Iphan-PR, referente à ação Apoio Institucional ao Curso "Fundamentos e Movimentos da Capoeira", com Mestre Sergipe e Mestre Cigano, em Curitiba e São José dos Pinhais. Conforme apontado no formulário, o impacto desta ação para o processo de salvaguarda foi mediano, dado o apoio institucional pontual e orçamentariamente limitado que foi oferecido pelo Iphan.

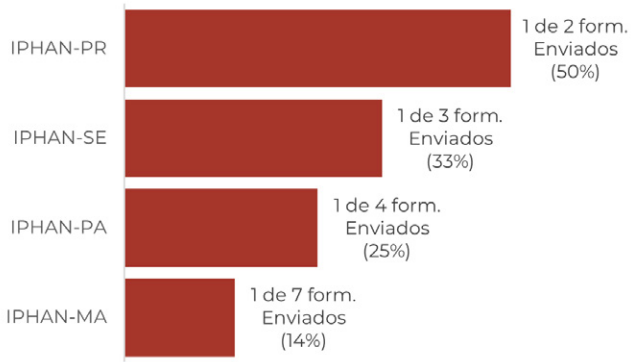
2. Formulário nº 90, com nota quatro, enviado pelo Iphan-SE, referente à ação Ciclo de reuniões bimestrais do Grupo Técnico da Salvaguarda do Modo de Fazer Renda Irlandesa. Segundo o formulário, a ação objetivou um monitoramento do processo de fabricação da renda, sem maiores impactos para o cotidiano da comunidade.

3. Formulário nº 146, com nota cinco, enviado pelo Iphan-PA, referente à ação Palestra sobre Registro de Obras e Fonogramas, realizada em Belém (PA), em agosto de 2024, no âmbito do bem cultural Carimbó. Segundo o informado, houve pouca participação de mestres(as) no dia da ação; e

4. Formulário nº 163, com nota dois, enviado pelo Iphan-PA, referente à ação Sessão Especial em homenagem aos 10 Anos do registro do Carimbó como Patrimônio Imaterial, realizada em Belém (PA), em setembro de 2024. Motivo da avaliação: segundo o relatado, não houve participação de mestres(as) na ação, devido ao fato de não haver transporte para que estes se deslocassem até o local, condição essa que não havia sido informada em tempo hábil para que a situação fosse sanada.

O Gráfico 59 apresenta o percentual dessas avaliações abaixo de sete sobre o total de ações monitoradas pelas respectivas unidades:

Gráfico 59: Formulários com Avaliação Média Inferior a 7 por Unidade do Iphan

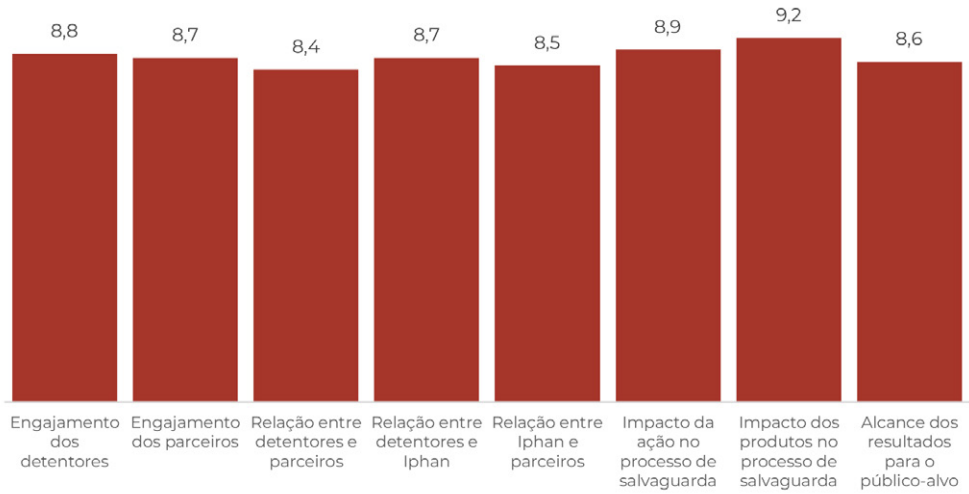


Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Por fim, o Gráfico 60 apresenta os resultados médios obtidos em cada um dos fatores avaliados nas ações de salvaguarda monitoradas. Observa-se que para todos os fatores questionados, a avaliação média atribuída pela área técnica responsável pela ação foi acima de oito.

Gráfico 60: Avaliação Média dos Fatores Avaliados nas Ações de Salvaguarda



Fonte: COMAS/CGPS/DPI/Iphan (2025).



Cena de brincadeira do Mamulengo Fuzuê, no Distrito Federal. Foto: Davi Mello, 2020. Acervo: DPI/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marabaixo na Comunidade de Curralinho, zona rural de Macapá/AP. Foto: José Caldas, 2011. Acervo: CNFCP/Iphan.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Este relatório apresentou de forma sistematizada todos os resultados obtidos do Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados realizadas em 2024, subsidiado majoritariamente pelas informações encaminhadas pelas equipes técnicas das superintendências via formulário aplicado entre os dias 16 de outubro de 2024 e 3 de janeiro de 2025.

Alguns dos resultados apresentados ganham contornos de maior destaque quando comparados com os resultados do monitoramento do ciclo anterior, os quais são exemplos:

1. O aumento de 17% no número de formulários encaminhados; em 2023, foram 117, ao passo em que em 2024 foram 137.

2. Uma diminuição de 18,6% na taxa de cobertura dos Bens Culturais monitorados pelo Iphan. Em 2024, monitorou-se ações de salvaguarda para 42 Bens Registrados de um total de 57 (73,7%), já em 2023, monitorou-se ações para 48 Bens Registrados de 52 (92,3%). Por outro lado, o aumento de formulários encaminhados no atual ciclo representa o esforço das unidades do Iphan no comprometimento com a salvaguarda dos bens culturais registrados, a exemplo do Ofício de Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira, com 74 ações em 2024 e 62 em 2023.

3. A permanência de três Bens Registrados (Arte Kusiwa, Feira de Campina Grande e Matrizes do Samba no Rio de Janeiro) sem ações de salvaguarda monitoradas nos três últimos ciclos monitorados.

4. O aumento de ações previstas em Planos de Salvaguarda Em 2023, o número de ações previstas em Planos de Ação foi o equivalente a 54%, enquanto as previstas em Planos de Salvaguarda representou 42%. No ciclo de 2024 o cenário observado foi de 32% para ações previstas em Planos de Salvaguarda e de 21% para ações previstas em Planos de Ação.

5. O aumento de ações resultantes de demandas não planejadas pelo Iphan no ciclo monitorado. Em 2023, este número foi equivalente a nove ações, ao passo em que 2024 esse quantitativo passou para 38 ações, um aumento de 422%.

6. A ampliação de 11% no número de ações concluídas em 2024, passando de 77%, em 2023, para 88%, em 2024.

7. O aumento de 642% em recurso advindo de Emendas Parlamentares. Em 2023, foram empenhados R$ 300.000,00, ao passo que, no ciclo de 2024, esse valor total foi de R$ 1.925.169,00.

8. A utilização de recurso oriundo da ação orçamentária 5538 (Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados); foram empenhados R$ 1.420.000,00 que, diretamente, foram utilizados em ação de recuperação de bem imóvel tombado, mas que, indiretamente, beneficiaram bens culturais imateriais.

A COMAS tem buscado trabalhar no processo de melhoria contínua da metodologia de aplicação dos formulários de monitoramento com o objetivo de facilitar e agilizar o preenchimento das informações pelos técnicos e aperfeiçoar os relatórios produzidos. Atualmente, as atividades de planejamento, execução e avaliação de uma mesma

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ação de salvaguarda são integradas em um mesmo formulário. Para esse processo de melhoria contínua, busca-se observar o histórico das ações de salvaguarda realizadas nos últimos anos, além da colaboração das superintendências na avaliação sobre o formulário preenchido.

No ciclo 2024, os(as) técnicos(as) enviaram oito formulários contendo alguma avaliação (elogio, crítica ou sugestão) sobre a metodologia de coleta de dados utilizada. Para todos as avaliações recebidas, a COMAS estudará a implementação para os próximos ciclos de monitoramento, considerando as normas e regulamentos do Iphan, os objetivos e finalidades do monitoramento das ações de salvaguarda, as soluções tecnológicas disponíveis até o momento e a aplicabilidade das sugestões no universo de todos os Bens Registrados.

Por fim, espera-se que este relatório: contribua com o registro documental das ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Iphan; permita a avaliação conjunta das ações de salvaguarda realizadas ou apoiadas pelo Iphan; subsidie técnicos ou gestores na tomada de decisão e na produção de documentos institucionais que necessitem quantificar os resultados das ações de salvaguarda; permita acompanhar a evolução dos processos de salvaguarda de Bens Registrados nas Unidades Federativas; e contribua com a avaliação de políticas públicas para os Bens Culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil.



Desfile dos carreiros na Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade. Foto: Luiz Roberto Botosso Junior e Thiago Veiga, 2014. Acervo: DPI/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP



ANEXOS

Paneleiras de Goiabeiras, Vitória/ES. Foto: Patrícia Sales, 2015. Acervo: CNFCP/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ANEXO 1 – MATERIAL DE APOIO

Instrumentos normativos

BRASIL. **Decreto nº 3.551,** de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 ago. 2000.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris: Unesco, 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Iphan nº 299,** de 17 de julho de 2015. Dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Iphan. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Boletim Administrativo Eletrônico do Iphan, Brasília, DF, n. 1093**. **Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados.** Edição Semanal de 17 de julho de 2015. Traz as diretrizes para a atuação das superintendências do Iphan com os Bens Culturais registrados pertencentes a suas circunscrições. Brasília, DF: Iphan, 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Iphan nº 200,** de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2016.

Publicações

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Saberes, fazeres, gingas e celebrações:** ações para a salvaguarda de Bens Registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. Brasília, DF: Iphan, 2018.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Manual de elaboração de Planos de Salvaguarda.** Brasília, DF: Iphan, 2022.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Relatório Anual de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens Registrados: Ciclo 2023.** Brasília, DF: Iphan, 2024.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Compêndio das ações de salvaguarda de Bens Registrados monitoradas em 2023.** Brasília, DF: Iphan, 2024.

Outros materiais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Manual de Preenchimento do Formulário de Monitoramento das Ações de Salvaguarda para Bens Registrados – Ciclo 2024**. Brasília, DF: Iphan, 2024.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ANEXO 2 – AÇÕES MONITORADAS EM 2024

Nacional

1. Candidatura dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal à Lista Representativa do Patrimônio da Humanidade.

2. Elaboração do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel.

3. Publicação do Plano de Salvaguarda da Ciranda do Nordeste.

4. Publicação do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró.

5. Reavaliação da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres e Mestras de Capoeira.

6. Reavaliação do Jongo do Sudeste.

7. Reavaliação do Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe.

8. Reavaliação dos Bens Culturais "Toque dos Sinos" e "Ofício de Sineiro" em Minas Gerais.

9. Registro da Arte Santeira em Madeira do Piauí como Patrimônio Cultural do Brasil.

10. Registro das Marujadas de São Benedito no Pará como Patrimônio Cultural Brasileiro.

11. Registro do Choro como Patrimônio Cultural do Brasil.

12. Registro do Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil como Patrimônio Cultural do Brasil.

13. Registro do Samba de Bumbo Paulista como Patrimônio Cultural do Brasil.

14. Revalidação do Bem Cultural "Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro".

15. Revalidação do Samba de Roda da Bahia.

Acre

16. I Conferência Virtual do Instituto Choro da Amazônia.

17. Relançamento do livro *A Ginga na Terra do Aquiry: Dimensões Históricas, Etnográficas e Mapeamento da Capoeira no Acre*.

18. Semana do Patrimônio no Acre – Ações de educação patrimonial, difusão, promoção e valorização de bens culturais registrados, em agosto de 2024.

19. V Fórum Municipal da Salvaguarda da Capoeira.

20. XX Vem pro Candeias: Batizado e Troca de Cordas – Homenagem às cinco décadas do Mestre Saci.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Alagoas

21. Encontros de mobilização para construção do Plano de Salvaguarda da Capoeira em Alagoas.

Amapá

22. Encontro de Planejamento de Ações para retomada do Processo de Salvaguarda da Capoeira no Amapá.

23. Oficinas de revisão e finalização do Plano de Salvaguarda do Marabaixo.

24. Roda de Conversa com Detentores do Choro sobre Processo de Salvaguarda, realizada na "Semana do Patrimônio 2024 – Iphan-AP", em 12 de agosto de 2024.

Amazonas

25. Ciclo de reuniões do Coletivo Deliberativo de Salvaguarda da Capoeira no Amazonas.

26. Ciclo de Reuniões do Coletivo Deliberativo do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins.

27. Oficinas de Salvaguarda da Roda e do Ofício de Mestre e Mestras da Capoeira.

28. Oficinas de Salvaguarda do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins.

Bahia

29. I Festival de Salvaguarda da Literatura de Cordel na Bahia.

30. Oficinas para Construção do Plano de Salvaguarda do Bembé.

Ceará

31. Mapeamento da Capoeira no Ceará (Etapa 2) em 52 municípios das regiões Centro-Sul, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Sertão de Canindé e Vale do Jaguaribe.

32. V Festival de Cassimiro Coco no Ceará.

Distrito Federal

33. 7º Festival Internacional de Teatro Popular de Bonecos, realizado entre 22 e 26 de maio de 2024, em Taguatinga (DF).

34. Lançamento do livro *Saberes dos Mestres na Capital*, realizado em 21 de junho de 2024.

35. Mobilização do Plano de Salvaguarda do Repente no DF, realizada entre 26 de setembro de 2023 e 19 de fevereiro de 2024.

36. Saberes das Mestras na Capital.

Espírito Santo

37. "I Circuito de Culturas – Entremeios", Realizado em Aracruz (ES), em 7 de novembro de 2024.

38. Acompanhamento da Festa de São Benedito da Banda de Congo Panela de Barro, realizada em Vitória (ES), em 25 de dezembro de 2024.

39. Acompanhamento das atividades de licenciamento ambiental do empreendimento Lagoa Mulembá.

40. Acompanhamento dos Grupos de Trabalho para a Formulação do Plano de Salvaguarda da Capoeira no ES.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

41. Alinhamento com a Coordenação Estadual do Fórum do Forró de Raiz sobre a edição final do Plano de Salvaguarda do Forró.

42. Alinhamento com a Coordenação Estadual do Fórum do Forró de Raiz sobre ações de mapeamento do forró, reunião de salvaguarda e edital do PNPI.

43. Apoio à formulação do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Vale do Mulembá – Vitória (ES).

44. Apoio ao Projeto "Memória do Barro – Eu sou Guanxuma!", realizado em Vitória (ES), em 9 de novembro de 2024.

45. Apoio aos gestores públicos na construção do Edital da Política Nacional Aldir Blanc e na elaboração de projetos para detentores.

46. Apoio aos projetos do Forró em Editais Públicos.

47. Articulação Interinstitucional para o "Mutirão de Saúde das Paneleiras de Goiabeiras.".

48. Ciclo de Reuniões de Mobilização para a Elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira no Espírito Santo.

49. Ciclo de Reuniões de Salvaguarda do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.

50. Ciclo de Reuniões Virtuais de Salvaguarda dos Jongos e Caxambus no Espírito Santo.

51. Encontro com Representante da Federação de Capoeira do Espírito Santo, realizada na sede do Iphan-ES, em Vitória (ES), em 29 de janeiro de 2024.

52. Lançamento da Exposição Fotográfica "Nosso Porto", realizado no Sítio Histórico do Porto de São Mateus (ES), em novembro de 2024.

53. Oficina de Cartografia Social e Afetiva na Comunidade Quilombola de São Cristóvão, realizada em São Mateus (ES), em 19 de novembro de 2024.

54. Participação e apoio aos projetos de Capoeira no Espírito Santo.

55. Participação na Cerimônia de Entrega da Comenda Maurício de Oliveira, realizada em Vitória (ES), em 4 de julho de 2024.

56. Participação nas Reuniões do Comitê Gestor de Requalificação do Porto de São Mateus.

57. Planejamento do "III Encontro Estadual de Salvaguarda da Capoeira", realizada em 20 de agosto de 2024.

Goiás

58. Apresentação do Projeto do Cavalhódromo de Pirenópolis para a comunidade e detentores da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (GO).

59. Monitoramento e encontro com os Carreiros em Trindade (GO) – 2024.

60. Reunião sobre a demolição do Cavalhódromo.

61. Encontro Interinstitucional para definir espaço de ocorrência das Cavalhadas da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (GO) em 2024.

62. Monitoramento e Acompanhamento da Execução da Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis (GO) em 2024.

Maranhão

63. Encontro "Café com Cordel".

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

64. I Feira Poética da Salvaguarda da Literatura de Cordel e do Repente no Maranhão.

65. Mapeamento do Tambor de Crioula do Maranhão, realizado pela Universidade Federal do Maranhão em nove microrregiões do estado.

66. Pesquisa histórica sobre as Matanças de Bumba meu boi nas regiões da Baixada Maranhense, Pindaré e do Litoral Ocidental Maranhense.

67. Registros audiovisuais das Matanças de Bumba meu boi nas regiões da Baixada Maranhense, do Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense.

68. Oficinas de Bordado de Indumentária de Bumba meu boi, realizadas em cinco regiões do Maranhão, de março a maio de 2024.

69. I Concurso de Toadas de Bumba meu boi de Orquestra da Região do Munim, realizado em 8 de novembro de 2024, em Rosário (MA).

Mato Grosso

70. "Capoeira Patrimônio Imaterial da Humanidade: Noções Básicas para Monitoria de Oficinas Culturais", Modalidade EaD.

71. 16° Festival de Siriri e Cururu de Mato Grosso.

72. Ação do Museu da Pessoa junto ao Povo Enawene Nawe.

73. Apresentação do Formulário de Candidatura do Ritual Yaokwa para mudança de Lista da Unesco e anuência do Povo Enawene Nawe.

74. Apresentação e Aprovação da Minuta do Plano de Salvaguarda do Ritual Yaokwa do Povo Enawene Nawe.

75. Edição do Documentário "Modo de Fazer Viola de Cocho: Saberes Tradicionais dos Cururueiros".

76. Elaboração e escrita de textos analíticos para o Mapeamento *Online* da Capoeira de Mato Grosso – Parceria entre Secel-MT e Iphan-MT.

77. Emissão das Carteiras de Artesãos(ãs) para os Enawene Nawe.

78. Exibição do Documentário "Modo de Fazer Viola de Cocho: os saberes dos Cururueiros" na 23ª Mostra de Audiovisual Universitário e Independente da América Latina (MAUAL).

79. Lançamento do Documentário "Viola de Cocho: os saberes dos cururueiros".

80. Mobilização para aprovação do Plano de Salvaguarda dos Saberes e Práticas Associadas ao Modo de Fazer Bonecas Karajá.

81. Mostra "Patrimônio e Memória em Audiovisual" durante o Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres (MT), entre 4 e 7 de julho de 2024.

82. Oficina de Viola de Cocho, realizada durante o Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres (MT).

83. Projeto de Tradução Bilíngue do Plano de Salvaguarda de Bens Culturais Enawene Nawe (Língua Aruak) e Karajá (Língua Karajá).

Mato Grosso do Sul

84. Cultura e Empreendedorismo: Curso para as Baianas de Acarajé.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Minas Gerais

85. Encontro do Coletivo da Salvaguarda dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal, realizada no Serro (MG), em 6 de junho de 2024.

86. Evento de Lançamento do Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal, realizado em Belo Horizonte (MG), em 17 de dezembro de 2024.

87. Mobilização e construção das indicações de Mestres e Mestras do Projeto Memória da Capoeira em Minas Gerais.

88. Produção de videodocumentários no Projeto Memória da Capoeira em Minas Gerais – parceria com o Laboratório de Audiovisual da UFMG.

89. Publicação do Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal – Formato *on-line* e impresso.

90. Seminário Regional da Salvaguarda da Capoeira da Zona da Mata.

91. Seminário Regional da Salvaguarda da Capoeira do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

92. Encontro Forró e Patrimônio – 2024.

93. Participação na Construção da Regulamentação Técnica do Queijo Minas Artesanal de Casca Florida Natural, capitaneada pelos órgãos do sistema agrícola de Minas Gerais.

Pará

94. Oficinas de apresentação da Política de Salvaguarda no Marajó, realizadas entre maio e junho de 2024.

95. Palestra sobre Registro de Obras e Fonogramas, realizada em Belém (PA), em agosto de 2024.

96. Sessão Especial em homenagem aos 10 Anos do registro do Carimbó como Patrimônio Imaterial, realizada em Belém (PA), em setembro de 2024.

97. Solenidade e entrega da Medalha Mestre Mundico aos Mestres de Capoeira, realizada em Ananindeua (PA), em maio de 2024.

Paraíba

98. 2ª Etapa da Salvaguarda Emergencial do Fole de Oito Baixos: Oficinas.

99. Elaboração do Plano de Salvaguarda do Cavalo Marinho.

Paraná

100. Apoio Institucional ao Curso "Fundamentos e Movimentos da Capoeira" – Com Mestre Sergipe e Mestre Cigano, em Curitiba e São José dos Pinhais (PR).

101. Ciclo de Reuniões Virtuais do Coletivo de Salvaguarda da Capoeira no Paraná em 2024.

Pernambuco

102. II Seminário de Políticas Culturais e Salvaguarda do Cavalo Marinho.

103. II Seminário de Salvaguarda da Capoeira: Compartilhando experiências com o Mestre Odilon (BA).

104. IV Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo.

105. Transcrição de Entrevistas do Projeto "Mestres de Fazer-Brincar: Transmissão de saberes no Cavalo Marinho por meio da oralidade".

106. Oficinas de Dança Tradicional do Caboclinho.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Piauí

107. Festival da Cajuína: 10 Anos de Patrimônio Cultural do Brasil e Fórum Nacional da Cajuína.

108. III Fórum de Literatura de Cordel e Repente do Piauí.

109. IV Fórum de Literatura de Cordel e Repente do Piauí.

110. Salvaguarda do Teatro de Bonecos Cassimiro Coco.

111. V Fórum de Literatura de Cordel e Repente do Piauí.

Rio de Janeiro

112. 2º Festival de Acarajé do Rio de Janeiro, realizado pela Secretaria Municipal de Cultura, em novembro de 2024.

113. Avaliações Práticas de novas candidaturas à Certificação como Baiana e Baiano de Acarajé no Rio de Janeiro.

114. Ciclo de Oficinas de Capacitação e Consultorias em Empreendedorismo – Parceria entre Sebrae e Iphan, realizado entre agosto e dezembro de 2024.

115. Ciclo de Oficinas de Salvaguarda do Jongo no Sudeste, realizadas no Rio de Janeiro (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ) e Pinheiral (RJ).

116. Ciclo de Oficinas de Transmissão de Saberes do Ofício das Baianas de Acarajé, realizado no Rio de Janeiro (RJ), entre março e agosto de 2024.

117. Elaboração do Plano de Salvaguarda Estadual do Jongo no Sudeste (RJ) – Período: 2022 a 2024.

118. Missa Comemorativa do Dia Nacional da Baiana de Acarajé, realizada na Igreja Matriz de Santa Rita, Rio de Janeiro (RJ), em novembro de 2024.

Rio Grande do Norte

119. Apoio ao Choro do Caçuá.

120. Balaio do Patrimônio 2024.

121. Elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira.

122. Encontrão de Detentores do Patrimônio Imaterial no RN.

123. Mobilização para elaboração do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel.

124. Oficina de Elaboração de Projetos para a Lei Aldir Blanc no RN – LAB-RN.

125. Realização de Oficinas de Pandeiros, Pífanos e outros eventos ligados aos bens imateriais na Casa do Padre João Maria.

Rio Grande do Sul

126. Diagramação e Impressão do livro *Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul: Região Metropolitana de Porto Alegre*.

127. Publicação do Plano de Salvaguarda da Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani.

128. Reforma da Casa de Passagem utilizada pela comunidade detentora da Tava Guarani.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Roraima

129. Encontro de Mobilização para a Salvaguarda da Literatura de Cordel em Roraima.

130. Roda de Conversa: "Salvaguarda da Capoeira em Roraima", com o lançamento das Músicas da Salvaguarda da Capoeira e do Plano de Salvaguarda.

São Paulo

131. 15ª Feira de Trocas de Mudas e Sementes Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira.

132. Elaboração e Publicação do Formulário *On-line* "Pré-Mapeamento do Choro no Estado de São Paulo".

133. XII Encontro Paulista de Jongueiras(os).

Sergipe

134. Articulação com detentores da Literatura de Cordel e Repente em Sergipe para a construção de um Grupo Técnico/Comitê Gestor da Salvaguarda dos Bens.

135. Articulação para retomada dos trabalhos do Comitê Gestor da Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre e Mestra da Capoeira.

136. Ciclo de reuniões bimestrais do Grupo Técnico da Salvaguarda do Modo de Fazer Renda Irlandesa.

Tocantins

137. Apresentação do Mapeamento da Capoeira no Tocantins.



Rio Ribeira de Iguape e igreja do Quilombo Ivaporunduva. Foto: Felipe Leal, 2004. Acervo: ISA.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ANEXO 3 – ABRANGÊNCIA DOS BENS REGISTRADOS

Bens de abrangência local

1. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi
2. Banho de São João de Corumbá e Ladário (MS)
3. Bembé do Mercado
4. Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri
5. Círio de Nossa Senhora de Nazaré
6. Feira de Campina Grande
7. Feira de Caruaru
8. Festa de Sant'Ana de Caicó (RN)
9. Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty (RJ)
10. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (GO)
11. Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha (CE)
12. Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim
13. Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó
14. Marujadas de São Benedito no Pará
15. Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora (SE)
16. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras
17. Procissão do Senhor dos Passos de Florianópolis
18. Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê
19. Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira
20. Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (AM)
21. Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani
22. Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas – Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre

Bens de abrangência estadual

23. Arte Santeira em Madeira do Piauí

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

24. Carimbó

25. Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins

26. Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão

27. Frevo

28. Marabaixo

29. Maracatu de Baque Solto

30. Maracatu Nação

31. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e sambaenredo

32. Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas

33. Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal

34. Ofício de Sineiro em Minas Gerais

35. Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí

36. Romaria dos Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade

37. Samba de Roda da Bahia

38. Tambor de Crioula do Maranhão

39. Toque dos Sinos em Minas Gerais

Bens de abrangência regional

40. Caboclinho

41. Cavalo-Marinho

42. Ciranda do Nordeste

43. Fandango Caiçara

44. Jongo no Sudeste

45. Literatura de Cordel

46. Modo de Fazer Viola de Cocho

47. Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá

48. Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá

49. Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco

Bens de abrangência nacional

50. Choro

51. Matrizes Tradicionais do Forró

52. Ofício das Baianas de Acarajé

53. Ofício dos Mestres e Mestras de Capoeira

54. Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil

55. Repente

56. Roda de Capoeira

57. Samba de Bumbo Paulista

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ANEXO 4 – EIXOS E TIPOLOGIAS DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA

Eixo 1 – Gestão compartilhada

Reúne o conjunto de atividades e estratégias de cooperação realizadas entre detentores, instituições governamentais e não governamentais para o alcance de metas e objetivos comuns, tomada de decisões, planejamento de ações de salvaguarda, solução de problemas, análise e avaliação de resultados, mobilização de novos atores, autonomia de atuação, representatividade dos segmentos culturais e conhecimento das políticas públicas que afetam o Bem Registrado.

1.1. Formação e mobilização de detentores e parceiros

Objetivos: mobilizar e sensibilizar detentores e parceiros a participarem do processo de salvaguarda; fortalecer a autonomia de detentores e parceiros na condução do processo de salvaguarda; capacitar detentores e gestores (públicos ou privados) sobre a política de salvaguarda do Patrimônio Imaterial ou sobre temas que fortaleçam a gestão compartilhada; e ampliar a representatividade dos diversos segmentos culturais ligados ao Patrimônio Imaterial.

Resultados esperados: detentores e parceiros mobilizados; crescimento na autonomia de detentores e parceiros; detentores e parceiros capacitados sobre gestão patrimonial ou outros temas que fortaleçam a gestão compartilhada; e segmentos sociais dos Bens Culturais Registrados representados, reconhecidos e valorizados.

1.2. Gestão participativa de planos e ações para Bens Registrados

Objetivos: elaborar, implementar, avaliar e atualizar os Planos de Salvaguarda, planos de difusão ou outros planos de trabalho ligados aos Bens Culturais; desenvolver cronogramas de execução das ações salvaguarda, envolvendo detentores e/ou parceiros; estabelecer atividades ou canais de mobilização constante entre detentores e/ou parceiros; e criar ou manter grupos representativos formais ou informais para discussão, debate, proposição, deliberação, planejamento, implementação, execução, acompanhamento, avaliação e/ou desenvolvimento de ações de salvaguarda ou de temas sensíveis ao universo do Bem Cultural.

Resultados esperados: Planos de Salvaguarda elaborados e em execução; Iphan, detentores e parceiros mobilizados na condução do processo de salvaguarda; e espaços de diálogo representativos, formais ou informais, que estejam em funcionamento.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

1.3. Cooperação institucional para a salvaguarda de Bens Registrados

Objetivos: estabelecer parcerias público-privadas; formalizar acordos de cooperação que beneficiem o Bem Cultural e/ou os seus detentores; e mediar articulação interinstitucional ou intersetorial para viabilizar demandas dos detentores, as quais dependem da atuação de órgãos ou instituições específicas.

Resultados esperados: parcerias firmadas; acordos formais estabelecidos; e mediações de demandas necessárias ao Bem Cultural bem-sucedidas.

Eixo 2 – Difusão

Reúne o conjunto de ações voltadas para a promoção e a valorização do Patrimônio Cultural Imaterial, envolvendo a produção de conhecimento relacionado aos Bens registrados, a realização de ações educativas e de sensibilização para a importância do Patrimônio Imaterial e a elaboração de conteúdos e materiais de difusão em diversos formatos, visando à sua ampla divulgação e publicização.

2.1. Produção de conhecimentos sobre o Bem Registrado

Objetivos: realizar mapeamentos, pesquisas variadas sobre o universo do Bem Cultural Registrado e inventários participativos; produzir diagnósticos sobre o Bem Cultural, especialmente quando envolver a mobilização e a participação de detentores; produzir acervo sobre o Bem Cultural, como entrevistas, materiais audiovisuais, sonoros, visuais, cartográficos, fichas de pesquisa, entre outros; e elaborar ou apoiar publicações que fortaleçam o conhecimento sobre os Bens Culturais.

Resultados esperados: Bem Cultural e detentores mapeados; pesquisas produzidas, uma vez observadas as demandas e necessidade dos detentores; diagnósticos sobre o Bem Cultural produzidos periodicamente; acervos capazes de suprir demandas de conhecimento sobre o Bem Cultural; e publicações disponibilizadas.

2.2. Produtos, eventos e serviços para a divulgação do bem registrado

Objetivos: elaborar ou apoiar a elaboração de produtos para ampla divulgação do Bem Cultural, como materiais gráficos impressos, materiais para distribuição, materiais para divulgação via internet, mobiliários urbanos, produtos audiovisuais ou sonoros para divulgação, entre outros; organizar ou apoiar a realização de eventos de promoção do Bem Cultural, especialmente quando abertos ao público em geral, como lançamentos, inaugurações, shows, apresentações, festas, festivais, espetáculos, exposições, feiras, entre outros; e realizar, contratar ou apoiar serviços para divulgação dos Bens Registrados, como campanhas de difusão, campanhas publicitárias, propagandas, entre outros.

Resultados esperados: produtos de difusão sobre todos os Bens Registrados disponibilizados e preferencialmente padronizados; Bens Registrados e universo cultural relacionados, difundidos e conhecidos amplamente; e sociedade sensibilizada sobre temas do Patrimônio Imaterial.

2.3. Ações educativas sobre o Bem Registrado

Objetivos: realizar atividades educativas em escolas e comunidades detentoras sobre o Patrimônio Imaterial; produzir materiais educativos, didáticos e paradidáticos sobre o Patrimônio Imaterial; e capacitar professores e outros agentes da sociedade civil com potencial de se

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

tornarem multiplicadores de conhecimento e informações sobre o Patrimônio Imaterial.

Resultados esperados: público-alvo sensibilizado para a identificação e a preservação do seu patrimônio; crescimento do sentimento de pertencimento dos indivíduos às suas comunidades e aos seus patrimônios; e materiais educativos produzidos.

Eixo 3 – Apoio à produção e à reprodução de Bens Registrados

Reúne o conjunto de ações voltadas à manutenção, à defesa, ao fortalecimento, ao desenvolvimento e à sustentabilidade das manifestações culturais reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil, abrangendo os saberes, conhecimentos e técnicas tradicionais, as celebrações, os lugares e as formas de se expressar e de representar, juntamente com os elementos que lhe são associados.

3.1. Ações de transmissão de saberes

Objetivos: realizar ou incentivar a realização de atividades variadas que permitam a transmissão, o fortalecimento e a manutenção dos saberes e das práticas tradicionais associados aos Bens Culturais; incentivar a transmissão de saberes entre detentores de uma mesma geração e detentores de diferentes gerações; e valorizar a transmissão de saberes nos diversos segmentos culturais existentes dentro dos Bens Registrados.

Resultados esperados: eventos, capacitações e materiais de apoio destinados à transmissão de saberes e práticas tradicionais realizados ou confeccionados e distribuídos ao público-alvo.

3.2. Condições materiais de produção e reprodução

Objetivos: apoiar, por meio de parcerias institucionais ou meios próprios, ações que facilitem a obtenção de matérias-primas, insumos, equipamentos ou estruturas necessárias à continuidade, à manutenção, ao fortalecimento e ao desenvolvimento sustentável da prática cultural; e apoiar e valorizar a criação e a execução de planos de manejo ambiental de sustentabilidade ecológica ou outros planos necessários para o fortalecimento e desenvolvimento da prática cultural.

Resultados esperados: matérias-primas e insumos disponíveis aos detentores de forma autônoma e sustentável; equipamentos, instrumentos ou objetos associados e necessários à prática cultural em funcionamento ou uso pela comunidade detentora; e planos de manejo ambiental, de sustentabilidade ecológica ou outros planos para manutenção da prática cultural em execução ou executados.

3.3. Atenção e defesa de direitos culturais coletivos

Objetivos: realizar mediações institucionais de natureza legislativa, administrativa, judicial ou socioeconômica em defesa dos direitos culturais coletivos ligados aos Bens Registrados, especialmente em situações risco a sua continuidade; esclarecer e apoiar questões que envolvam direitos de propriedade intelectual e coletivos sobre os saberes associados aos Bens Registrados; e identificar, analisar, avaliar e agir em situações de ameaça ou dano ao patrimônio, amparando-se em parcerias nas temáticas transversais.

Resultados esperados: ameaças ou danos ao patrimônio evitados, mitigados ou contornados; detentores apoiados e esclarecidos sobre direito de propriedade intelectual e direito coletivo sobre os saberes associados ao Bem Cultural; e mediações interinstitucionais e intersetoriais realizadas.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

3.4. Espaços físicos de referência destinados à prática do Bem Cultural

Objetivos: promover, por meios próprios ou por meio de apoio e parcerias, a criação, reforma, manutenção, recuperação, sinalização, cessão ou disponibilização de espaços físicos destinados à realização, divulgação e valorização de práticas culturais associadas aos Bens Registrados.

Resultados esperados: disponibilização de centros de referência, museus, ateliês, salas, locais de apresentação ou outros espaços para ocupação de Bens Registrados e detentores.

3.5. Fomento a projetos e valorização de trajetórias de detentores

Objetivos: premiar ações de salvaguarda exemplares; selecionar projetos culturais relacionados aos Bens Registrados para execução; selecionar projetos para atender necessidades específicas de algum Bem Cultural; e valorizar a trajetória de detentores que contribuíram significativamente com a história e a salvaguarda do Bem Cultural.

Resultados esperados: projetos de salvaguarda apresentados pela sociedade civil financiados diretamente ou por meio de parcerias; detentores com significativa contribuição para a história e a salvaguarda do Bem Registrado reconhecidos; e ações exemplares de salvaguarda reconhecidas.

3.6. Implementação de iniciativas para ampliação de mercado e fortalecimento de cadeias produtivas

Objetivos: capacitar detentores para a ampliação de mercado e o fortalecimento de cadeias produtivas; incentivar a criação e execução de planos de desenvolvimento econômico e para o escoamento de produtos associados aos Bens Registrados; apoiar o desenvolvimento de plataformas virtuais para a promoção de produtos e canais de vendas de detentores; articular a inserção de produtos associados aos Bens Registrados em grandes lojas, redes ou plataformas de comercialização; e apoiar a participação de detentores ou a exposição de produtos e serviços associados aos Bens Registrados em feiras temáticas e similares.

Resultados esperados: detentores capacitados para o mercado e para a cadeia produtiva; planos de desenvolvimento econômico e de escoamento de produtos e serviços em execução ou executados; produtos e serviços disponíveis em lojas, redes ou plataformas de comercialização; e produtos ou serviços associados aos Bens Culturais e detentores representados em férias temáticas e similares.

3.7. Formação e assessoria para detentores sobre a gestão cultural

Objetivos: estimular os detentores a se apropriarem da gestão cultural de seu patrimônio; orientar detentores sobre procedimentos administrativos e operacionais para a gerência de processos no campo do patrimônio e para o planejamento e execução de projetos voltados ao Bem Cultural Registrado; e estimular detentores a desenvolver mecanismos de busca ativa para a viabilização de projetos.

Resultados esperados: detentores com conhecimento e autonomia para gerenciar de forma sustentável as medidas necessárias para a manutenção da sua prática cultural.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ANEXO 5 – LISTA DE PRODUTOS

Bens materiais móveis

Maranhão

1. Quarenta e cinco peças bordadas de indumentária de Bumba meu boi.

Paraíba

2. Aquisição de instrumentos e realização de oficinas de aprendizagem de Fole de Oito Baixos na cidade de João Pessoa (PB).

Capacitações

Mato Grosso

3. Participação do Iphan no curso "Capoeira Patrimônio Imaterial da Humanidade – Noções Básicas para Monitoria de Oficinas Culturais".

Rio de Janeiro

4. Certificação de novas candidaturas à Baiana e Baiano de Acarajé do Município do Rio de Janeiro.

5. Ciclo constituído por três oficinas de transmissão de saberes do Ofício das Baianas de Acarajé.

6. Sete capacitações, na modalidade virtual, sobre empreendedorismo, realizadas entre agosto e dezembro de 2024.

7. Trinta consultorias sobre empreendedorismo, realizadas em formato híbrido, entre setembro de dezembro de 2024.

Criação ou manutenção de espaços

Rio de Janeiro

8. Autorização expedida pela Gerência de Licenciamento e Fiscalização do Rio de Janeiro mediante taxa de uso de área pública.

Eventos

Amazonas

9. Realização de oficina com a participação de aproximadamente setenta capoeiristas visando elaborar o Plano de Salvaguarda da Capoeira no estado do Amazonas.

10. Reuniões com as comunidades detentoras de 10 (dez) municípios amazonenses visando à ampla divulgação do Plano de Salvaguarda do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins.

Distrito Federal

11. Apoio e divulgação do Iphan no "7° Festival Internacional de Teatro Popular de Bonecos", realizado em Taguatinga (DF).

12. Lançamento virtual do livro "Saberes dos Mestres na Capital", com transmissão pelo canal do Iphan no YouTube, no dia 21 de junho de 2024.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Espírito Santo

13. Ciclo de Reuniões de Salvaguarda com as detentoras do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.

14. Realização da ação Oficina de Cartografia Social e Afetiva na Comunidade Quilombola de São Cristóvão, comunidade detentora do Jongo no Sudeste, situada no município de São Mateus (ES).

Maranhão

15. Realização da "I Feira Poética da Salvaguarda do Cordel e do Repente no Maranhão".

Mato Grosso

16. Evento de lançamento do documentário "Viola de Cocho: os saberes dos cururueiros".

17. Lançamento e exibição do documentário "Modo de Fazer Viola de Cocho: Saberes dos Cururueiros", no Museu de Humanidades Alaíde Montechhi, localizado em Cáceres (MT).

18. Mostra fotográfica contando a trajetória do Mestre Artesão de Viola de Cocho Lourenço da Guia Mendes.

19. Realização de duas reuniões para edição do documentário "Modo de Fazer Viola de Cocho: Saberes Tradicionais dos Cururueiros".

20. Realização de oficina do modo de fazer a Viola de Cocho, como parte da programação do "Festival Internacional de Pesca Esportiva", em Cáceres (MT).

21. Realização do 16° Festival de Siriri e Cururu, em Cuiabá (MT).

Minas Gerais

22. Evento de lançamento Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal.

Paraíba

23. Realização de evento de culminância das Oficinas de Fole de Oito Baixos.

Rio de Janeiro

24. 2° Festival de Acarajé do Rio de Janeiro.

25. Realização de missa comemorativa em celebração ao dia Nacional da Baiana de Acarajé no Rio de Janeiro (RJ), na Igreja Matriz de Santa Rita.

26. Realização de roda de samba comemorativa em celebração ao dia Nacional da Baiana de Acarajé no Rio de Janeiro (RJ), na Igreja Matriz de Santa Rita.

Roraima

27. Evento de lançamento do Plano de Salvaguarda da Capoeira em Roraima e das Músicas da Salvaguarda da Capoeira em Roraima, em 13 de agosto de 2024.

28. Lançamento das Músicas da Salvaguarda da Capoeira disponibilizadas nas plataformas digitais.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Fotografias, imagens, desenhos ou similares

Nacional

29. Dossiê fotográfico.

30. Pasta de fotografias – Dossiê de registro das Marujadas de São Benedito no Pará como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

Espírito Santo

31. Exposição fotográfica "Nosso Porto".

Maranhão

32. Duas mil, setecentas e trinta e uma fotografias registradas durante as Oficinas de Bordado de Indumentária de Bumba meu boi, realizadas em Cururupu (MA), Guimarães (MA), Viana (MA), Pindaré-Mirim (MA) e Caxias (MA), de março a maio de 2024.

33. Organização, padronização e identificação dos registros fotográficos, gravações e/ou áudios de entrevistas obtidas no âmbito da pesquisa histórica das Matanças de Bumba meu boi nas regiões da Baixada Ocidental Maranhense, Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense.

34. Quarenta e cinco fotografias de registro do I Concurso de Toadas de Bumba meu boi de Orquestra da Região do Munim, realizado em Rosário (MA), em 8 de novembro de 2024.

35. Registro fotográfico do evento "I Feira Poética da Salvaguarda do Cordel e do Repente no Maranhão".

36. Registros fotográficos completos do ritual das Matanças, dos grupos de Bumba meu boi, das entrevistas realizadas com os patrões e com os personagens.

Minas Gerais

37. Oitenta fotografias registradas durante o evento de lançamento do Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal.

Paraná

38. Duzentas e dezenove fotografias registradas durante o curso Fundamentos e Movimentos da Capoeira, com Mestre Sergipe e Mestre Cigano, realizado na cidade de Pinhais (PR) no dia 9 de novembro de 2024.

Pernambuco

39. Cinquenta fotografias registradas durante as oficinas de "Dança Tradicional do Caboclinho".

Piauí

40. Cobertura fotográfica do "III Fórum de Literatura de Cordel e Repente do Piauí", abrangendo as apresentações, debates e interações dos participantes.

41. Registro fotográfico do "V Fórum de Literatura de Cordel e Repente do Piauí".

42. Registro fotográfico do IV Fórum de Literatura de Cordel e Repente do Piauí.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Mapeamentos

São Paulo

43. Elaboração e publicação de formulário on-line "Pré-mapeamento do Choro no estado de São Paulo".

Materiais audiovisuais

Nacional

44. Documentário – Apresentação de Registro da Arte Santeira em Madeira do Piauí.

45. Dois documentários (um de longa e outro de curta duração)

46. Materiais audiovisuais anexados ao Dossiê "Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil".

47. Vídeo Samba de Bumbo – Curta Metragem – Reduzido.

Maranhão

48. Edição de um vídeo sobre o I Concurso de Toadas de Bumba meu boi de Orquestra da Região do Munim, realizado em Rosário (MA), em 8 de novembro de 2024.

49. Produção de vídeo documentário intitulado "Fazer a Matança – Bumba meu boi".

50. Registro em vídeo dos rituais de Matança e de todas as entrevistas com os patrões, com os donos de Bumba meu boi e com demais personagens.

51. Setenta e um vídeos registrados durante as Oficinas de Bordado de Indumentária de Bumba meu boi, realizadas em Cururupu (MA), Guimarães (MA), Viana (MA), Pindaré-Mirim (MA) e Caxias (MA), de março a maio de 2024.

Mato Grosso

52. Disponibilização do documentário "Modo de fazer Viola de Cocho – Os saberes dos Cururueiros" em meio digital.

53. Publicação do documentário "Modo de fazer Viola de Cocho – Os saberes dos Cururueiros" no canal do Iphan no YouTube.

54. Publicação do documentário "Modo de fazer Viola de Cocho – Os saberes dos Cururueiros" no perfil @cine.ninja, no Instagram.

55. Publicação do documentário "Viola de Cocho: os saberes dos cururueiros" no perfil do Iphan na plataforma de vídeos YouBube.

Materiais em áudio

Maranhão

56. Registro de áudios das entrevistas realizadas sobre o ritual das Matanças dos grupos de Bumba meu boi.

Materiais gráficos diversos

Rio de Janeiro

57. Trinta banners com a temática do Ofício das Baianas de Acarajé.

58. Trinta cardápios com a temática do Ofício das Baianas de Acarajé.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Outros

Amazonas

59. Diretrizes, calendário de reuniões e regras para dinâmicas de encontros Comitê Deliberativo da Salvaguarda da Capoeira no Amazonas.

60. Eleição de nomes para composição do Coletivo Deliberativo de Salvaguarda do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins.

61. Estruturação do Coletivo Deliberativo de Salvaguarda do Boi Bumbá.

62. Instituição do Coletivo Deliberativo da Capoeira no Amazonas.

Mato Grosso

63. Emissão de carteiras de artesão(ã) para dezessete indígenas Enawene Nawe.

Pernambuco

64. Treze entrevistas transcritas por meio de metodologia da História Oral.

Planos de salvaguarda

Nacional

65. Publicação do Plano de Salvaguarda da Ciranda do Nordeste.

66. Publicação do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró.

Amazonas

67. Plano de Salvaguarda do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins.

Minas Gerais

68. Publicação do Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal (versão on-line).

69. Publicação do Plano de Salvaguarda dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal na versão impressa, com tiragem de 900 exemplares.

Piauí

70. Compilação das contribuições de cordelistas para composição no âmbito do "IV Fórum de Literatura de Cordel e Repente do Piauí", ocorrido na cidade de Parnaíba (PI).

71. Documento produzido no âmbito do "V Fórum de Literatura de Cordel e Repente do Piauí", com as demandas dos repentistas e cordelistas do Piauí.

Rio de Janeiro

72. Plano de Salvaguarda do Jongo no estado do Rio de Janeiro.

Rio Grande do Norte

73. Elaboração do Plano de Salvaguarda da Capoeira no Rio Grande do Norte.

Rio Grande do Sul

74. Publicação do Plano de Salvaguarda da Tava Guarani.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Roraima

75. Publicação do Plano de Salvaguarda da Capoeira em Roraima.

Produtos acadêmicos

Nacional

76. Dossiê de Registro da Arte Santeira em Madeira do Piauí como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

77. Dossiê de Registro das Marujadas de São Benedito no Pará como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

78. Dossiê de Registro do Choro como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

79. Dossiê de Registro do Samba de Bumbo como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

80. Dossiê de Registro dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil.

Maranhão

81. Finalização do texto final da pesquisa histórica das Matanças de Bumba meu boi nas regiões da Baixada Ocidental Maranhense, Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense, revisado do ponto de vista ortográfico, gramatical e de pontuação.

Publicações

Acre

82. Lançamento do livro "A Ginga na Terra do Aquiry: Dimensões Históricas, Etnográficas e Mapeamento da Capoeira no Acre" em versão impressa.

Amazonas

83. Lançamento e distribuição do livro "Capoeira: O patrimônio gingado do Amazonas e sua salvaguarda".

Distrito Federal

84. Publicação do livro Saberes dos Mestres na Capital.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ANEXO 6 – LISTA DE PARCEIROS INSTITUCIONAIS

No Ciclo-224 de Monitoramento das Ações de Salvaguarda de Bens registrados, foram apontados 160 parceiros institucionais pelas equipes técnicas das unidades do Iphan. Para facilitar o processo de busca, a listagem a seguir organiza os parceiros institucionais por Unidade Federativa onde estão localizados e por bem cultural beneficiado na parceria.

Em algumas situações será possível identificar um bem cultural listado em uma Unidade Federativa que não corresponde à sua área de abrangência (por exemplo, Ritual Yaokwa, em Rondônia e São Paulo). Isso ocorre porque articulações interinstitucionais permitem que parceiros institucionais apoiem ações de salvaguarda em Unidades Federativas distintas.

Acre

Choro

1. Colégio Estadual Barão do Rio Branco
   Instituição Governamental Estadual
   Atua Ocasionalmente

2. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre (Fecomércio/AC)
   Instituição Não Governamental com Fins Lucrativos
   Atua Ocasionalmente

3. Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua Frequentemente

4. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação de Rio Branco/AC (SDTI)
   Instituição Governamental Municipal
   Atua Frequentemente

Matrizes Tradicionais do Forró

5. Instituto Baquemirim
   Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

6. Colégio Estadual Barão do Rio Branco
   Instituição Governamental Estadual
   Atua Ocasionalmente

7. Federação Acreana de Capoeira (FAC)
   Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
   Atua Muito Frequentemente

8. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Acre (Fecomércio/AC)
   Instituição Não Governamental com Fins Lucrativos
   Atua Ocasionalmente

9. Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM)
   Instituição Governamental Estadual
   Atua Frequentemente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

10. Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil (FGB)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

11. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC)
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

12. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Inovação de Rio Branco/AC (SDTI)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

Alagoas

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

1. Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

Amapá

Marabaixo

1. Museu Fortaleza de São José de Macapá
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

2. Universidade do Estado do Amapá
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

3. Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC-PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

Amazonas

Complexo Cultural do Boi Bumbá

1. Coletivo Grito da Periferia (AM)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

2. Coletivo Tamo Juntos (AM)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

3. Instituto Cultural Ajuri (INCA)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

5. Prefeitura Municipal de Barreirinha (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

6. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

7. Prefeitura Municipal de Itacoatiara (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

8. Prefeitura Municipal de Itapiranga (SC)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

9. Prefeitura Municipal de Manaus (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

10. Prefeitura Municipal de Maués (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

11. Prefeitura Municipal de Nhamundá (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

12. Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

13. Prefeitura Municipal de Parintins (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

14. Prefeitura Municipal de Urucurituba (AM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

15. Universidade do Estado Amazonas – UEA
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

16. Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

17. Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC/AM)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

Bahia

Bembé do Mercado

1. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

2. Prefeitura de Santo Amaro (BA)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

3. Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

Literatura de Cordel

4. Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL/BA)
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

5. Fundação Pedro Calmon (FPC)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

6. Prefeitura de Lençóis (BA)
Instituição Governamental Municipal
Atua Raramente

Samba de Roda da Bahia

7. Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia (ASSEBA)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

Ceará

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

1. Banco do Nordeste
Instituição Governamental Federal
Atua Raramente

Distrito Federal

Arte Santeira do Piauí

1. Representação da Unesco no Brasil
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

Repente

2. Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC (DF))
Instituição Governamental Estadual
Atua Raramente

Espírito Santo

Jongo no Sudeste

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)
Instituição Governamental Federal
Atua Raramente

Matrizes Tradicionais do Forró

2. Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (MUCANE)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

3. Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult/ES)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

4. Secretaria Municipal de Cultura de Conceição da Barra (ES)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

Ofício das Paneleiras de Goiabeiras

5. Assembleia Legislativa do Espírito Santo
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Raramente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

6. Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

7. Guarda Civil Municipal de Vitória (GCMV/ES)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Raramente

8. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

9. Instituto Marlin Azul
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

10. Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult/ES)
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

11. Secretaria Municipal de Cultura de Vitória (ES) (Semc)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

12. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória (ES) (SEMMAM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

13. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

14. Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Espírito Santo (SINDBARES)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

15. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

16. Casa Constância d'Angola
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

17. Centro Social Reconstruir a Vida
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

18. Conselho Municipal de Políticas Culturais de São Mateus (ES) (CMPC)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Raramente

19. Conselho Municipal de Turismo de São Mateus (ES) (Comtur)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

20. Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA/ES)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Raramente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

21. Gerência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Vitória (ES) (GEPIR/ES)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

22. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

23. Instituto Formemus
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Raramente

24. Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (MUCANE)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

25. Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult/ES)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

26. Secretaria Estadual das Mulheres do Espírito Santo (SESM/ES)
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

27. Secretaria Municipal de Agricultura de São Mateus/ES (SMAG)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Raramente

28. Secretaria Municipal de Assistência Social de São Mateus/ES (Semas)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

29. Secretaria Municipal de Comunicação de São Mateus/ES
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Raramente

30. Secretaria Municipal de Cultura de Vitória/ES (Semc)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

31. Secretaria Municipal de Educação de Marataízes/ES (Semed)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Raramente

32. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Espírito Santo (Sebrae/ES)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

Maranhão

Complexo Cultural do Bumba meu boi

1. Centro Cultural Engenho Central de Pindaré-Mirim
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

2. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Guimarães (MA) (Sectur)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

Tambor de Crioula do Maranhão

3. Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Instituição Governamental Federal
Atua Raramente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Mato Grosso

Bonecas Karajá e Ritxoko

1. Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia (MUSEAR)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

Modo de Fazer Viola de Cocho

2. Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (ECOSS)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

3. Museu de História Natural de Mato Grosso (MHNMT)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

4. Museu de Humanidades Alaíde Montechhi (MHAM)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

5. Prefeitura Municipal de Cáceres (MT)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

6. Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel/MT)
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

7. Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel/MT)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

8. Secretaria de Turismo e Cultura de Cáceres/MT
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

9. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Cáceres/MT (SMTC)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

10. Universidade Estadual de Mato Grosso – Unemat
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

11. Federação Matogrossense de Capoeira (FMTC)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

12. Instituto Federal do Mato Grosso – Campus Sorriso (IFMT)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

13. Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel/MT)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

Ritual Yaokwa

14. Escola Estadual Indígena Enawene Nawe
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

15. Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia (MUSEAR)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

16. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDEC/MT)
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

17. Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/Campus Sinop
Instituição Governamental Federal
Atua Raramente

Mato Grosso do Sul

Ofício das Baianas de Acarajé

18. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Raramente

19. Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação em Mato Grosso do Sul (SEHA/MS)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Raramente

Minas Gerais

Matrizes Tradicionais do Forró

1. Fundação Nacional de Artes (Funarte)
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal

2. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

3. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

4. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

5. Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

6. Museu de Artes e Ofícios (MAO/SESI)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

7. Prefeitura Municipal do Serro (MG)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

8. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa/MG)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

9. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult/MG)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

10. SerTãoBrás
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

11. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Minas Gerais (Sebrae/MG)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

12. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais (Senar/MG)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

13. Universidade Federal de Lavras – UFLA
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

14. Diretoria de Estudos e Pesquisas Afrorraciais (DIEPAFRO) vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia (NEAB-UFU)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

15. Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

16. Laboratório de Realização de Documentários do Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Pará

Festividades do Glorioso São Sebastião

1. Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

Marujadas de São Benedito no Pará

2. Associação Cultural Musical Bragantina
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

3. Prefeitura Municipal de Bragança (PA)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

4. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bragança (PA) (STTR)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

5. Sociedade Beneficente Artística Bragantina
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

6. Câmara Municipal de Ananindeua
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

Paraná

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

1. Departamento de Esportes e Lazer da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SEMEL) – Pinhais/PR
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

2. Universidade Federal do Paraná – UFPR
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

Pernambuco

Cavalo-Marinho

1. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

Ciranda do Nordeste

2. Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC-PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

Frevo

3. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

4. Paço do Frevo
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

5. Prefeitura da Cidade do Recife/PE
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

Matrizes Tradicionais do Forró

6. Centro Cultural Cais do Sertão
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

7. Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur)
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

8. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

9. Secretaria de Turismo de Pernambuco (Setur/PE)
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

Ofício das Parteiras

10. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

Piauí

Cajuína no Piauí

1. Cooperativa dos Produtores de Cajuína do Estado do Piauí (CAJUESPI)
Instituição Não Governamental com Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

2. Data Eventos (PI)
Instituição Não Governamental com Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

3. Embrapa Meio Norte (PI)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

5. Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Instituição Governamental Estadual
Atua Ocasionalmente

Literatura de Cordel

6. Cine Teatro Oeiras
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

7. Escritório do Ministério da Cultura no Piauí (Minc/PI)
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

8. Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Esporte e Turismo de Piripiri (PI) (Sejuce)
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

9. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Oeiras (PI)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

10. Superintendência de Cultura da Secretaria de Gestão de Parnaíba (PI)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

Repente

11. Cine Teatro Oeiras
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

12. Escritório do Ministério da Cultura no Piauí (Minc/PI)
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

13. Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Esporte e Turismo de Piripiri (PI) (Sejuce)
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

14. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Oeiras (PI)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

15. Superintendência de Cultura da Secretaria de Gestão de Parnaíba (PI)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

Teatro de Bonecos Popular do Nordeste

16. Anima Finish House
Instituição Não Governamental com Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

17. Universidade Federal do Piauí – UFPI
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Rio de Janeiro

Choro

1. Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro (Acamufec)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

Jongo no Sudeste

2. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

3. Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

Literatura de Cordel

4. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

Matrizes do Samba no Rio de Janeiro

5. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

Matrizes Tradicionais do Forró

6. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

7. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

Ofício das Baianas de Acarajé

8. Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares (ABAM)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

9. Comitê Gestor de Salvaguarda do Ofício da Baiana de Acarajé
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

10. Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

11. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

12. Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (RJ) (SMC)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

13. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

14. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

Rio Grande do Norte

Choro

1. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campi Natal/Centro Histórico
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Festa de Sant'Ana de Caicó

3. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campi Natal/Centro Histórico
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Literatura de Cordel

5. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

6. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campi Natal/Centro Histórico
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Matrizes Tradicionais do Forró

7. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

8. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campi Natal/Centro Histórico
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

9. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

10. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campi Natal/Centro Histórico
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Repente

11. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

12. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campi Natal/Centro Histórico
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Teatro de Bonecos Popular do Nordeste

13. Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Raramente

14. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campi Natal/Centro Histórico
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Rio Grande do Sul

Tava

1. Associação Consciência Guarani
Instituição Não Governamental com Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

2. Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR/RS)
Instituição Governamental Estadual
Atua Frequentemente

3. Museu das Missões
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

4. Prefeitura de São Miguel das Missões (RS)
Instituição Governamental Municipal
Atua Frequentemente

Rondônia

Ritual Yaokwa

1. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

Roraima

Literatura de Cordel

1. Federação Roraimense de Capoeira (Ferrcap)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

2. Universidade Federal de Roraima – UFRR
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

3. Federação Roraimense de Capoeira (Ferrcap)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

4. Universidade Federal de Roraima – UFRR
Instituição Governamental Federal
Atua Frequentemente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

São Paulo

Jongo no Sudeste

5. Prefeitura Municipal de Santos (SP)
Instituição Governamental Municipal
Atua Ocasionalmente

6. Universidade Federal de São Paulo – Unifesp
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

Ritual Yaokwa

7. Instituto Museu da Pessoa
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Ocasionalmente

Samba de Bumbo Paulista

8. Centro de Estudos da Cultura Popular – São José dos Campos (SP)
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

9. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat)
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

10. Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/SP)
Instituição Governamental Municipal
Atua Muito Frequentemente

11. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
Instituição Governamental Federal
Atua Ocasionalmente

12. Universidade de Campinas – UNICAMP
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

13. Universidade Estadual de São Paulo – UNESP
Instituição Governamental Estadual
Atua Muito Frequentemente

SAT do Vale do Ribeira

14. Instituto Socioambiental – ISA
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Muito Frequentemente

15. Serviço Social do Comércio – Unidade de Registro/SP (SESC)
Instituição Não Governamental com Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

16. Slow Food do Brasil
Instituição Não Governamental sem Fins Lucrativos
Atua Frequentemente

Tocantins

Ofício dos(as) Mestres(as) de Capoeira e Roda de Capoeira

17. Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFT
Instituição Governamental Federal
Atua Muito Frequentemente

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ANEXO 7 – PLANOS DE AÇÃO EMPENHADOS EM 2024

A tabela a seguir detalha os valores empenhados, executados e inscritos em restos a pagar (RAP) dos planos de ação do Iphan destinados a bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. Os planos de ação utilizaram recursos orçamentários das ações 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro) e 5538 (Preservação do Patrimonio Cultural em Cidades com Bens Tombados).

(*) Os valore empenhados nos planos de ação nº 9267 e 9269 representam apenas a parcela do orçamento destinada a Bens Registrados. Observado o recorte deste relatório de monitoramento, foram desconsiderados custos relacionados a outros instrumentos de execução da Política de Patrimônio Imaterial, como inventários, registros, reconhecimento de línguas etc.



Bandeja de doces com Fatias de Braga. Foto: Marília Kosby, 2008. Acervo: DPI/Iphan.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
1° 9267 DPI	Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, edição 2023 (continuidade) Os editais do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) foram lançados anualmente, de forma ininterrupta, entre 2005 e 2015, tendo se tornado uma verdadeira marca da política de patrimônio imaterial, tendo sido o maior instrumento de interlocução do Iphan com os anseios e demandas diretas da sociedade civil e de divulgação da própria política, ainda muito recente, à época do lançamento da iniciativa. Diante das novas diretrizes de retomada das ações voltadas à articulação com a sociedade civil e os detentores dos bens culturais, a retomada do Edital PNPI será um ato simbólico de reaproximação do Iphan das pessoas que são parceiras e corresponsáveis diretas pela salvaguarda do patrimônio imaterial. O edital promove uma seleção pública de projetos voltados à identificação, documentação e melhoria das condições de sustentabilidade dos saberes, modos de fazer, formas de expressão, celebrações e lugares que são referências culturais para os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Após selecionados, os projetos são realizados por meio de parcerias, convênios ou cooperações entre o Iphan e instituições públicas e privadas, contando sempre com a participação e o consentimento prévio e informado das comunidades envolvidas, ou das instituições que as representam. O Edital PNPI 2023 foi dividido em três eixos: 1. identificação – projetos piloto para o novo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), incluindo mapeamento de grupos e detentores de bens culturais; 2. reconhecimento – estudos para reconhecimento de línguas, promovendo a utilização do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL); 3. apoio e fomento – ações voltadas à salvaguarda de Bens Registrados pelo Iphan, incluindo transmissão de saberes, ações educativas e ações de fortalecimento das condições materiais de continuidade de bens culturais registrados. Este Plano de Ação destina-se ao aporte de recurso em 34 dos 58 projetos selecionados pelo Edital em sua edição de 2023.	R$ 553.461,60 empenhado* R$ 536.880,00 pago R$ 16.581,60 inscrito em RAP
2° 9269 DPI	Diárias e Passagens – Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) Recursos para custeio de diárias e passagens para deslocamento a serviço do Iphan no âmbito do Departamento de Patrimônio Imaterial, Centro Nacional de Folclore e, ainda, das Superintendências do Iphan, quando solicitado, para as ações relativas à Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.	R$ 95.359,29 empenhado* R$ 89.894,00 pago R$ 5.465,29 inscrito em RAP
3° 9275 Iphan-PE	Oficina de Dança Tradicional de Caboclinho Contratação de serviços especializados para a realização de oficinas de dança tradicional do Caboclinho, a ser realizadas na Região Metropolitana do Recife e na Zona da Mata Norte de Pernambuco, com o objetivo de sensibilizar novos e atuais detentores do bem cultural Caboclinho – acautelado em âmbito federal desde 2016 – para a preservação da dança tradicional como aspecto fundamental na continuidade das práticas relacionadas com essa forma de expressão. Essa ação é prioritária para a Superintendência do Iphan em Pernambuco, pois consiste em uma ação de salvaguarda levantada por detentores do Caboclinho como essencial para o bem cultural na atualidade.	R$ 67.000,00 empenhado R$ 67.000,00 pago R$ 0,00 inscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
4° 9554 DPI	Encontro de Salvaguarda do Jongo no Rio de Janeiro 2) A ação consiste na organização de um encontro de jongueiros e jongueiras, a realizar-se no Rio de Janeiro, com a participação de representações dos coletivos de salvaguarda do jongo dos estados de abrangência do bem cultural, a saber: Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Entre os objetivos da ação estão a promoção de um espaço de articulação, o intercâmbio de saberes e experiências entre as comunidades jongueiras dos diferentes territórios, bem como promoverá a avaliação dos impactos das ações de salvaguarda do jongo ao longo do tempo.	R$ 312.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 312.000,00 inscrito em RAP
5° 9567 Iphan-CE	Restauro para a Criação do Museu da festa do Pau da Bandeira – Barbalha (CE) PAC Seleções – Contratação de projeto de Restauro para a Criação do Museu da festa do Pau da Bandeira – Barbalha (CE).	R$ 370.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 370.000,00 inscrito em RAP
6° 9590 Iphan-BA	Restauro da Casa do Samba de Roda de Dona Dalva – Cachoeira (BA) Restauro da Casa do Samba de Roda de Dona Dalva, em Cachoeira (BA), no âmbito do PAC Seleções.	R$ 200.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 200.000,00 inscrito em RAP
7° 9607 Iphan-BA	Restauro do Centro Cultural da Casa do Samba de Santo Amaro – Santo Amaro (BA) Restauro do Centro Cultural da Casa do Samba de Santo Amaro no âmbito do PAC Seleções.	R$ 250.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 250.000,00 inscrito em RAP
8° 9651 Iphan-AM	Requalificação da Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa para a criação do Centro das Tradições Amazonenses – Manaus (AM) Contemplar espaços para a promoção, fomento e valorização dos bens culturais registrados como Patrimônio Imaterial no Amazonas como a Cachoeira de Iauaretê, Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira e Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, organizados pelos diversos grupos e segmentos relacionados ao bem cultural que atuam na salvaguarda, e que proporcione de modo amplificado o acesso da sociedade ao patrimônio cultural.	R$ 600.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 600.000,00 inscrito em RAP
9° 9755 DPI	Apoio a projetos de salvaguarda do patrimônio imaterial no Rio de Janeiro Apoio aos seguintes projetos a serem desenvolvidos no estado do Rio de Janeiro: 1. Projeto Capoeira – Expressões e Saberes, contemplado no Edital do PNPI 2023, no valor de R$ 300.000,00; 2. Circuito de Festas do Fandango Caiçara: A força do mutirão em rede, contemplado no Edital do PNPI 2023, no valor de R$ 300.000,00; 3. Puxando Conversa: preservação e difusão da memória negra e popular do samba no Rio de Janeiro, contemplado no Edital do PNPI 2023, no valor de R$ 300.000,00; e 4. Encontro Nacional Jongo no Sudeste, complementação de emenda já destinada, no valor de R$ 98.000,00.	R$ 900.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 900.000,00 inscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
10° 9758 Iphan-RJ	Projeto Quilombos do Jongo do Vale do Café. SEI 01450.011155/2024-11. Pré-Convênio 971661/2024 O objetivo do Projeto é garantir aos núcleos familiares descendentes de comunidades tradicionais quilombolas e excluídos das políticas públicas, que persistem em manter viva a tradição do jongo, tenham seus acervos, reconhecidos, digitalizados e perpetuados, para a história do negro seja incluída na história oficial, por meio da democratização dos recursos para a digitalização de acervos de famílias negras. também garantir a transmissão oral de saberes e fazeres para as novas gerações fluminenses e visitantes. A região de Pinheiral reúne ricos patrimônios imateriais tombados pelo Iphan, Por meio do PAC, do Governo Federal, que instalará no Parque das Ruínas o Parque Temático sobre a história do negro no Vale do Café, que atrairá milhares de turistas por ano para a região. As atividades deste projeto vão fortalecer as sedes físicas do Museu do Jongo de Pinheiral, dando mais estrutura de atendimento, e do Quilombo São José de Valença e potencializar seus acervos, com a criação da versão digital do Museu. O resultado pretendido é impulsionar a Escola de Jongo, ampliando o conhecimento da prática do jongo de jovens e adultos, reunindo mestres e grupos de jongo centenários da região. Oferecer, ao longo de 6 meses, para um público de aprox. 1.000 pessoas, 30 encontros de oficinas. Digitalizar os acervos, de mais de 200 peças, de todo Vale do Café. catalogar novas peças para compor os acervos de ambos os espaços museológicos. Atrair turistas para região e dar grande visibilidade na mídia para a tradição do jongo.	$ 500.000,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 500.000,00 inscrito em RAP
11° 9770 Iphan-ES	Desenvolvimento de ações de preservação e salvaguarda voltadas ao patrimônio cultural no estado do Espírito Santo, em especial no tocante ao patrimônio imaterial. Promover o III Encontro Estadual de Discussão da Salvaguarda da Roda de Capoeira e Ofício de Mestres de Capoeira, em Cachoeiro de Itapemirim; Realizar a Reunião de Articulação dos Jongos e Caxambus do estado do Espírito Santo, na região metropolitana de Vitória; Desenvolver a III Reunião de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró, em São Mateus; Mobilizar duas reuniões de divulgação da Portaria nº135/23, relativas ao tombamento das Comunidades Quilombolas; Organizar o Mutirão de Saúde do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras com parceiros institucionais voltados à área da saúde coletiva; Realizar duas reuniões de mobilização tendo em vistas à identificação e salvaguarda dos bens imateriais no estado do Espírito Santo e Imprimir os Folhetos do Patrimônio Cultural do Iphan-ES.	R$ 213.169,00 empenhado R$ 0,00 pago R$ 213.169,00 inscrito em RAP
Total:		**R$ 4.060.989,89 empenhado** **R$ 693.774,00 pago** **R$ 3.367.215,89 inscrito em RAP**

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

ANEXO 8 – DETALHAMENTO DOS PLANOS DE AÇÃO DE ANOS ANTERIORES EXECUTADOS COM RAP

Os planos de ação detalhados neste anexo são de anos anteriores, isto é, utilizaram recursos orçamentários dos exercícios 2020, 2021, 2022 e 2023. Contudo, parte de sua execução financeira foi realizada no ano de 2024. A tabela a seguir detalha respectivamente (na coluna "Execução") o montante que estava inscrito em restos a pagar (RAP); o que foi pago em 2024; o que foi cancelado em 2024; e o que foi reinscrito em RAP para execução financeira em ano subsequente.

Os recursos pertencem às ações orçamentárias 20ZH (Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro) e 5538 (Preservação do Patrimonio Cultural em Cidades com Bens Tombados). Os projetos elencados beneficiaram diretamente pelo menos um dos Bens Culturais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil.



Violas de cocho do mestre Lourenço à venda. Foto: Olavo Catunda, 2022. Acervo: Iphan-MT.

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
1° 6406 Iphan-MG	Salvaguarda do Jongo em Minas Gerais – Pesquisa, documentação e capacitação: memórias e olhares futuros Emenda Iphan 39160002 – Áurea Carolina de Freitas e Silva – PSOL/MG A ação (01514.000244/2020-17), que dá continuidade ao programa de Salvaguarda do Jongo em Minas Gerais, será estruturada em quatro eixos, valendo-se de diferentes ferramentas do audiovisual, contemplando aspectos de preservação, documentação, formação/capacitação, mobilização e difusão. A ação se desdobra em: levantamento e organização de acervo audiovisual; registro e documentação; oficina de capacitação em produção audiovisual; produção de 4 curtas e um longa com exibição pública nas cidades das comunidades jongueiras. Público-alvo: comunidades jongueiras de Minas Gerais.	R$ 90.177,93 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 90.177,93 reinscrito em RAP
2° 7060 Iphan-AC	Continuidade da Salvaguarda da Capoeira no Acre A Salvaguarda da Capoeira no Acre em 2021 pretende: o tratamento de imagens e vídeos históricos da Capoeira no Acre e a realização de cursos de capacitação para detentores. Em 2020 o PA ID 6494 permitiu a realização de pesquisa histórica e etnográfica da capoeira no Acre (proc. n° 01423.000052/2020-20) e a formação de acervo documental, fotográfico e audiovisual da Capoeira no Acre (proc. n° 01423.000056/2020-16), com a coleção de materiais como fotos e vídeos históricos, preservados em acervos particulares. Esse material comporá acervo digital e será também utilizado na produção de documentário acerca da História da Capoeira no Acre, que pretendemos realizar no ano de 2022, após a finalização da pesquisa histórica e etnográfica. Para isso, é necessário tratar as mídias analógicas que não se encontram em bom estado de conservação e converter o material em formato analógico (VHS) para o formato digital. Assim, a ação pretende dar continuidade à formação do acervo histórico da capoeira no Acre, viabilizando futura edição para a produção de documentário. Pretende-se também a realização de três cursos de capacitação para detentores, a saber: curso de formação em associativismo e cooperativismo; curso de formação em elaboração de projetos socioculturais inovadores; e curso de formação em captação de recursos e gestão de projetos culturais. Cada um dos cursos terá a duração de 20 horas/aula e serão oferecidos na modalidade à distância (on-line). Estima-se a participação de até 100 detentores do bem cultural em cada curso. A proposta dos cursos contempla ação prioritária prevista no Plano de Salvaguarda da Capoeira no Acre e atende à demanda dos detentores para o ano de 2021 (proc. n° 01423.000015/2021-01), sendo possível sua realização no contexto da pandemia de covid-19. A ação contribuirá para melhorar as condições de produção e reprodução do bem cultural, fomentar sua continuidade e sustentabilidade e capacitar detentores a liderar e gerir processos de salvaguarda.	R$ 960,00 inscrito em RAP R$ 960,00 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
3° 7615 Iphan-AC	Ações de Salvaguarda da Capoeira no Acre: Documentário sobre a Capoeira no Acre A continuidade do processo de Salvaguarda da Capoeira no Acre pretende realizar a produção de um documentário sobre a capoeira no Acre, aproveitando os materiais coletados para o Acervo da Capoeira e os dados levantados pela pesquisa e mapeamento da Capoeira no Acre, bem como gravação de novas cenas e entrevistas. Trata-se de ação que pretende dar continuidade às ações realizadas nos anos de 2021 (tratamento de imagens e vídeos históricos da Capoeira no Acre e cursos de formação para detentores) e 2020 (pesquisa histórica e etnográfica da capoeira no Acre e formação de acervo documental, fotográfico e audiovisual da Capoeira no Acre). Assim, a ação tem o objetivo de contribuir para a promoção, valorização e difusão do bem cultural, garantindo a continuidade do processo de salvaguarda do bem cultural no estado.	R$ 35.500,00 inscrito em RAP R$ 35.500,00 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
4° 7631 Iphan-CE	Registro Audiovisual referente ao modo artesanal de fazer o instrumento musical Zabumba no município de Barbalha e sobre a Tipografia Lira Nordestina, localizada no município de Juazeiro do Norte. ITEM I – Um vídeo documentário de média metragem, cuja duração será de 25 a 30 minutos, e um Registro Fotográfico Profissional sobre o processo de construção artesanal do instrumento musical denominado Zabumba, utilizado pelas Bandas Cabaçais de um modo geral, inclusive as que atuam no município de Barbalha, CE, durante a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio: A filmagem do documentário deverá ser, no mínimo, em Full HD (High Definition), captação digital, formato 1920 × 1080, qualidade broadcast, com 3 CCD de ½ polegada ou maior; ITEM II: 01 (um) Vídeo Documentário de média metragem, cuja duração será de 25 a 30 minutos, e 01 (um) Registro Fotográfico Profissional sobre a Tipografia Lira Nordestina, localizada no município de Juazeiro do Norte, CE: A filmagem do documentário deverá ser, no mínimo, em Full HD (High Definition), captação digital, formato 1920 × 1080, qualidade broadcast, com 3 CCD de ½ polegada ou maior;	R$ 0,02 inscrito em RAP R$ 0,02 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
5° 7735 Iphan-PB	Salvaguarda Emergencial do Fole de 8 Baixos (2a Etapa): oficinas de formação de jovens aprendizes Recentemente, o Iphan reconheceu as Matrizes Tradicionais do Forró (baião, xote, xaxado, arrastapé, chamego, miudinho etc.) como Patrimônio Cultural brasileiro. Em meio às matrizes, o Fole de Oito Baixos se destaca como uma das referências mais citadas nos encontros e debates em torno das demandas dos forrozeiros. Nas últimas décadas, a presença de mestres folistas de Oito Baixos é cada vez mais rara mesmo nos sertões nordestinos. A situação socioeconômica e idade avançada de muitos praticantes ligados ao Fole de Oito Baixos são preocupantes – requerendo atenção do poder público. São mestre e aprendizes folistas e especialistas na afinação/manutenção do Fole em busca de identificação, valorização e sustentabilidade de suas práticas que compõem uma das fundamentais referências culturais do forró. Entre 2017 e 2018, o Iphan, em Convênio com a Associação Cultural Balaio Nordeste, realizou as seguintes ações na primeira etapa da Salvaguarda Emergencial do Fole de Oito Baixos na Paraíba: a) pesquisa documental sobre as matrizes do forró na Paraíba envolvendo saberes populares, etnomusicológicos e de outras áreas do conhecimento; identificação e mapeamento mestres e aprendizes folistas e de afinação/manutenção do Fole de Oito Baixos na Paraíba; c) realizar ações de promoção e divulgação dos saberes mapeados organizando um processo dialógico-expositivo das referências culturais relacionadas ao Fole de Oito Baixos na Paraíba. Tais ações necessitam, em caráter de urgência, de um trabalho de continuidade dessa salvaguarda, concentrando atenção, desta feita, na formação de jovens aprendizes nas artes do fole com a contribuição fundamental dos mestres folistas identificados e valorizados na primeira etapa.	R$ 26.718,66 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 18.802,02 RAP pago R$ 7.916,64 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
6° 7763 Iphan-MA	Ação de Salvaguarda emergencial – Registro audiovisual das Matanças do Bumba meu boi nas regiões da Baixada Maranhense, do Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense A proposta de registro audiovisual das Matanças do Bumba meu boi nas rregiões da Baixada Maranhense, do Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense corresponde a uma ação de Salvaguarda emergencial a fim de discutir e documentar os aspectos desta tradição cultural ameaçada atualmente de desaparecimento. Tal proposta retoma trabalho realizado desde 2014, quando a Superintendência do Iphan no Maranhão realizou seminário com grupos de Bumba meu boi nos municípios de Viana, Matinha, Cajari e Penalva, identificando, à época, demanda dos detentores pela necessidade de registro das matanças que ainda ocorriam na região. Posteriormente, em 2019, a equipe de técnicos do Patrimônio Imaterial do Iphan-MA realizou novas viagens àqueles municípios e também a mais nove cidades, incluindo as regiões da Baixada Maranhense e do Pindaré, constatando que os detentores idosos estão falecendo e, aqueles ainda vivos, esquecendo a prática de modo que não conseguem mais transmitir os modos de realização desta encenação versificada da morte do Bumba Boi aos mais jovens. Ressaltamos que o problema foi agravado com a pandemia da covid-19, que provocou a suspensão da prática, já precarizada, por 2 anos consecutivos. Para este ano, planejamos a realização de 02 etapas, conforme descritas abaixo: 1 – Pré-produção e roteiro Serão desenvolvidos seguintes serviços: a) definição dos locais de gravação; b) definição do roteiro do documentário; c) escolha da equipe de profissionais, incluindo cinegrafista, fotógrafo, operador de câmera e assistente, técnico de som, roteirista; d) levantamento dos equipamentos e materiais; 2 – Filmagem e registros serão realizados seguintes serviços: a) viagens para contato e identificação dos grupos de Bumba meu boi nos municípios; b) filmagem dos grupos e das encenações; c) captação de áudio; d) filmagem com os mestres da Matança detentores da prática cultural; e) registros fotográficos.	R$ 50.560,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 50.560,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
7° 7765 Iphan-TO	V Etapa do Mapeamento da Capoeira no Tocantins Pela dimensão territorial do estado a pesquisa de mapeamento da Capoeira no Tocantins foi dividida em etapas. Atualmente, avança em direção ao norte do Tocantins, levantando dados sobre os mestres de Capoeira, seus grupos, características de suas gerações e pesquisa documental. A V etapa da pesquisa abrangerá a microrregião de Araguaína, composta por dezessete municípios. Ressalta-se que a ação de identificação é prioridade para o coletivo Comitê Gestor da Capoeira no Tocantins e é a principal ação do plano de salvaguarda (a ser finalizado no ano de 2021). A ação vem sendo desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Tocantins por meio de TED, fomentando o desenvolvimento de pesquisas e também na formação de pesquisadores com experiência no campo do patrimônio cultural.	R$ 1.027,44 inscrito em RAP R$ 1.027,44 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
8° 8189 Iphan-MG	SALVAGUARDA DO JONGO: DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL MESTRES E COMUNIDADES JONGUEIRAS DE MINAS GE-RAIS: MEMÓRIAS E OLHARES FUTUROS Realizar ação de documentação audiovisual dos mestres, grupos e comunidades jongueiras em Minas Gerais, para produção de acervo sobre o Jongo/Caxambu em Minas Gerais, contribuindo para a produção de conhecimento sobre este Bem Registrado no estado. Além da constituição de acervo fílmico com registros orientados pela metodologia de história oral e narrativas de vida, a ação também irá produzir dois vídeos documentários, de cunho etnográfico, com os Mestres Jongueiros/Caxambuzeiros dos municípios de Bias Fortes e Recreio, documentando suas histórias e também as rodas de Jongo, contribuindo para a preservação, difusão e promoção do conhecimento sobre o Bem no estado.	R$ 2.400,19 inscrito em RAP R$ 0,19 RAP cancelado R$ 2.400,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
9° 8235 Iphan-PR	Apoio Institucional a Encontros de Salvaguarda da Capoeira no Paraná/Reuniões do Coletivo Deliberativo Ação destinada à mobilização de detentores e/ou transmissão de saberes de mestres e detentores, em conformidade com o Plano de Salvaguarda da Capoeira no Paraná. Contratação de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (R$ 50.000), via pregão eletrônico ou dispensa de licitação, para execução de atividades de produção cultural, logísticas e técnicas necessárias à organização de reuniões do coletivo de salvaguarda ou Encontro de Salvaguarda da Capoeira no Paraná, em modalidade presencial ou remota. Diárias (R$ 22.000) para sete diárias para dois servidores e 22 colaboradores externos/membros do Coletivo de Salvaguarda.	R$ 29.970,08 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 1.228,14 RAP pago R$ 28.741,94 reinscrito em RAP
10° 8289 Iphan-PE	Mestres de Fazer-Brincar: transmissão de saberes no Cavalo Marinho por meio da oralidade Contratação de serviço especializado em transcrição de entrevistas segundo o método científico da História Oral, para continuidade da execução do Projeto Mestres de Fazer Brincar: transmissão de saberes no Cavalo Marinho por meio da oralidade. Os registros audiovisuais e orais resultantes do projeto compõem cerca de 20 horas de entrevistas, as quais deverão ser transcritas a partir dos métodos da História Oral com vistas à geração de acervo técnico documental para o Iphan-PE e a comunidade detentora, e à futura publicação de livro para valorização da memória dos mestres e mestras do Cavalo Marinho de Pernambuco: Patrimônio Cultural do Brasil.	R$ 8.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 7.046,15 RAP pago R$ 953,85 reinscrito em RAP
11° 8313 Iphan-PR	Realização de Reunião Presencial do Coletivo de Salvaguarda da Capoeira no Paraná – Dois Vizinhos (Regão Sudoeste) Contratação de Outros Serviços de Terceiros – PJ (R$ 25.000), para realização de atividades de produção cultural e suporte logístico e operacional, como locação de van e/ou compra de passagens rodoviárias, fornecimento de *coffee break*, agenciamento de serviços de alimentação/hospedagem e pagamento de cachês a detentores oficineiros, necessários a reunião presencial do Coletivo de Salvaguarda da Capoeira no Paraná, conforme planejamento pactuado com os detentores capoeiristas desde 2019 e suspenso/inviabilizado pela pandemia de covid-19. Diárias (R$ 11.000,00) para servidores e colaboradores que participarão da reunião – 3,5 diárias para 2 servidores e 11 colaboradores externos/membros do Coletivo de Salvaguarda, conforme planilha (4212630).	R$ 27.500,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 27.500,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
12° 8338 Iphan-CE	Mapeamento da Capoeira no Ceará (2ª Etapa) Contratação de pessoa jurídica para a execução da segunda etapa do Mapeamento da Capoeira no Ceará, envolvendo 58 municípios. Por meio deste plano de ação, será dada continuidade ao processo de mapeamento da capoeira no estado do Ceará, promovendo a identificação e a produção de conhecimentos sobre a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira no estado, produzindo uma base cartográfica que será utilizada nos processos de licenciamento ambiental, e contribuindo com o planejamento e a execução da salvaguarda dos referidos bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. O serviço técnico de Mapeamento da Capoeira no Ceará contempla a identificação dos grupos de capoeira, a descrição sistematizada dos grupos identificados, a produção de uma base cartográfica georreferenciada, a produção de material fotográfico e a apresentação pública dos produtos parciais e finais aos detentores. A primeira etapa do projeto foi executada por meio de emenda parlamentar, em 68 municípios, e os produtos podem ser consultados no processo administrativo 01496.000411/2021-76.	R$ 168.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 75.600,00 RAP pago R$ 92.400,00 reinscrito em RAP
13° 8369 Iphan-AC	Continuidade da interiorização da Salvaguarda da Capoeira no Acre A Ação visa dar continuidade às reuniões entre detentores locais, representantes do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Acre e gestores públicos, para promover a interiorização da salvaguarda do bem cultural no estado do Acre, com a divulgação do plano de salvaguarda e o planejamento de ações de salvaguarda nos municípios. Em 2022, foram realizadas ações que abrangeram os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Sena Madureira, Manoel Urbano, Senador Guiomard, Bujari, Epitaciolândia e Brasileia. Em 2023, pretendese realizar reuniões nos municípios de Acrelândia, Assis brasil, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Xapuri, Feijó e Tarauacá. As ações realizadas em 2022 no âmbito da Interiorização da Salvaguarda da Capoeira no Acre, já renderam resultados positivos para a salvaguarda do bem cultural nos municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Manoel Urbano, Senador Guiomard e Bujari, onde as prefeituras estreitaram o diálogo com os detentores e se comprometeram em promover ações de salvaguarda, inclusive com programas de inclusão da capoeira nas escolas municipais, destinação de espaços para treinos e rodas de capoeira e apoio material e logístico aos grupos de detentores. Nos municípios de Mâncio Lima e Epitaciolândia, foi identificado que as prefeituras já apoiam ações de salvaguarda da capoeira, inclusive nas escolas. A ação tem se mostrado profícua e contribui para as metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura (PNC) ao promover ações de Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural, conforme os objeti-vos do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (quinta meta do PNC), visando otimizar recursos humanos e financeiros para a efetiva proteção do Patrimônio Cultural, com o desenvolvimento de ações coordenadas entre as cidades, estado e Governo Federal.	R$ 990,48 inscrito em RAP R$ 541,98 RAP cancelado R$ 448,50 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
14° 8379 Iphan-AC	Salvaguarda Emergencial das Matrizes Tradicionais do Forró dos seringais acreanos. A ação tem o objetivo de promover o registro audiovisual de manifestações culturais no "Santinho", no município de Tarauacá/AC, para a salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró em suas formas de expressão tipicamente acreanas, desenvolvidas nos seringais a partir das tradições dos migrantes nordestinos, com a influência da musicalidade indígena da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia). A salvaguarda emergencial se justifica pelo fato inevitável do envelhecimento dos detentores, alguns com mais de 80 anos. Como os detentores têm idade avançada e problemas de saúde, o adiamento da ação pode acarretar na perda irreparável de repertório e conhecimentos relacionados ao bem cultural. No Acre, as Matrizes Tradicionais do Forró chegaram com os migrantes nordestinos, que se instalaram na região nos períodos econômicos conhecidos como Ciclos da Borracha. Assim, as Matrizes Tradicionais do Forró no Acre remetem à própria história do povoamento da região e à identidade dos seringueiros, que deixaram um importante legado na cultura e identidade do povo acreano. Os detentores são os artistas que antigamente animavam as festas nos seringais. Centenas de músicas autorais foram compostas neste contexto, retratando a vida na floresta e o legado dos seringais acreanos. Os seringueiros também criaram instrumentos musicais únicos, deixando uma rica cultura material associada ao Forró acreano. Este legado corre o risco de se perder, pois muitos destes artistas são hoje idosos, e outros já faleceram sem que houvesse uma pesquisa mais abrangente sobre suas vidas e obras. Assim, esta demanda tem o objetivo de promover a salvaguarda emergencial das Matrizes Tradicionais do Forró no Acre, com o apoio do Instituto Baquemirim, para realização de pesquisas e registros da musicalidade acreana. O Instituto Baquemirim atua desde 2006 na identificação e salvaguarda do patrimônio cultural acreano, mas precisa de apoio para atuar no interior do Acre.	R$ 8.000,00 inscrito em RAP
15° 8392 Iphan-AC	Oficinas para detentores de Bens Registrados no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica com o Sebrae. Realização de oficinas previstas no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica do Iphan com o Sebrae. As oficinas serão voltadas para detentores de bens culturais registrados com abrangência no estado do Acre e têm o objetivo de disseminar informações sobre o convênio e promover a mobilização dos segmentos culturais para identificação das necessidades de capacitação dos detentores. Poderão ser realizadas capacitações, conforme Plano de Trabalho a ser construído com os parceiros envolvidos.	R$ 3.862,40 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 3.862,40 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
16° 8406 Iphan-AM	Oficinas para elaboração do Plano de Salvaguarda do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins Trata-se de ação com vistas à contratação de serviços logísticos para a realização de Oficinas para elaboração do Plano de Salvaguarda do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins. A ação será desenvolvida por meio da realização de uma reunião com duração de um dia no município Parintins com as direções e principais lideranças dos grupos de Boi Bumbá, sobretudo as que participaram das Oficinas realizadas em Itacoatiara (AM), em novembro de 2022, visando medir o cumprimento das ações elencadas e seus impactos. A partir da aferição dos resultados e impactos, proceder-se-á à elaboração de uma Plano de Salvaguarda para o referido bem cultural, contemplando metas a serem atingidas, dentre as quais: 1. Consolidação de coletivos e/ou instâncias dialógicas locais em cada município do Complexo Cultural do Boi Bumbá; 2. Fomentar parcerias locais para resgate e revalorização de grupos locais de Bo-Bumbá nos municípios do Complexo Cultural do Boi Bumbá; 3. Consolidar parceiras com os municípios do Complexo Cultural do Boi Bumbá de modo a consolidar um calendário regional dedicado à celebração do Boi Bumbá. Em conformidade com o Ofício Circular N° 21/2023/GAB PRESI/PRESI-Iphan (SEI n° 4201707), o atual PA está alinhado às seguintes diretrizes: 1. Diretrizes por plano orçamentário – (3.1): 6; 7; (3.4): 2.	R$ 23.490,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 23.490,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
17° 8411 Iphan-AM	Oficinas de Salvaguarda do Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira A realização das Oficinas de Salvaguarda do Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira é uma atividade urgente e emergencial, uma vez que é altamente prioritário a construção de um plano de salvaguarda do Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda de Capoeira no Amazonas. O Coletivo de Mestres insta constantemente o apoio do órgão, no sentido de viabilizar a promoção, difusão e preservação do bem cultural. Faz-se necessário, também, estabelecer um plano de atividades contínuas, com vistas à profissionalização dos Mestres, especialmente a partir do recente ACT celebrado entre Iphan e Sebrae. Esta ação, portanto, visa contratação de serviços logísticos para realização de oficinas de salvaguarda, com vistas a promover a elaboração do Plano de Salvaguarda dos bens em tela, registrados em âmbito nacional, com ocorrência em vários municípios do estado do Amazonas. As referidas oficinas terão lugar na cidade de Manaus-AM. Em conformidade com o Ofício-Circular N° 21/2023/GAB PRESI/PRESI-Iphan (SEI n° 4201707), este PA está em linha com as seguintes diretrizes: 1. Diretrizes programáticas: 1; 3; 2. Diretrizes por plano orçamentário – (3.1): 6; 7; (3.5): 1.	R$ 34.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 33.999,60 RAP pago R$ 0,40 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
18° 8432 Iphan-PA	Revalidação: Festividade do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó Em 2023 completam-se dez anos de registro da Festividade do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó. De acordo com o art. 7° do Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, realizar a "reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos", assim como encaminhála "ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de 'Patrimônio Cultural do Brasil'". Estipula, ainda, em parágrafo único, que "negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo. Desde maio de 2022, temos conversado com detentores da festividade sobre as etapas deste processo e a mobilização necessária para levá-lo adiante (processo SEI n° 01492.000195/2022-80). Igualmente tivemos reunião com o técnico Rodrigo Ramassote do DPI para organização dos processos de revalidação do ano de 2023 e enviamos um orçamento estimado para a realização dessa ação.	R$ 42.487,25 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 42.487,25 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
19° 8433 Iphan-MG	Seminários Regionais da Salvaguarda da Capoeira em Minas Gerais – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Zona da Mata Realização de dois Seminários Regionais de Salvaguarda da Capoeira em Minas Gerais, a serem sediados em Uberlândia e Juiz de Fora, envolvendo cerca de 34 municípios da Região Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e 29 municípios da Região Zona da Mata, tendo como finalidade: 1. Continuidade da política de salvaguarda, ampliando e descentralizando o processo de salvaguarda dos Bens Registrados "Roda de Capoeira" e "Ofício dos Mestre de Capoeira" no Estado de Minas Gerais, por meio da mobilização e articulação de comunidades e grupos detentores bem como de gestores públicos nas regiões citadas acima, com vistas à consolidação do plano de salvaguarda da capoeira no estado; 2. Articulação institucional com as instâncias executivas e legislativas nos municípios destas regiões; 3. Difusão sobre o universo cultural da capoeira, do ponto de vista patrimonial, nas regiões citadas. Público-alvo: mestres e capoeiristas de aproximadamente 120 grupos de capoeira dos municípios das regiões citadas, além de gestores públicos, pesquisadores e demais atores envolvidos com a salvaguarda da Capoeira no estado. Esta ação se insere nas seguintes diretrizes e eixos estratégicos previstos para 2023 (SEI 4201707): Diretrizes programáticas 1. Ações realizadas em parcerias; comunidades de matriz africana; trazendo explicitamente as informações desses grupos sociais 3. Ações identificação, reconhecimento e apoio e fomento a bens culturais diretamente vinculadas à memória de processos culturais e sociais de exclusão e violência; justiça de transição e igualdade étnicoracial Diretrizes por plano orçamentário – 3.1 – 7. Elaboração/revisão Planos Salvaguarda; 8. Ações previstas em Plano de Salvaguarda 3.4 – 2. Ações bens culturais reconhecidos abarcados pelas políticas de salvaguarda de bens imateriais; 4. Ampliação do debate sobre educação patrimonial a partir de eventos (seminários e oficinas, p. ex.)	R$ 122.800,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 61.400,00 RAP pago R$ 61.400,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
20° 8434 Iphan-AM	Impressão de livro "Capoeira: O Patrimônio gingado do Amazonas e sua salvaguarda" Trata-se de contratação visando à revisão da editoração, diagramação para impressão de livro sobre a história da Capoeira no Amazonas, intitulado "Capoeira: O Patrimônio gingado do Amazonas e sua salvaguarda". O referido livro foi publicado, primeiramente, em versão on-line, no ano de 2020. Dada, porém, a necessidade de difusão do mesmo livro entre os partícipes dos diversos coletivos de Capoeira do Amazonas, os quais não dispõe de acesso fácil às leituras digitais, faz-se necessário a impressão do material em tela. Trata-se, pois, de importante contribuição da Autarquia à difusão da Capoeira no Amazonas. Trata-se, pois, de ação continuada, uma vez que prevê a retomada do projeto de impressão/editoração do mesmo livro iniciado em 2019, conforme os autos SEI 01490.000092/2019-34. Em conformidade com o Ofício Circular N° 21/2023/GAB PRESI/PRESI-Iphan (SEI n° 4201707), o atual PA está alinhado às seguintes diretrizes: 1. Diretrizes programáticas: 1; 3; 2. Dire-trizes por plano orçamentário – (3.1): 6; (3.4): 8.	R$ 46.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 46.000,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
21° 8437 Iphan-PA	Oficinas para a construção do Plano de Salvaguarda da Festividade do Glorioso São Sebastião na região do Marajó O objetivo do projeto é fomentar a discussão sobre a política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial nas comunidades do Marajó devotas de São Sebastião, focando na construção de um plano de salvaguarda da Festividade do Glorioso São Sebastião na região do Marajó, bem cultural reconhecido como patrimônio Brasil desde 2013. A ação prevê a realização de oficinas em algumas localidades do Marajó como Cachoeira do Arari, Vila de Arapixi, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Salvaterra, Curralinho, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras. O projeto é resultado das reuniões realizadas pelo DPI com as Superintendências ao longo do segundo semestre de 2022, as quais apresentaram como prioridade estratégias para a resolução do passivo de Planos de Salvaguarda.	R$ 62.934,82 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 62.934,82 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
22° 8462 Iphan-BA	Seminário 10 anos do título de Patrimônio Imaterial da Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim Em 2023, a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim completa dez anos de registro e, com isso, fazse necessário realizar o processo de revalidação do bem cultural. A Festa do Senhor do Bonfim foi registrada como patrimônio cultural brasileiro no ano de 2013. No entanto, devido a uma série de problemas que se originaram desde o processo de pesquisa para o registro do bem, não foi feita uma identificação aprofundada das comunidades detentoras do bem, o que dificultou o seu processo de mobilização nos anos subsequentes ao registro. Considerando o processo de revalidação no ano de 2023, faz-se urgente empreender esforços para produzir informações, mobilizar detentores e avaliar os sentidos, desafios e os impactos do reconhecimento do bem cultural como patrimônio imaterial brasileiro. Este plano de ação será destinado à contratação de pessoa jurídica para realização de um (01) seminário, de dois (02) dias, para mobilização e discussão sobre os sentidos, desafios e transformações da Festa Nosso Senhor do Bonfim entre seus diferentes segmentos de detentores durante os 10 anos de título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Dia 01, manhã: O título de patrimônio e sua revalidação; tarde: Os sentidos da Festa Nosso Senhor do Bonfim entre seus diferentes detentores; Dia 02, tarde: Os desafios e as transformações da Festa ao longo do tempo; Representantes que serão convidados: Devoção Nosso Senhor do Bonfim, Baianas de Acarajé, Terreiros de Candomblé, Acadêmicos, Órgãos da Cultura e Preservação, dentre outros.	R$ 39.040,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 22.779,00 RAP pago R$ 16.261,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
23° 8500 Iphan-DF	Exposição fotográfica Pareiada. O fotógrafo Davi Mello, cordelista do Distrito Federal, reuniu fotografias feitas na última década em exposição sobre os bens culturais imateriais do DF. A exposição é composta por fotos de detentores, de celebrações e de lugares relevantes do ponto de vista do patrimônio cultural e da cultura popular local. O material expográfico pode integrar o rol do ciclo de ações de comemoração da Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Pagamento do valor da exposição, que é acompanhada de registros fotográficos, mesas e cavaletes auxiliares para exibição do material. Diretrizes Atendidas: 1.5 – Ações que envolvam mais de um bem cultural reconhecido e/ou a atuação conjunta entre Superintendências e/ou unidades especiais. 3.4.2 – Ações que tenham como objeto bens culturais reconhecidos e estejam abarcados pelas políticas de salvaguarda de bens imateriais e de preservação de bens materiais.	R$ 5.600,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 5.600,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
24° 8504 Iphan-SP	Patrimônio Imaterial – Encontro de Jongueiros Paulista – Salvaguarda do Jongo no Sudeste Retomar as ações institucionais de salvaguarda do Jongo no Estado de São Paulo. Em comum acordo com os detentores, e com a participação dos mesmos, a proposta é colaborar para a realização do Encontro de Jongueiros Paulista e articular, dentro deste encontro, a Reunião de Salvaguarda do Jongo e o Encontro das Jovens Lideranças Jongueiras – eventos que não puderam ser realizados em 2020, 2021 e 2022 em razão da crise sanitária decorrente da pandemia de covid-19. Ação fundamental para fortalecer a articulação de grupos e comunidades culturais historicamente excluídos e/ou marginalizados das ações do Estado brasileiro, tais como as comunidades de Jongo, detentoras desse significativo patrimônio de matriz africana reconhecido pelo Iphan.	R$ 752,25 inscrito em RAP R$ 752,25 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
25° 8521 DPI	Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, edição 2023. Os editais do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) foram lançados anualmente, de forma ininterrupta, entre 2005 e 2015, tendo se tornado uma verdadeira marca da política de patrimônio imaterial, tendo sido o maior instrumento de interlocução do Iphan com os anseios e demandas diretas da sociedade civil e de divulgação da própria política, ainda muito recente, à época do lançamento da iniciativa. Diante das novas diretrizes de retomada das ações voltadas à articulação com a sociedade civil e os detentores dos bens culturais, a retomada do Edital PNPI será um ato simbólico de reaproximação do Iphan das pessoas que são parceiras e corresponsáveis diretas pela salvaguarda do patrimônio imaterial. O Edital promove uma seleção pública de projetos voltados à identificação, documentação e melhoria das condições de sustentabilidade dos saberes, modos de fazer, formas de expressão, celebrações e lugares que são referências culturais para os diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Após selecionados, os projetos são realizados por meio de parcerias, convênios ou cooperações entre o Iphan e instituições públicas e privadas, contando sempre com a participação e o consentimento prévio e informado das comunidades envolvidas, ou das instituições que as representam. O Edital PNPI 2023 estará dividido em três eixos: 1. identificação – projetos piloto para o novo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), incluindo mapeamento de grupos e detentores de bens culturais; 2. reconhecimento – estudos para reconhecimento de línguas, promovendo a utilização do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL); 3. apoio e fomento – ações voltadas à salvaguarda de Bens Registrados pelo Iphan, incluindo transmissão de saberes, ações educativas e ações de fortalecimento das condições materiais de continuidade de bens culturais registrados. A intenção é selecionar cerca de 30 projetos, com custos entre R$ 150.000,00 e R$ 600.000,00 cada.	R$ 1.991.953,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 495.020,00 RAP pago R$ 1.496.933,00 reinscrito em RAP
26° 8538 Iphan-RS	Editoração e Publicação dos resultados do módulo 1 do Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul Contratação de serviços de diagramação, editoração e impressão dos resultados do módulo 1 do Mapeamento da Capoeira no Rio Grande do Sul – Região Metropolitana de Porto Alegre (Alvorada, Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre e Viamão), cuja elaboração decorreu de contratação do Iphan-RS conforme documentação constante do Processo 01512.000183/2018-93, em formato físico (quinhentos exemplares) e digital. A publicação dos resultados do primeiro módulo do Mapeamento da Capoeira no estado do Rio Grande do Sul foi apontada como ação prioritária pelos conselhos da salvaguarda do Ofício dos mestres de capoeira e da Roda de capoeira no Rio Grande do Sul, respaldando a proposta ora apresentada. Ressalta-se, assim, que se trata de desdobramento da pesquisa concluída em 2021, reforçando a continuidade das ações propostas e a articulação dos projetos executados, ampliando e qualificando a atuação do Iphan-RS no que concerne à difusão e valorização dos Bens Registrados em observância ao que determina a Política Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.	R$ 33.690,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 33.690,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
27° 8544 Iphan-MG	Memórias da Capoeira em Minas Gerais: a voz dos mestres e das mestras Produção de vídeos e digitalização de acervos para a documentação, divulgação e difusão da memória dos mestres e das mestras de capoeira do estado. Objetivos: Produzir conhecimento e documentação sobre mestres e mestras de capoeira de Minas Gerais, com vistas à salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira no estado; Valorizar e divulgar a memória dos mestres e mestras e das práticas culturais associadas à Capoeira em Minas Gerais; Capacitar mestres, mestras e praticantes da capoeira em Minas Gerais para a produção audiovisual e a digitalização de acervos; Contribuir para a descentralização e expansão da salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre de Capoeira em Minas Gerais e para a disseminação de informações sobre a prática no estado; Fortalecer o Coletivo da Salvaguarda da Capoeira de Minas Gerais, contribuindo para a consolidação da Política Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. A ação será realizada por meio de contratação de pessoa jurídica para capacitação, coordenação/gerenciamento do projeto, finalização de produtos, assessoria e pagamento de honorários para mestres e mestras de capoeira do estado de Minas Gerais e seus/suas assistentes, com vistas à produção dos vídeos e digitalização dos acervos. Esta ação se insere nas seguintes diretrizes e eixos estratégicos previstos para 2023 (SEI 4201707): Diretrizes programáticas 1. Ações realizadas em parcerias; comunidades de matriz africana; trazendo explicitamente as informações desses grupos sociais 3. Ações identificação, reconhecimento e apoio e fomento a bens culturais diretamente vinculadas à memória de processos culturais e sociais de exclusão e violência; justiça de transição e igualdade étnico-racial Diretrizes por plano orçamentário – 3.1 – 5. "projetos piloto" para implementação do novo INRC; 8. Ações previstas em Plano de Salvaguarda 3.4 – 2. Ações bens culturais reconhecidos abarcados pelas políticas de salvaguarda de bens imateriais.	R$ 26.250,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 5.445,92 RAP pago R$ 20.804,08 reinscrito em RAP
28° 8545 Iphan-MG	Material de apoio para eventos com detentores de bem registrados e parceiros das salvaguardas Contratação de material gráfico (Forró, Sinos, Capoeira) e *coffee break* (Forró e Sinos) para realização de reuniões, encontros e ações educativas com detentores e parceiros das salvaguardas dos seguintes Bens Registrados: Matrizes Tradicionais do Forró, Toque dos Sinos e Ofício de Sineiro, Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira, Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal) Esta ação se insere em diversas diretrizes e eixos estratégicos previstos para 2023 (SEI 4201707): Diretrizes programáticas 1. Ações realizadas em parcerias; comunidades de matriz africana; trazendo explicitamente as informações desses grupos sociais 3. Ações identificação, reconhecimento e apoio e fomento a bens culturais diretamente vinculadas à memória de processos culturais e sociais de exclusão e violência; justiça de transição e igualdade étnico-racial Diretrizes por plano orçamentário – 3.4 – 2. Ações bens culturais reconhecidos abarcados pelas políticas de salvaguarda de bens imateriais; 4. Ações que promova a ampliação do debate sobre educação patrimonial a partir de eventos (seminários e oficinas, por exemplo).	R$ 6.038,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 5.711,60 RAP pago R$ 326,40 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
29° 8584 Iphan-TO	VI Etapa do Mapeamento da Capoeira no Tocantins Pela dimensão territorial do estado a pesquisa de mapeamento da Capoeira no Tocantins foi dividida em etapas. Atualmente avança em direção ao norte do Tocantins, levantando dados sobre os mestres de Capoeira, seus grupos, características de suas gerações e pesquisa documental. A VI etapa da pesquisa abrangerá a microrregião do Bico do Papagaio composta por 25 municípios. Ressaltase que a ação de identificação é prioridade para o coletivo Comitê Gestor da Capoeira no Tocantins e é a ação estratégica apontada pelos membros. A ação vem sendo desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Tocantins e Universidade Federal do Norte do Tocantins por meio de TED, fomentando o desenvolvimento de pesquisas e também na formação de pesquisadores com experiência no campo do patrimônio cultural.	R$ 49.063,73 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 49.063,73 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
30° 8612 Iphan-ES	II Encontro Estadual para a discussão da Salvaguarda da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira no Espírito Santo Promover o II Encontro com os capoeiristas, bem cultural diretamente vinculado à herança de matriz africana, tendo em vista a retomar o diálogo interrompido em razão da pandemia de covid-19 e ampliar o debate dos Grupos de Trabalhos articulados com a finalidade de construir o Plano de Salvaguarda do bem cultural no estado. De modo geral, pretende-se solicitar recursos para a contratação de alimentação *(coffee break)* e documentação da ação (filmagem e captação de som), para expectativa de um público presente de 100 pessoas. O recurso de deslocamento dos 15 delegados (cinco de cada região) será assegurado por meio Plano de Ação próprio de solicitação de diárias aos delegados. Processos nº 01409.000434/2022-01 e 01409.000442/2022-40.	R$ 1.406,25 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 1.406,25 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
31° 8619 Iphan-TO	Salvaguarda Karajá – Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá Desde 2019 as superintendências do Iphan nos estados do Tocantins, Goiás e Mato Grosso iniciaram uma atuação conjunta na salvaguarda dos bens culturais Karajá. Juntamente com o DPI, os esforços atuais estão centrados na elaboração do Plano de Salvaguarda dos Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá e Ritxoko: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá. Para isso, um plano de ação foi elaborado e apresentado pelo Iphan-GO em 2022, prevendo uma reunião ampliada na cidade de São Félix do Araguaia, reunindo representantes das aldeias Karajá. O plano de ação aqui apresentado é uma complementação do anterior e consiste em apoio logístico para o deslocamento dos indígenas das aldeias até as cidades polo mais próximas. Esses deslocamentos serão feitos por via fluvial (rio Araguaia) e terrestre.	R$ 2.253,90 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 2.253,90 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
32° 8624 Iphan-PB	Mapeamento do Patrimônio Imaterial Brasileiro da Paraíba Este Plano está direcionado à primeira etapa do Mapeamento do Patrimônio Imaterial Brasileiro da Paraíba, ação fundamental para continuação dos trabalhos de mobilização, elaboração e conclusão dos Planos de Salvaguarda no ano de 2023. A referida ação também dará início a identificação e georreferenciamento atualizado dos detentores, mestres, grupos espaços do patrimônio imaterial brasileiro da Paraíba, contribuindo para a proteção e gestão dos Bens Registrados e em proces-so de registro no âmbito dos processos de Licenciamento Ambiental. Estef Plano contempla os Bens Registrados: Ofício de Mestre de Capoeira, Roda de Capoeira, Literatura de Cordel, Feira Central de Campina Grande, Matrizes Tradicionais do Forró, Repente, Cirandas do Nordeste, TBPN (Babau da Paraíba), Cavalo Marinho, Ofício das Baianas de Acarajé e os Bens em processo de Registro ou mobilização pelo Registro: Coco de Roda, Festa do Rosário de Pombal (PB), Saberes das Parteiras Tradicionais do Brasil, Circo de Tradição Familiar, Ofício do Vaqueiro, Jurema Sagrada e Modo de Fazer Cachaça. A ação objeto deste Plano será executada em 3 etapas: 1. inicialmente, o levantamento documental acerca no acervo impresso e digital do Iphan-PB e no levantamento de campo junto a municípios-polo e outros de referência para o patrimônio imateri-al brasileiro da Paraíba das "regionais" culturais do Estado, João Pessoa e litoral, Campina Grande e entorno, Brejo, Curimataú, Cariri, Seridó/Sertão e Alto Sertão, acerca da presença de referências culturais imateriais: 2. Em seguida, sistematizar essas informações em um modelo adaptável a um Mapa interativo, digital e virtual da Paraíba que permita interface com o banco de dados nacional do "novo INRC". Trata-se, portanto, da contratação de serviços especializados, ou seja, de natureza não comum, de empresa ou profissionais e detentores com experiência no campo da identificação e salvaguarda de bens culturais.	R$ 282.400,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 199.000,00 RAP pago R$ 83.400,00 reinscrito em RAP
33° 8655 Iphan-ES	Oficina de Saberes com o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras A proposta da Oficina de Saberes com Ofício das Paneleiras de Goiabeiras foi acentuada em 2020 pelas detentoras e também reiterada pela Coordenação Geral de Promoção e Susten-tabilidade dos Bens Registrados própria para tratar do bem cultural. A princípio, pretende-se remunerar os detentores pelo trabalho dispensado na atividade e despesas com materiais empregados, alimentação, filmagem e banner. Pretende-se: a) sensibilizar os participantes quanto à importância do Ofício e a sustentabilidade ambiental em âmbito local; b) promover transmissão intergeracional, sobretudo, o público mais jovem do bairro (com expectativa de 45 pessoas) quanto à importância do bem cultural; c) reconhecer os detentores enquanto agen-tes produtores de saberes essenciais à continuidade do bem cultural; bem como d) socializar, discutir e ampliar a divulgação da produção filmográfica da série fílmica "Griôs de Goiabeiras – É da mão de quem?", ganhadora do Festival de Cinema de Santa Teresa/ES em 2022. Processo n° 01409.000444/2022-39.	R$ 5.646,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 5.646,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
34° 8658 Iphan-ES	Publicação do Folheto "Mulheres de Ginga" – Roda de Capoeira e Ofício de Mestres de Capoeira Busca-se promover a impressão de mil exemplares do folheto "Mulheres de Ginga", material produzido pelo Grupo de Trabalho "A Mulher na Capoeira". O GT criado no I Encontro Estadual de discussão da Salvaguarda obteve recursos do Edital Fun-cultura da Secult/ES para a organização da publicação, porém não obteve apoio em relação à impressão. Espera-se, portanto, apoiar o Coletivo Zacimba Gaba na impressão desse material que permite a difusão do bem cultural e enfatiza o prota-gonismo feminino nas rodas de capoeira do estado. Além disso, o apoio ao projeto visa validar o grande esforço de identificação realizado no sentido do mapeamento dos grupos em atuação no estado, produto indireto alcançado por meio da mobilização com relação à atuação feminina na capoeira no estado. Processo nº 01409.000443/2022-94.	R$ 11.500,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 11.500,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
35° 8659 Iphan-ES	Ação de apoio para a reconstrução do Ponto de Memória do Jongo de Santa Bárbara A ação visa a apoiar o Grupo de Jongo de Santa Bárbara, localizado na Comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, na reconstrução do Ponto de Memória local, dado que foi atingido por um incêndio supostamente decorrente de práticas de intolerância étnico religiosa. Visa-se apoiar a realização de ação durante a qual o grupo possa arrecadar fundos para custeio da mão de obra necessária para recuperação do espaço referencial ao grupo, uma vez que por meio de outras ações conseguiram arrecadar os materiais de construção necessários. Processo nº 01409.000452/2022-85.	R$ 2.750,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 2.750,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
36° 8660 Iphan-ES	Ação educativa no Caxambu de Pedra Branca, em Vargem Alta – Jongo no Sudeste Pretende-se realizar uma atividade educativa na Comunidade Quilombola de Pedra Branca com o objetivo de apresentar os procedimentos realizados para o cadastro do Sítio Arqueológico da Comunidade que contempla um muro de pedras empilhadas, alambiques, cemitérios, caminhos de escravizados e duas fazendas senhoriais. Além disso, pretende-se promover um diálogo com a Associação de Moradores da Comunidade Quilombola no intuito de explicar o reconhecimento do Jongo como Patrimônio Cultural Brasileiro e, com isso, reduzir a discriminação étnico-cultural enfrentada pelo grupo de caxambu na localidade. Trata-se apenas de apoio em termos de alimentação e confecção de banner para identificação durante a ação. Processo nº 01409.000451/2022-31.	R$ 110,00 inscrito em RAP R$ 110,00 RAP cancelado R$ 0,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
37° 8662 Iphan-SP	Evento: Balaio do Patrimônio Cultural do Vale do Ribeira (SP). Promover a discussão entre gestores do patrimônio, sociedade civil, faculdades, universidades relacionadas à identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural no Vale do Ribeira, localizado no interior de São Paulo.	R$ 20.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 20.000,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
38° 8725 Iphan-MA	Publicação de livro das Matanças do Bumba meu boi nas regiões da Baixada Ocidental Maranhense, do Pindaré e do Litoral Ocidental Maranhense A ação corresponde à segunda etapa do projeto Matanças do Bumba meu boi nas regiões da Baixada Ocidental Maranhense, do Pindaré e Litoral Ocidental Maranhense, sendo realizados os trabalhos de edição, impressão e publicação de um livro sobre esta ação de Salvaguarda emergencial do ritual de terminação do Bumba boi, cuja tradição cultural se encontra ameaçada atualmente de desaparecimento nos municípios das regiões mencionadas. Com base na pesquisa realizada na primeira etapa do projeto, com os depoimentos de donos de Bumba boi e dos chamados patrões que conduzem o ritual, além dos registros audiovisuais das matanças realizadas, serão executados, agora na segunda etapa, os trabalhos de sistematização e transcrição para elaboração do texto do livro. Ainda serão encaminhados os trabalhos de diagramação, editoração, impressão final e sua divulgação para os detentores e detentoras dos grupos de Bumba boi participantes e para toda comunidade em geral. O livro se constitui como um dos produtos finais desta ação de Salvaguarda emergencial, reunindo dados sobre aspectos das matanças, com o objetivo de que os detentores e comunidade em geral possam ter conhecimento deste ritual e seja valorizado no âmbito das políticas de salvaguarda locais. Esta publicação também se constitui como um documento importante para chamar atenção da comunidade em geral e, também do poder público, da tradição das ma-tanças de bumba boi, cuja ocorrência vem sendo drasticamente reduzida nos últimos anos e que encontra sérias dificuldades para a sua realização nos dias atuais. Almejamos que o livro alcance os detentores deste bem cultural e junto ao documentário proposto na primeira etapa deste projeto constitua um rico e amplo documento sobre este aspecto relevante do ciclo do Bumba meu boi maranhense.	R$ 51.800,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 18.000,00 RAP pago R$ 33.800,00 reinscrito em RAP
39° 8727 Iphan-MA	Mapeamento do Tambor de Crioula do Maranhão O Tambor de Crioula do Maranhão foi registrado em 2007 como Patrimônio Cultural Brasileiro. Desde o registro, o Iphan atua com o bem cultural promovendo ações descritas no Plano de Salvaguarda elaborado com a participação dos detentores. Dentre as ações previstas, consta a identificação do Tambor de Crioula e de seus aspectos culturais nos municípios do interior do Maranhão. A identificação consistirá na realização de pesquisa etnográfica e de mapeamento nos municípios maranhenses com o objetivo de localizar os grupos, descrever as variadas formas de praticar o Tambor de Crioula e identificar aspectos culturais. O trabalho exigirá a produção de registros audiovisuais e fotográficos e da confecção de mapas. Objetiva gerar o seguinte produto: Relatório de pesquisa, Banco de dados virtual; Entrevistas; Vídeos; Fotografias sobre os aspectos culturais dos grupos de Tambor de Crioula; e, Mapas de localização nos municípios do interior do Maranhão.	R$ 150.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 150.000,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
40° 8729 Iphan-MA	Oficinas de Bordados e Indumentárias de Bumba meu boi O Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão reúne uma variedade de expressões artísticas, dentre as quais se destaca o artesanato com a confecção de indumentárias, da capoeira do boi e dos instrumentos musicais. Em visitas aos grupos de regiões de ocorrência do Bumba meu boi, estabelecidos em municípios do interior do Maranhão, realizadas em 2014 e 2019, verificou-se a grande carência de recursos para a obtenção de materiais destinados à confecção das roupas dos brincantes, configurando-se uma grave ameaça à continuidade desses grupos. Com o objetivo de suprir essa carência, foi programado para o ano de 2022 a realização de oficinas de bordado e confecção de indumentárias, com a distribuição de kits de materiais (veludo, cetim, fitas e penas) para grupos que vêm apresentando vulnerabilidade no tocante à produção de suas indumentárias a exemplo dos Bois de Orquestra da Região do Munim; dos Bois do sotaque da Baixada das regiões de Viana e Pindaré; dos Bois de Costa de mão da Região de Cururupu; e dos Bois de Zabumba das regiões de Guimarães e Caxias. Com carga horária de 20 horas e emissão e certificados, as oficinas têm o objetivo de incentivar os detentores no aprendizado do ofício de bordador de Bumba meu boi e do modo de fazer as indumentárias, possibilitando a transmissão do modo de fazer o artesanato de tradição cultural do Bumba meu boi. A ação prevê, ainda, o registro das distintas técnicas de bordado dos Bois das regiões contempladas com as oficinas.	R$ 224.982,41 inscrito em RAP R$ 1,91 RAP cancelado R$ 224.980,50 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
41° 8730 Iphan-MA	Concurso de Toadas de Bumba meu boi de Orquestra da Região do Munim O Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão foi registrado como Patrimônio Cultural do Brasil em 2011, ano em que foram iniciadas as primeiras ações de salvaguarda do bem cultural. Em levantamento de demandas de salvaguarda realizado em municípios da região do Munim, no ano de 2014, foi identificada vulnerabilidade na manutenção dos grupos da região em virtude de fatores diversos, dentre os quais a carência de cantadores de toadas características dos Bois desse sotaque na sua região de origem. A isso se agrega a concorrência com Bois do mesmo sotaque sediados em São Luís, o que vem desestimulando os grupos do Munim a manterem os grupos de Bumba meu boi. Com essa ação, pretende-se fomentar o surgimento de novos compositores e cantadores, dando visibilidade às suas composições. O festival será realizado com a inscrição dos participantes, seguida do evento no qual as toadas serão mostradas ao público. Pretende-se que o festival seja realizado no município de Rosário, onde surgiu o primeiro Boi de Orquestra, com o apoio dos gestores públicos dos municípios da região. Haverá premiação dos vencedores do concurso para os cinco primeiros colocados e menção honrosa, com distribuição de certificados de participação a todos os concorrentes. Uma Comissão Julgadora composta por músicos de notório saber será responsável pela classificação dos participantes vencedores.	R$ 80.999,36 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 32.399,74 RAP pago R$ 48.599,62 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
42° 8878 Iphan-MA	Apoio ao Festival de Bumba meu boi de Zabumba e Concurso de Toadas de Bumba meu boi do Sotaque da Baixada e de Costa de mão A ação propõe o apoio a dois eventos de Bumba meu boi realizado em São Luís no mês de julho: o XXVIII Festival de Bumba meu boi de Zabumba e o III Concurso de Toadas de Bumba meu dos Sotaque da Baixada e Costa de mão. Os eventos se constituem em ações de salvaguarda promovidas pelos próprios detentores por meio das entidades Clube Cultural de Bumba meu Boi de Zabumba e Central de Bumba meu boi dos Sotaques da Baixada e de Costa de Mão. O Festival reúne há mais de duas décadas os grupos de Bois de Zabumba no segundo sábado do mês de julho com o objetivo promover e divulgar os Bois desse sotaque e o Concurso de Toadas, realizado há dois anos, vem revelando novos cantadores dos Bois da Baixada. O Iphan, como órgão responsável pela patrimonialização do Bumba meu boi, tem a missão de promover ações de preservação do bem cultural registrado e, considerando a iniciativa dos detentores em realizar eventos de salvaguarda e a importância de fortalecer tais iniciativas, o apoio aos eventos Festival e Concurso favorece o diálogo do Iphan com as entidades de detentores e promove a valorização do bem cultural.	R$ 11.500,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 11.500,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
43° 8881 Iphan-MA	I Feira Poética do Cordel e do Repente no Maranhão A partir da realização do II Seminário para a Salvaguarda da Literatura de Cordel e do Repente no Maranhão, em dezembro de 2022, os detentores e detentoras solicitaram a realização de feiras próprias para a divulgação do Cordel e do Repente, venda de livros e produtos associados e para suas apresentações, de modo a promover suas produções junto à comunidade em geral e, ao mesmo tempo, difundir o conhecimento sobre essas artes. Ressaltaram a importância de fortalecer as bases de produção e trajetória histórica desses bens por meio da valorização e circulação de suas artes em espaços, como as feiras, de acesso amplo ao público em geral. A realização da I Feira Poética do Cordel e do Repente no Maranhão, com previsão para ocorrer durante 01 dia, em espaço público, em São Luís (MA), objetiva, principalmente, ampliar a divulgação desses bens no Maranhão, promovendo seus detentores e detentoras com a realização de recitais de poesias e cantorias de viola, saraus, apresentações, exposições e venda de cordéis e livros. A criação da feira busca dar início à constituição de um espaço próprio para as atividades relacionadas à promoção do Cordel e Repente, visto que a ocorrência de locais específicos para a divulgação dessas artes ainda é escassa ou mesmo inexistente no contexto maranhense, ficando seus detentores limitados e inclusos em programações genéricas, como feiras de livros. Será também uma oportunidade para tornar a feira um evento anual e constante no calendário de atividades desses bens no estado. De modo a promover Cordel e Repente com esta ação, convidaremos o corpo discente, professores e gestores de três (03) escolas localizadas no Centro Histórico de São Luís para participação nas atividades programadas e visitas aos stands de divulgação e comercialização das produções dos cordelistas e repentistas.	R$ 38.300,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 38.300,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
44° 8887 Iphan-SP	Despesas com diárias e passagens Recursos destinados a custear diárias e passagens dos técnicos do Iphan e colaboradores externos em ações de monitoramento dos processos de salvaguarda no estado de São Paulo (exercício 2023).	R$ 3.349,45 inscrito em RAP R$ 2.256,75 RAP cancelado R$ 1.092,70 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
45° 8903 Iphan-SP	Apoio ao 2° fórum estadual de salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró – São Paulo Existe a expectativa, por parte dos detentores, de realização do II Fórum de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no estado de São Paulo. Nessa ocasião será apresentado e discutido o plano de salvaguarda, finalizado em 2023. Para que o evento aconteça, os detentores precisam do apoio do Iphan com despesas relacionadas ao deslocamento de convidados, transmissão ao vivo e registro do evento.	R$ 823,00 inscrito em RAP R$ 290,00 RAP cancelado R$ 533,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
46° 8969 Iphan-RJ	Contratação de PJ para organização de ciclo de oficinas visando trocar saberes do Ofício das Baianas de Acarajé Ao longo das reuniões para a elaboração do Plano de Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé no Rio de Janeiro (previsto para ser finalizado no início de 2023), as detentoras demonstraram que uma das fragilidades do Ofício era a sua descarac-terização por fatores tais como a não utilização da indumentária tradicional para sua realização, gerando intensa preocupa-ção entre as Baianas. Com esta ação (prevista no Plano de Salvaguarda em elaboração), espera-se valorizar os aspectos ritualizados do Acarajé, para além de seu significado como produto mercadológico. Nesse sentido, a ação 1 prevê a contrata-ção de PJ de organização de eventos para execução de três oficinas temáticas no município do Rio de Janeiro, visando transmitir saberes e diálogos intergeracionais, realizando atividades de educação patrimonial destinadas a difundir os saberes relativos à dimensão ritualizada do Ofício das Baianas de Acarajé (enfatizada no Dossiê de Registro deste Bem Cultural) vinculada à preparação do alimento, do tabuleiro e ao uso das indumentárias tradicionais. Dentro desse ciclo de Oficinas também haverá um momento reservado para a troca de saberes sobre a preparação do Acarajé, com o seu preparo prático. Ao final de uma dessas oficinas, prevê-se a realização da missa em celebração do Dia Nacional das Baianas de Acarajé, de modo a difundir os aspectos ritualizados do Ofício. A ação prevê também serviço de Buffet e a produção de material gráfico de difusão sobre o Bem Cultural (banner e cardápio), que será distribuído às detentoras que participarem das oficinas.	R$ 39.792,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 39.792,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
47° 8973 Iphan-RJ	Contratação de PJ para execução de oficinas sobre Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, com foco no Jongo no Sudeste. As preocupações apresentadas pelos detentores ao longo das reuniões de elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo do Sudeste, no Rio de Janeiro (com previsão de finalização no início de 2023), apontaram para a necessidade de encontros mais frequentes, visando fortalecer vínculos entre as comunidades jongueiras e a sensibilização dos poderes públicos municipais para a Salvaguarda compartilhada do Jongo. Desse modo, formulou-se uma ação de salvaguarda (considerada prioritária pelos detentores), a ser realizada de maneira periódica, que consiste na realização de visitas de jongueiras/os e técnicos a cada uma das comunidades jongueiras participantes da Salvaguarda no estado, com caráter de articulação e apoio a demandas locais, com prioridade para os grupos em situação de maior fragilidade. Vale salientar que nos últimos anos esse tipo de ação precisou ser descontinuado tendo em vista a pandemia de covid-19, de modo que tal demanda, a qual depende de encontros presenciais (tendo em vista as dificuldades de acesso aos meios virtuais por parte de vários dos detentores), não foi atendida até o momento. Como primeira etapa desta ação, prevemos a realização de oficinas sobre a Salvaguarda do Jongo no Sudeste, a serem realizadas nos territórios de três comunidades jongueiras (a serem selecionadas conforme o critério de maior vulnerabilidade ou desafios a serem enfrentados), com participação de gestores/as e detentores/as dos grupos participantes da Salvaguarda, visando fortalecer vínculos entre as comunidades e a articulação institucional para viabilizar apoios voltados ao enfrentamento de dificuldades específicas a cada grupo jongueiro. A ação está sendo inserida neste momento porque foi fruto do amadurecimento do diálogo com detentores/as ao longo do ano de 2022. A ação prevê contratação de empresa organizadora de eventos, buffet, alimentação e transporte para os detentores, bem como diárias e passagens para a participação dos técnicos.	R$ 72.986,46 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 72.986,46 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
48° 8979 Iphan-RJ	Contratação de consultoria para mapeamento das Matrizes Tradicionais do Forró no Rio de Janeiro (etapa 1). O Dossiê de Registro das Matrizes Tradicionais do Forró se baseou principalmente em pesquisas de campo realizadas nos estados da região Nordeste do Brasil. No que se refere ao Rio de Janeiro, traz informações detalhadas do ponto de vista histórico. Não ocorreu, porém, pesquisa de campo no estado, tendo em vista o contexto de pandemia de covid-19. As reuniões para a elaboração do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró, no Rio de Janeiro, evidenciaram a de-manda, por parte dos detentores, da elaboração de um mapeamento que produza uma sistematização de informações sobre os grupos, lugares importantes e necessidades dos detentores/as em cada região do estado. A ação visa, portanto, obter informações sobre a distribuição do Bem Cultural no estado, principais referências e características, constituindo também um diagnóstico do cenário vivenciado atualmente pelos detentores. A pesquisa deve recorrer ao uso de diferentes técnicas adequadas ao alcance do objetivo e que promovam a participação ativa dos detentores. Além disso, prevê a realização de 01 reunião local com detentores/as em cada uma das quatro regiões abrangida por esta etapa do mapeamento. Trata-se de ação prioritária da salvaguarda, a fim de que se tenha uma visão panorâmica da realidade dessa prática cultural no estado. Contribuirá também para o planejamento da salvaguarda e mobilização dos detentores, bem como para a articulação com instituições parceiras nos diversos municípios do estado, resultando na maior representatividade do coletivo da Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no Rio de Janeiro, que poderá ter representantes de cada região, promovendo uma Salvaguarda descentralizada e mais democrática. A ação está sendo inserida neste momento porque foi fruto do amadurecimento do diálogo com detentores/as ao longo de 2022, consistindo na ação prioritária formulada para o Plano de Salvaguarda do Bem Cultural.	R$ 199.934,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 88.317,00 RAP pago R$ 111.617,00 reinscrito em RAP
49° 9017 Iphan-BA	Literatura de Cordel Contratação de pessoa jurídica para realização de encontro para construção do Plano de Salvaguarda da Literatura de Cordel e 1° Festival da Salvaguarda da Literatura de Cordel na Bahia. A construção do Plano Nacional de Salvaguarda da Literatura de Cordelfaz parte do planejamento anual para 2023 da CGPS/DPI, do que devem ser realizadas reuniões em cada estado para elaboração participativa do plano. A realização de um festival de cordelistas junto a este processo foi uma demanda da comunidade detentora e faz parte das diretrizes do PNPI (eixos "difusão e valorização" e "produção e reprodução cultural"). Processo 01502.001542/2022-25.	R$ 120.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 107.993,42 RAP pago R$ 12.006,58 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
50° 9034 Iphan-BA	Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado Contratação de pessoa jurídica para realização de encontros para construção do Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado. Objetivo geral: Mobilização das comunidades detentoras responsáveis pela produção e reprodução cultural do Bembé do Mercado para realização de encontros de discussão e formulação do plano de salvaguarda do Bembé do Mercado. Justificativa: O Bembé do Mercado de Santo Amaro, na Bahia, é um bem registrado pelo Iphan, reconhecido como patrimônio cultural brasileiro. A celebração é realizada anualmente no dia 13 de maio, e nela se imbricam as dimensões religiosas, políticas, culturais e sociais, extremamente importantes para o povo de santo e os Santo amarenses em geral. Após o registro no Livro de Registro das Celebrações, em 13 de junho de 2019, a proposta é realizar o Plano de Ação de Salvaguarda do Bembé do Mercado, segundo as categorias de Registro dispostas no Decreto 3551/2000, e de forma ampliar o conhecimento produzido para o Registro e seus desdobramentos de garantias de Salvaguarda. A Salvaguarda dos bens Imateriais Registrados é de suma importância para o desenvolvimento e continuidade das expressões populares tradicionais, fortalecendo a prática autônoma e a participação dos detentores de bens na definição dos caminhos que, de fato, consolidam a ação e, consequentemente, levam à continuidade histórica dessas expressões culturais. Para alcançar o objetivo de ampla representatividade, o Iphan busca promover o estabelecimento de ações coletivas, com caráter deliberativo, para garantir que o planejamento e a elaboração das ações sejam realizados de forma democrática, dialógica e consensual entre os detentores dos bens Registrados e outros órgãos e instituições parceiras. Processo 01502.000277/2023-49.	R$ 37.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 37.000,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
51° 9108 Iphan-RJ	3° Reajuste ao Contrato 04/2020 – Reforma da Cobertura e recuperação do sistema de drenagem das águas pluviais do Museu do Samba situado à Rua Visconde de Niteroi 1296 – Rio de Janeiro (RJ) 01500.004681/2019-25 – 3° Reajuste ao Contrato 04/2020 – Reforma da Cobertura e recuperação do sistema de drenagem das águas pluviais do Museu do Samba situado à Rua Visconde de Niteroi 1296 – Rio de Janeiro (RJ).	R$ 10.722,01 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 10.661,90 RAP pago R$ 60,11 reinscrito em RAP
52° 9126 Iphan-RN	Realização do encontrão de detentores no RN. Realização do encontrão de detentores no RN, um evento com recitais, rodas de conversa e apresentações culturais envolvendo detentores do Cordel, Capoeira, Repente, Teatro de Bonecos e Forró, a ser realizado no centro histórico de Natal.	R$ 54.890,00 inscrito em RAP R$ 7.500,00 RAP cancelado R$ 47.390,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
53° 9129 Iphan-BA	Segunda etapa do projeto "Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar" Nos anos de 2021 e 2022 esta Superintendência vêm desenvolvendo o projeto "Biriba é pau, é madeira, biriba é pra plantar" que previa a implementação de um modelo de reflorestamento e manejo sustentável de matérias-primas da capoeira no território quilombola do Guaí em Maragogipe-BA. Realizado por meio de um TED com a UFBA, e já em vias de finalização, o projeto previu oficinas de SAF, construção de viveiros, manejo sustentável e produção de instrumentos. Como o valor previsto na primeira etapa do projeto foi muito baixo (R$ 70.000,00) e se tornou ainda mais deficitário com a inflação, sobretudo, dos insumos agrícolas, nesta segunda etapa, pretende-se realizar oficinas para ampliação das áreas de SAF, continuar a realizar monitoramentos das áreas de SAF e manejo, realizar oficinas de educação patrimonial para capacitação da comunidade, criação de trilhas interpretativas, e outras capacitações que visem o fortalecimento da economia comunitária em relação às matérias-primas da capoeira, de forma a aproximar o quilombo da comunidade da capoeira, fortalecendo a sustentabilidade e efetividade do projeto. A ação será efetivada por meio de TED com a UFBA.	R$ 176.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 176.000,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
54° 9142 Iphan-RR	Caravana do Patrimônio PRIMEIRA Etapa: Cordelistas de Roraima Tendo em vista que o Cordel foi reconhecido como Patrimonio cultural do Brasil e está inscrito no Livro das Formas de Expressão criado pelo decreto 3.551 de 04 de agosto de 2000, propomos nesse Plano de ação a Identificação dos cordelista de Roraima. Pretendemos percorrer os quinze municípios do estado de Roraima. A primeira ação da pesquisa está agendada para o dia 09 de setembro. Pretendemos com esse PA produzir material sobre a presença do cordel em Roraima, bem como suas espcificidades, tais como, indígenas que produzem cordel sobre as cosmogonias das suas comunidades. A ação será realizada por meio de um TED Transferência descetralizada de curso junto à UFRR, uma vez que já temos experiências anteriores de sucesso nesse tipo de parceria.	R$ 70.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 70.000,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
55° 9155 Iphan-CE	V Festival de Cassimiro Coco no Ceará – 2024 A ação é realizada de forma itinerante, desde o registro, nos municípios de origem dos mestres bonequeiros identificados no processo de registro. É um momento singular no qual reunimos a comunidade detentora, tendo em vista que os mestres moram em cidades diferentes e têm pouca possibilidade de interação. A ação conta com o apoio das Prefeitura locais e da Rede Cearense de Teatro de Bonecos. O festival será realizado na cidade de Pindoretama.	R$ 69.900,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 69.900,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
56° 9169 Iphan-AP	Ação de salvaguarda do Marabaixo nos municípios do interior do estado do Amapá Continuidade à 1ª Ação de Salvaguarda do Marabaixo, que em 2019 (Processo SEI nº 01424.000022/2020-1) realizou atividades pedagógicas relacionadas ao marabaixo em sete dos 16 municípios do Amapá, a saber: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Serra do Navio e Tartarugalzinho. Para o segundo semestre de 2023 está previsto a realização de três viagens com as detentoras e os detentores do marabaixo, para outros cinco municípios do interior: Cutias, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pracuúba e Vitória do Jari. O objetivo das missões é promover e divulgar o marabaixo como Patrimônio Cultural do Brasil em regiões do estado nas quais não há ocorrência do bem registrado, tal como acontece em Macapá, Mazagão e Santana. O público-alvo são as escolas públicas, municipais e estaduais, das localidades e também institutos federais nos quais há campus. Nessas oportunidades serão tratadas questões sobre os aspectos histórico-sociais e culturais do marabaixo.	R$ 1.652,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 1.652,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP

Apresentação
Introdução
Informações gerais
ANEXOS
1 - Material de apoio
2 - Ações monitoradas
3 - Abrangência dos Bens
4 - Eixos e tipologias
5 - Lista de produtos
6 - Lista de parceiros
7 - PA's empenhados
8 - Detalhamento RAP

SEQUÊNCIA, IDENTIFICADOR E UNIDADE	TÍTULO E DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO
57° 9224 Iphan-RR	Ações para a Salvaguarda da Capoeira em 2023 Considerando a complementação aos resultados do Termo de Colaboração N° 888966/2019, firmado entre a Federação Roraimense de Capoeira e o Iphan-RR, este Plano de Ação objetiva fomentar e apoiar as ações do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira, com a produção de material de divulgação produzido pelos detentores, com acompanhamento do Iphan, por meio de duas ações: 1) Contratação de empresa especializada em registro sonoro, para gravação das músicas da Salvaguarda da Capoeira; 2) Contratação de empresa especializada em serviços de impressão gráfica, para impressão do Plano de Salvaguarda da Capoeira, em fase de finalização; 3) Contratação de empresa especializada em fornecimento de refeição pronta para lançamento do Plano de Salvaguarda da Capoeira em Roraima e do CD de Músicas da Salvaguarda da Capoeira em Roraima.	R$ 39.040,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 39.000,00 RAP pago R$ 40,00 reinscrito em RAP
58° 9235 Iphan-SC	Execução obras de infraestrutura dos sistemas prediais no imóvel histórico da Fundação Senhor dos Passos (sistemas elétrico, luminotécnico e preventivo de combate a incêndio); O casarão, sede da Fundação Senhor dos Passos, construído na década de 1850, teve sua importância reconhecida por meio do tombamento como patrimônio histórico de Florianópolis. Além disso, a Procissão do Senhor dos Passos é registrada como Patrimônio Cultural do Brasil e inscrita no Livro das Celebrações, em 20 de setembro de 2018, durante a 90° Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Ata disponível em: http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/documentos-do-process/ata-de-reuniao-do-conselho-consultivo-do-patrimonio-cultural-registro-procissao-do-senhor-dos-passos-de-santa-catarina/. Dotar a sede da Fundação Senhor dos Passos de infraestrutura e mantê-la aberta à população, possibilitará as atividades de organização da procissão e disseminação dessa memória, garantindo a segurança da edificação e de seu acervo.	R$ 300.000,00 inscrito em RAP R$ 0,00 RAP cancelado R$ 300.000,00 RAP pago R$ 0,00 reinscrito em RAP
Total:		**R$ 5.011.503,09 inscrito em RAP** **R$ 48.940,54 RAP cancelado** **R$ 2.825.761,60 RAP pago** **R$ 2.136.800,95 reinscrito em RAP**

Este livro foi composto com a
família da fonte Montserrat para
títulos e corpo de texto.

Edições IPHAN